

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

ISSN 0100-6932

ANO 3 NÚMERO 5
DEZEMBRO DE 1982

apah



Editor: — Sergio Odilon Nadalin

Conselho Editorial: Ana Maria de O. Burmester (Presidente), Anamaria Bonin, Aymara F. Ribas, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Cesar Ramos, Cláudio Fajardo, Jayme Antonio Cardoso, Judite Maria Barbosa Trindade, Rabah Benakouche, Roseli Maria Rocha dos Santos, Regina Rotemberg Gouveia, Sergio Odilon Nadalin.

Publicação semestral da Associação Paranaense de História — APAH

**Travessa José do Patrocínio, 96
Caixa Postal, 1.538
80.000 Curitiba PR — Brasil
ISSN 0100-6932**

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

**Revisão: — Denise Bottmann
Programação visual: — Key Imaguire Jr.**

CAPA:

São Mateus do Sul, Paraná. Casamento polaco, década de 1930. Foto do acervo histórico Cid Destefani.

(A foto foi copiada ao inverso pelo proprietário da mesma, por razões técnicas)

Gráfica Vicentina Ltda.

**Al. Cabral, 846 Caixa Postal 988
Telefone: 222-1057
80000 Curitiba-PR**

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA — APAH

CURITIBA

—

DEZEMBRO 1982

S U M Á R I O

NOTA DO EDITOR	101
Brasil Pinheiro Machado — Apresentação	103
QUESTÕES	
Jayme Antonio Cardoso e Sergio Odilon Nadalin — Os meses e os dias de casamento no Paraná — séculos XVIII, XIX e XX	105
Maria Rosa Chaves — Cooperativa mista Boqueirão — uma obra menonita em Curitiba	131
DEBATES	
Denise Bottmann — Ambigüidade do sistema colonial	139
HISTÓRIA E EDUCAÇÃO	
Luiz Carlos A. Neves — Recursos para a educação: uma carência histórica	151
Marisa Fernandes Nunes — Critérios psicológicos no livro didático; uma análise crítica dos conteúdos de Estudos Sociais	167
ENSAIOS	
Cecília Zokner — Sobre Resistência(s)	175
José Augusto Colodel — Tempo histórico: um novo conceito	179
PESQUISAS: PROJETOS E COMUNICAÇÕES	
Odah Regina Guimarães Costa — Estruturas agrárias de Curitiba — Paraná; 1850-1900	183
Sergio Odilon Nadalin — Dinâmica da população evangélica luterana em Curitiba a partir de 1866; alguns aspectos sobre a fecundidade	195
Universidade Federal do Paraná — Dissertações de Mestrado em História do Brasil	205
NOTAS DE LEITURA	113
NOTÍCIAS DA APAH	230

ISSN 1000-283x

NOTA DO EDITOR

Um retrato da América, tendo como primeiro plano uma cidade — **Resistência**. O ângulo foi definido por um literato e a realidade social que transparece por trás desta perspectiva permite divisar uma problemática extremamente rica para o historiador da América Latina, especialmente da espanhola: sua história colonial, marcada pelas permanências relativas das tradições indígenas e, contraditoriamente, pelos elementos mutantes impostos pelo processo colonizador; uma história de dominantes, de dominados e de **hegemonias**; enfim, uma história ignorada pela intelectualidade europeia, mesmo a mais progressista.

Fica, assim, a pergunta: a “construção” da história é apanágio do historiador? (Mas, existem tantos, e de tão diversificadas formações!). O quadro pintado, bonito, dramático, retrata uma realidade, e é tão verdadeiro quantas são as interpretações “objetivas” do cientista social.

Esta é uma das contribuições que nossa Revista recebe para este número 5 na seção ENSAIOS. Neste número é também apresentado mais um artigo elaborado por um estudante do Curso de História da Universidade Federal do Paraná* e que prepara o seu bacharelado. Neste nível, o trabalho que está sendo publicado é fruto do aprendizado de pesquisa na matéria **Métodos e técnicas de pesquisa histórica**, desenvolvida em quatro semestres e que culmina justamente na redação de monografia, valendo quatro créditos. Em nome da Comissão Editorial, esperamos que os estudantes do Curso de História da UFPr sintam-se desta forma duplamente estimulados, não só para o trabalho exigido pela disciplina, mas pela perspectiva de publicação de sua pesquisa. Quanto à Revista,

* O primeiro artigo foi realizado por Denise Bottmann (“Super-oito paranaense: elementos para uma história”), sob a orientação da Prof.^a Altiva Pilatti Balhana, e publicado no número 4, referente a junho de 1982.

estará cumprindo os seus objetivos, não só abrindo suas páginas aos estudantes de História (tal é o caso, igualmente, do ensaio a respeito do tempo histórico), mas fundamentalmente contribuindo para aumentar o diálogo entre estudantes e seus professores. Finalmente, estes objetivos que nos são tão caros serão mais amplamente atingidos quando começarmos a publicar contribuições que tenham como tema fundamental o ensino de nossa disciplina, e a problemática história-educação.

A edição deste número da Revista História: Questões & Debates foi possível graças ao concurso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

APRESENTAÇÃO

Quando se lançou o primeiro número desta Revista, sua Comissão Editorial apresentava a publicação como um desafio, em face das grandes dificuldades que sempre havia para a permanência de uma revista ligada a uma associação. Nesse plano, o da permanência, o desafio foi vencido. Outros desafios surgem em cada número da revista, porque ele é aceito pelos membros da Associação Paranaense de História.

A apresentação que faço deste número é menos uma apresentação de seu conteúdo do que a articulação de um novo desafio, que é o que segue.

O trabalho de historiadores e cientistas sociais das Universidades brasileiras consolidou um certo número de **linhas de pesquisa**. Vamos entender por essa expressão — linha de pesquisa — as orientações, os métodos, os propósitos, os paradigmas e os critérios pelos quais as várias correntes de historiadores e cientistas sociais escolheram sua temática e articularam uma problemática.

O que se propõe, pois, é, primeiro, um trabalho de sistematização da produção histórica brasileira, principalmente da produção universitária. E, em seguida, a crítica das várias **linhas de pesquisa**, de modo a se compreender, afinal, como a atual historiografia nacional percebe a realidade histórica do Brasil, e de que maneira os historiadores brasileiros fazem uso da História como uma contribuição ao conhecimento dos problemas da sociedade nacional (se é que têm essa pretensão).

A produção intelectual de que se trata aqui desenvolveu-se durante as três últimas décadas, isto é, durante as décadas dos 50, dos 60 e dos 70. Cada uma dessas décadas, mais ou

menos em consonância com os acontecimentos que se desenvolviam na história vivida, produziu orientações perceptíveis e diferenciadas nas correntes que se formaram no nível da produção intelectual.

A sistematização e a análise crítica dessas três décadas é um caminho seguro para se conhecer como pensa o historiador brasileiro e em que fundamentos está sendo construída a moderna historiografia no Brasil, tendo por base o trabalho universitário.

BRASIL PINHEIRO MACHADO

OS MESES E OS DIAS DE CASAMENTO NO PARANÁ — SÉCULOS XVIII, XIX, XX.

**JAYME ANTONIO CARDOSO
SERGIO ODILON NADALIN**

Professores Adjuntos do Departamento de História,
do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da
UFPR.

RESUMO

Servindo-se dos trabalhos publicados pelo Departamento de História e pelos cursos de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, procura-se uma síntese da distribuição mensal dos casamentos no Paraná, do século XVIII ao século XX.

Refletindo costumes, tradições, mentalidades religiosas, atividades sócio-econômicas, permanências e mudanças, a sazonalidade dos casamentos é uma medida do comportamento social.

Os resultados revelaram, de modo geral: observância do calendário religioso pela retração do número de casamentos durante o advento e mais ainda na quaresma; recusa progressiva do mês de agosto a partir das últimas décadas do século XIX, época em que também cresce a interferência das atividades sócio-econômicas, modificando comportamentos; fevereiro, seguido de junho, são os meses preferidos, salvo exceções, com predileção de maio em tempos mais recentes.

Estudo de amostragem revela que terça-feira foi o dia da semana preferido de 1731 a 1850, e, no decorrer das décadas a seguir, o sábado concentra a maioria dos casamentos.

1. Introdução

Em outubro de 1982, alguns professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, ligados à

área de história demográfica, apresentaram no III Encontro Nacional de Estudos Populacionais, organizado pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais — ABEP, uma comunicação na sessão suplementar que objetivava verificar a “evolução e situação dos estudos de demografia histórica no Brasil”. O resumo deste trabalho foi publicado nos *Anais do Encontro*¹. Como um dos exemplos das pesquisas em demografia histórica realizados na Universidade Federal do Paraná, os autores deste artigo encarregaram-se de expor uma síntese a respeito da distribuição sazonal dos casamentos, a partir do século XVIII no Paraná, fundamentado em dados recolhidos das diversas dissertações e teses elaboradas por alunos e professores dos cursos ligados ao Departamento de História. Esta parte da comunicação não foi publicada, uma vez que o resumo que se encontra nos *Anais* só aborda questões gerais referentes à pesquisa da demografia histórica na citada universidade. Desta forma, o trabalho que ora está sendo apresentado baseia-se em grande parte na citada comunicação, acrescentado de novos dados elaborados pelos autores para o final do século XIX em Curitiba, além de outros concernentes à escolha dos dias da semana para a realização do casamento.

2. Metodologia

O movimento sazonal dos casamentos constitui um rico indicador do cotidiano. A escolha da data do mês de casamento reflete costumes, tradições e mitos, interdições e mentalidades religiosas, influências das atividades sócio-econômicas, urbanas ou rurais, e que sofrem alterações na evolução das sociedades no tempo. Desta maneira, levando em conta a já significativa quantidade de dados existentes a respeito no Departamento de História, foi considerada a possibilidade de se construir uma síntese a respeito.

Habitualmente, os resultados relativos ao movimento sazonal de casamentos têm sido apresentados por meio de um gráfico de curvas, tendo como ponto de apoio um eixo que representa a média de 100 por mês, uma vez que, para facilitar as comparações, os números absolutos são transformados em relativos a 1200 (ver quadros do Anexo).

1 BALHANA, A.P.; BURMESTER, A.M.O.; CARDOSO, J.A.; NADALIN, S.O. A pesquisa em demografia histórica na Universidade Federal do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., São Paulo, 1982. *Anais*. São Paulo, ABEP, 1982. p.441-4.

No caso presente, em que são apresentados dezenove períodos das nove paróquias estudadas², tal solução seria inútil, optando-se por um novo tipo de apresentação (por uma construção ortogonal), procurando sempre destacar, para cada caso, as diferenças entre os meses de preferência para a realização do casamento e os meses mais evitados, sempre em relação à média de 100 por mês.

Esta solução permitiu um exame mais eficiente de cada caso, pois a imagem resultante indica, num instante de percepção, qual o comportamento da população concernente quanto à escolha da época de casamento, ficando facilitada ainda a comparação com outros gráficos. Manipulados e classificados todos esses gráficos, foi possível uma visão de conjunto e chegar a uma classificação pela identificação de grupos semelhantes entre si. Porém, a visão global neste trabalho ainda deixava a desejar.

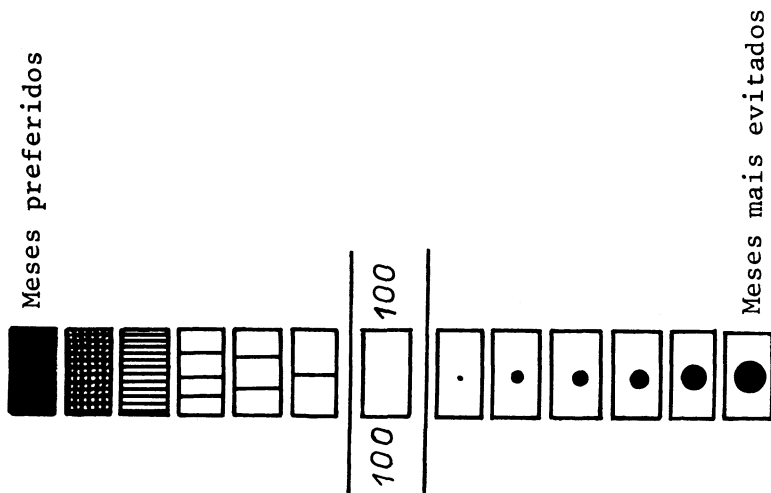
Para um melhor trabalho de síntese, foi elaborado um quadro-resumo cujo princípio foi a transcrição do quadro de números relativos (ver anexo), paróquia por paróquia (linha por linha), com a diferença de que então os números foram substituídos por uma variação visual que vai do preto (meses preferidos) ao branco (índice 100, a média) e deste aos círculos pretos de tamanhos diferentes (meses mais evitados).

Aplicando os princípios de manipulação do gráfico (aproximação de semelhantes e distanciamento dos diferentes) foram reclassificadas as paróquias (e os períodos) conduzindo-se apenas em função da imagem. Finalmente, após diversas manipulações, cada uma delas permitindo um quadro de síntese, chegou-se a uma classificação considerada ideal, e que está transcrita a seguir. Este quadro revela a dinâmica da sazonalidade, dos meses de preferência e de recusa para a realização do ato matrimonial³.

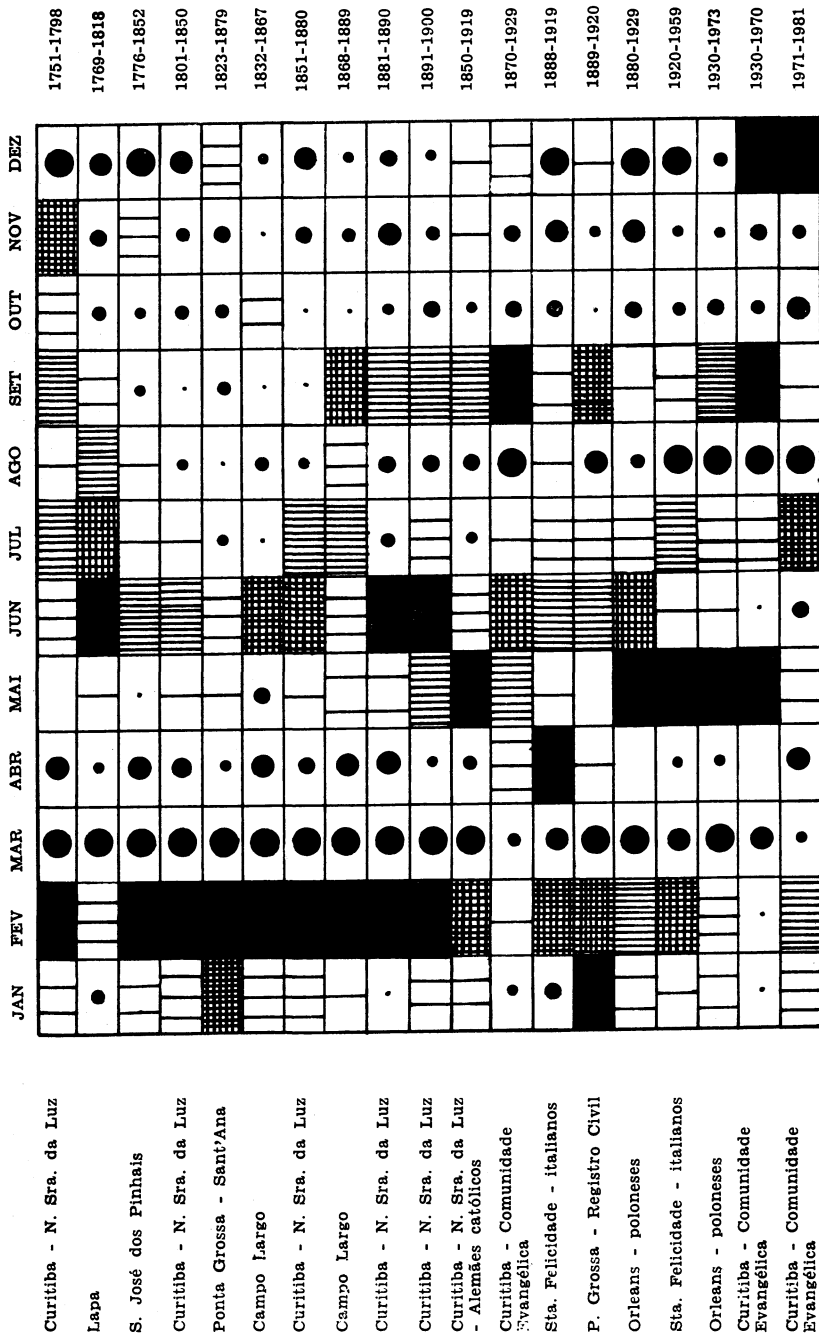
2 Ver a relação dos trabalhos nas referências bibliográficas, no final deste artigo. Além destas fontes, foi verificada pelos autores a distribuição dos casamentos relativos aos anos de 1881-1900, em Curitiba (Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Luz de Curitiba).

3 A construção dos gráficos de cada período, bem como do quadro-resumo, obedeceram aos princípios da Semiologia Gráfica, sistematizada por Jacques Bertin, diretor do Laboratoire de Graphique, da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, de Paris. La Graphique (A Neográfica) é uma disciplina nova, aplicada aos diversos ramos de conhecimento e que possibilita a construção de gráficos a partir da linguagem visual, bem como o tratamento gráfico da informação. Esta disciplina é também desenvolvida no Departamento de História da UFPR, a nível de pós-graduação.

Legenda para o quadro-resumo da distribuição mensal dos casamentos no Paraná — séc. XVIII, XIX, XX.



PARANÁ — distribuição mensal dos casamentos



3. A sazonalidade dos casamentos

O exame da imagem revelada pelo quadro-resumo da página anterior, possibilita uma primeira constatação, para o período estudado: evitava-se generalizadamente o casamento no mês de março e, secundariamente, em dezembro. Isto caracteriza, como tem sido demonstrado por todos os trabalhos do Brasil ou do exterior envolvendo populações católicas, a influência do calendário religioso, segundo o qual a quaresma e o advento eram considerados períodos não propícios à celebração do casamento.

A sociedade curitibana no século XVIII apresenta um comportamento que caracteriza bem a observância do calendário religioso. A agricultura, apenas de subsistência, a que se aplicavam os seus habitantes, ocupados mais em atividades de extração de congonha e de pouco ouro, ao que tudo indica, exercia menor influência sazonal nos casamentos. Assim é que se casavam durante o ano todo, evitando claramente os “tempos proibidos” do advento (dezembro e primeiros dias de janeiro) e da quaresma (março e parte de abril — ver as figuras anexas a este artigo, especialmente o primeiro conjunto).

A recomendação religiosa levava os noivos a evitar o casamento nestes dois períodos, durante os quais era proibida a celebração do casamento com solenidades, assim entendidas as “bênçãos nupciais”, o ato de levar “a noiva à casa do noivo com acompanhamento” e ainda a “solenidade do banquete”, como já definiam as **Constituições do Arcebispo da Bahia** (1707 — p. 121 — título LXVIII, itens 290, 291).

Assim é que, seja dominando a crença popular de que era “proibido” o casamento nesses tempos, seja vigorando simplesmente as limitações canônicas a respeito, observa-se em todos os gráficos, especialmente no quadro-resumo, a depressão de março a abril, principalmente março.

Nota-se, tanto na imagem-síntese como no caso particular de Curitiba, que a recusa em se casar na quaresma é mais acentuada do que no advento, apesar do tratamento igual do ponto de vista da Igreja, o que permite deduzir que a guarda da quaresma era mais rigorosa na perspectiva das mentalidades; talvez porque se trate de um período de penitência que antecede um evento “triste”, o da paixão de Cristo, enquanto que o advento antecede um momento considerado “alegre”, o do nascimento de Cristo. Daí que o comportamento das populações católicas com referência ao advento é variável em intensidade, e mesmo contraditório como no caso dos ale-

mães católicos de Curitiba e da população de Ponta Grossa, nestes casos havendo casamentos normalmente e até acima da média no mês de dezembro (figuras anexas, conjunto 2 e 3).

Merece destaque, sob estes aspectos, o comportamento da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, pois os protestantes não têm obrigações referentes às interdições católicas da quaresma ou do advento. Na verdade, em períodos mais recentes, acentuou-se a preferência para o casamento em dezembro. Com referência à retração na quaresma também por esta comunidade, é possível explicá-la em função da influência cultural do meio, influência esta que se vai acentuando nos períodos recentes (figuras anexas, conjunto 4).

Ainda buscando identificar os meses mais evitados, o quadro-resumo permite constatar que, a partir de um determinado momento, e de modo generalizado, agosto apresenta retração progressiva, principalmente a partir das últimas décadas do século XIX, salientando-se o século atual.

No estágio atual dos estudos realizados, é possível levantar hipóteses que buscam explicar tal retração para os séculos XIX e XX. Assim é que poderiam ser levados em conta as seguintes:

1.^a Considera a concentração do trabalho agrícola de preparação da terra, com ou sem o arado: nos calendários agrícolas publicados pela imprensa periódica paranaense no início do século XX, são comuns observações de que “agosto é o mês em que muito se trabalha”. Não há explicação ainda para o comportamento diferenciado dos colonos de Santa Felicidade, no período 1888-1919. Como são poucos os casos observados nesse período (462), é possível tratar-se de flutuação aleatória. Por outro lado, tal distribuição talvez indique atividades relativamente contrastantes em relação ao restante da população curitibana.

2.^a Quanto aos imigrantes, some-se a estas condições o fato de que na Europa aqueles de origem camponesa já se casavam muito pouco em agosto, mês em que lá se observa o extremo de uma pronunciada concavidade na repartição sazonal de casamentos, que se inicia no começo do verão europeu, e que está relacionada com os trabalhos no campo; mesmo que aqui tais condições não se repitam com a mesma intensidade, a coincidência de disposição explicaria a recusa mais pronunciada para a escolha deste mês, especialmente entre os imigrantes alemães e descendentes (luteranos e católicos). Os contatos culturais entre as populações luso-brasileiras poderiam explicar a gradativa recusa a agosto.

3.^a Hipótese que explicaria a progressiva retração em períodos mais recentes como efeito da evolução das superstições e preconceitos populares que envolvem este mês. Deve-se chamar a atenção, neste sentido, para o período posterior a 1920, quando se acentuam estas retrações, mormente em se tratando de populações que vão se urbanizando.

4.^a A combinação das três hipóteses, em graus variados, no tempo. O fortalecimento de uma ou outra explicação dependerá da continuidade das pesquisas, principalmente para populações do século XX, de origem luso-brasileira. Paralelamente, os resultados poderão ser confrontados com trabalhos envolvendo técnicas de "história oral" e objetivando a compreensão dos mitos e superstições entre grupos sociais de origens etno-culturais diferenciadas.

Se a quaresma, o advento e o mês de agosto chamam a atenção por serem os períodos em que há a menor ocorrência de casamentos, observa-se também, ainda que mais discretamente, uma sistemática diminuição dos casamentos nos meses de outubro e novembro, destacando-se um pouco este. Assim, o trimestre final do ano, no conjunto, é um período em que o número dos casamentos apresenta-se quase sempre inferior à média.

Como foi visto, dezembro se explica pelo advento; para outubro e novembro é possível levantar a questão da influência, mais uma vez, do calendário agrícola, uma vez que nesse período se fazia ainda o plantio de importantes produtos para a população, como arroz, mandioca, feijão, etc. Cabe perguntar também se a evolução da recusa por novembro não estaria ligada à relação entre "finados", um culto dos mortos em expansão, e a conseqüente identificação de um mês impróprio para a realização do casamento.

Fazendo abstração de certas populações, o quadro-resumo revela duas fases distintas, caracterizadas pela maior concentração dos casamentos nos meses de maio a julho e pela recusa de agosto, além da diminuição da preferência por fevereiro, assinaladas a partir dos últimos decênios do século XIX.

É possível estabelecer a hipótese de que as populações concernentes, na maioria de origem imigrante, e incluídos os alemães do século XIX, ampliaram suas atividades agrícolas com vistas à demanda crescente do mercado urbano. Tal processo faz parte de uma mudança complexa no modo de vida tradicional, fundamentado na auto-suficiência em relação às incipientes aglomerações urbanas. O final do século passado assinalaria, grosso modo, de acordo com as indicações do mo-

vimento sazonal de casamentos, a transformação de uma atividade agrícola fundamentalmente de subsistência para uma agricultura de mercado, e, subrepticiamente, uma modificação nos hábitos de consumo, dependendo cada vez mais a sociedade rural das cidades em transformação. Este fato marcaria mais os ciclos agrícolas e os condicionamentos sociais resultantes nos períodos recentes. Portanto, ocorre maior concentração relativa dos casamentos no período de recesso agrícola, entre a colheita do primeiro semestre (maio-junho) e o reinício do plantio, com o preparo da terra em agosto. Sendo assim, é possível supor que as superstições do mês de agosto sejam relativamente recentes (como já foi dito antes), configurando uma explicação urbana para a generalizada aversão a este mês (a influência cultural imigrante constituindo eventualmente o elo de ligação nesta dinâmica da passagem do mundo tradicional para a modernização). Sem dúvida, a concentração de maio-junho-julho é também viável para o século XVIII e XIX, porém, de modo menos evidente. Analisando separadamente certos conjuntos de gráficos e as mudanças no tempo, manifesta-se a pertinência desta hipótese (exemplo de Curitiba, Campo Largo e, em menor grau, Ponta Grossa) (ver figuras anexas).

A relativa concentração nos meses de outono e inverno também poderia ser explicada pelas oportunidades que o recesso agrícola propiciava para a comemoração de festas, mormente de pretexto religioso. Sabe-se, por exemplo, que em sociedades do tipo "comunitário", as festas religiosas importantes coincidem com o término do ciclo agrícola, que é mais marcado no primeiro semestre, já que o segundo caracteriza-se pela existência de vários inter-ciclos, além disto, também é conhecida a importância do culto aos santos nas sociedades tradicionais. O problema que se coloca é o de saber se os dias de casamento coincidiam com estas festas, na medida em que as mesmas constituíam forma de reafirmar os laços que uniam estas comunidades, servindo o casamento para fortalecer-las, ligado como estava às relações de compadrio e parentesco. Tal fato explicaria, por exemplo, a escolha acentuada no século XIX do mês de junho, embora mais marcada em umas do que em outras populações.

Como tentativa de solucionar esta questão, inclusive visando verificar uma possível concentração na segunda quinzena do mês, foram distribuídos os casamentos realizados em Curitiba, entre 1930 e 1849, somente nos meses de junho foi verificado que a hipótese que norteou o problema não se sustenta, a não ser que junho seja inteiramente consagrado ao casamento, como mais tarde ocorreria em maio, fazendo com

que os casamentos fossem realizados ao longo de todo o mês. A tabela a seguir mostra inclusive uma equilibrada distribuição nas duas metades do mês.

CURITIBA — N. SRA. DA LUZ

Distribuição dos casamentos realizados no mês de junho; 1973-1849

Dias	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
Freqüência	15	18	09	18	14	17	24	14	20	25	22	20	18	12	23
Dias	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Freqüência	19	21	10	28	25	17	15	19	20	17	17	22	21	23	28

De qualquer modo, a questão suscitada exigiu uma pesquisa suplementar (descrita adiante no item 4 deste artigo) pois, se não houve concentração em determinados dias do mês, tal fato poderia ter sido determinado pela grande influência de certos dias da semana na realização da cerimônia do casamento.

Voltando à análise da problemática da dinâmica da distribuição sazonal dos casamentos no Paraná, e ainda salientando a relativa concentração do meio do ano, é evidente que o caso da Lapa constitui uma situação especial. Na análise do quadro-resumo, fica bem caracterizado que a população de Santo Antonio da Lapa, no final do século XVIII e começo do XIX, além da observância dos tempos "proibidos" da quaresma e do advento, destaca-se de imediato pela intensidade dos casamentos realizados de maio a setembro, cerca da metade deles (com preferência para o mês de junho). Será talvez interessante saber se, neste caso específico, haveria uma concentração maior próxima à data em que se festejava o patrono da vila (figuras anexas, conjunto 2).

Se for levado em conta que em fevereiro os casamentos são mais numerosos do que nos meses vizinhos por se tratar provavelmente de um mês de compensação por previsão da quaresma, os casamentos da Lapa foram realizados preferencialmente nos meses mais frios, junho, julho e agosto.

Um tal comportamento leva à procura de explicações em costumes e atividades locais. Efetivamente, é possível aqui levantar hipóteses e explicar a influência das atividades sócio-econômicas na escolha do período de casamentos ali realizados.

A Lapa nasceu como ponto de pouso de tropas de muarres que vinham do Rio Grande do Sul para o comércio na

feira de Sorocaba em São Paulo. Com seus campos reunos e suas fazendas de invernagem e o grande número de tropeiros que fornecia, tornou-se no século XVIII e XIX o centro mais importante das atividades do tropeirismo no Paraná. Os tropeiros lapeanos passavam os meses de primavera e verão em viagem, buscando as tropas no sul, e depois de curta estada nos campos paranaenses levavam os muares para Sorocaba, regressando à Lapa a partir de maio, conforme os relatos. A migração oscilatória dos tropeiros, definida por certos ritmos sazonais, evidentemente causava em alguns períodos do ano um significativo e momentâneo desequilíbrio na distribuição dos sexos. Durante o inverno a população masculina era mais sedentária e a ocasião favorecia duplamente o casamento, se for verdadeira a hipótese que relaciona a concentração maior do casamento com o padroeiro da paróquia.

As preferências pelo mês de fevereiro, característica das populações luso-brasileiras do século XVIII e XIX, assinalam uma compensação por previsão da quaresma, e seria possível supor que em épocas mais recentes esta compensação tenderia a se verificar também por recuperação em maio, combinando-se assim com uma possível influência do calendário agrícola, especialmente na entrada do inverno.

Ainda com relação ao mês de maio, é notável a concentração crescente dos casamentos que ocorre nos tempos mais recentes (vide quadro-resumo). Esta preferência é ainda mais acentuada para a paróquia de Santa Felicidade na qual se observa, a partir da década de 1920, uma verdadeira inversão de preferência pelo mês de abril para o mês de maio. Igualmente, a partir da década de 1930 aproximadamente, para os poloneses, maio torna-se destacadamente o mês preferido (figuras anexas, 2 e 3).

Chamando a atenção ainda para observações feitas anteriormente, é curioso notar que, para estes e outros casos, na medida em que se acentua a preferência por maio, cuja escolha tem sido envolvida por modismos atuais, cresce a recusa por agosto.

A relativa importância de janeiro na concentração dos casamentos poderia assinalar uma dupla situação intermediária, de compensação por recuperação (de dezembro) e por previsão (de março).

Sempre que possível, é desejável fazer os estudos sobre o movimento dos casamentos separando para cada paróquia períodos não muito longos, pois isto permite identificar mudanças, se as houver.

Na verdade, ao analisar esta preciosa medida de comportamento social que é a distribuição mensal dos casamentos, há um interesse primeiro pela evolução deste comportamento, e depois para a tendência secular. Neste último caso, as possíveis mudanças são anuladas pois o que se apresenta são médias gerais do período todo; pode ocorrer ainda que esses resultados representam predomínio das tendências mais importantes de uma determinada época sobre todo o período em questão (ver o conjunto 4 dos gráficos apresentados em anexo).

Nota-se que os gráficos "seculares" relativos a Santa Felicidade, Orleans e Comunidade Evangélica de Curitiba são muito semelhantes àqueles dos períodos mais recentes das mesmas paróquias. Nestes casos, os comentários sobre tal comportamento são aqueles já feitos anteriormente.

De modo geral, Santa Felicidade, Abranches e Orleans têm muitas semelhanças entre si, diferindo da Comunidade Evangélica que retrata uma população luterana. Isto é válido tanto para a correspondência sazonal existente, como também para a amplitude das flutuações; no caso do grupo evangélico de origem germânica, somente agosto/setembro registra tal fenômeno. A amplitude menor que distancia preferências e recusas neste último caso, explicar-se-ia pelo fato de se tratar de população mais urbana do que as demais? É uma possibilidade, levando devidamente em conta as modificações ocorridas, no que concerne, por exemplo, à acentuação das diferenças entre agosto e setembro para os luteranos evangélicos, como já foi visto.

Assim, resulta claro que as observações até aqui realizadas para o Paraná necessitam serem aplicadas, tanto por novas pesquisas sobre área e grupos populacionais ainda não estudados, como por novos ensaios com os dados disponíveis

4. Distribuição semanal dos casamentos

Em função de uma questão levantada no decorrer da análise referente ao ritmo sazonal dos casamentos, este artigo anexa um item referente ao modo com que se distribuíam os referidos atos durante o decorrer da semana. A pesquisa foi centrada sobre os dados relativos a Curitiba a partir de 1731, e por amostragem, escolhendo-se os casamentos efetivados nos meses preferidos, de fevereiro e junho. Os resultados, divididos cronologicamente da mesma maneira que os dados relacionados ao movimento sazonal, traduzem-se nos gráficos que seguem (números absolutos e relativos em anexo).

O ritmo semanal dos casamentos em Curitiba, conforme a amostragem, caracteriza uma longa tradição de preferência pelas terças-feiras e também pela recusa das sextas-feiras, bem como uma mudança rápida de preferência de terça pelo sábado.

Um exame mais rigoroso da imagem revelada pelos gráficos, e dos seus detalhes, leva naturalmente a uma análise mais precisa dos comportamentos da sociedade curitibana, que estão por trás das flutuações evidenciadas nesses quase dois séculos observados.

Assim, no século XVIII é evidente uma abstinência generalizada a partir da quarta-feira; a terça-feira constitui-se no dia preferido entre três (domingo, segunda e terça), onde a celebração de casamentos é superior à média. É bastante provável que a forma tomada pelo gráfico referente a este século traduza restrições religiosas, cujo ápice é a recusa pronunciada da sexta-feira. Explicar-se-ia, desta maneira, a concentração dos casamentos no início da semana.

No século XIX a terça-feira continua como dia de preferência da população curitibana, de modo destacado até 1850. Porém, nos trinta anos seguintes, ainda que parcela significativa da população continuasse a casar neste dia da semana, é o sábado que receberia a predileção dos noivos, o que se tornaria regra geral no final do século.

As explicações que parecem ser mais plausíveis para as variações na concentração da escolha do dia do casamento ocorridas a partir do início do século XIX (concentração alterando-se em benefício da terça-feira, com o sábado apresentando os primeiros sinais de mudança) relacionam-se com uma diminuição de força das aludidas restrições religiosas. Por outro lado, a continuidade na preferência (agora mais concentrada) pela terça, pode ser explicada como resultado de religiosidade aliada a tradições populares, sendo bem conhecida a importância, como já foi mencionado anteriormente, do culto aos santos na sociedade tradicional brasileira católica. Neste caso envolveria a devoção popular em torno de Santo Antonio, o "santo casamenteiro", que costumava ser homenageado às terças-feiras.

Na perspectiva de tempos mais recentes, tal escolha poderia causar estranheza, dado que tal fato implicaria em interrupção dos trabalhos executados no decorrer da semana. Mas isto não parecia atrapalhar a vida econômica dos paroquianos, pois que suas atividades (economia de subsistência e extração) permitiam a interrupção do trabalho cotidiano para a celebração e participação de festas como a do casamento.

A partir de um certo momento, cujos sinais são evidentes no período que termina em 1850, uma fração cada vez mais importante da sociedade curitibana adota um comportamento diferenciado, ampliando-se mais no final do século. O sábado passa a ser o escolhido para a celebração dos ritos nupciais.

Sem dúvida, esta dinâmica indica que, paulatinamente, uma parte representativa da população dedicava-se a atividades que determinavam um melhor aproveitamento da semana (ou um aproveitamento mais “racional” do tempo), sendo, portanto, conveniente a escolha do sábado para o casamento, contrariando a tradição de casar preferencialmente no meio da semana.

Neste processo de mudanças sociais mais complexas, o gráfico referente ao terceiro quartel do século XIX (1851-1880) assinala, melhor do que os demais, as contradições inerentes às transições: mostra a superposição de dois comportamentos; um relacionado talvez a uma população mais urbanizada, mais dependente de uma economia já de transição (escolhe o sábado); outro, que revela o peso das permanências, manifestadas pelos segmentos que continuavam a manter um gênero de vida “tradicional”, relativamente alheio às mudanças sócio-econômicas.

A recusa pela sexta-feira, a mais profunda retração em todos os gráficos, permanece durante todo o período observado. É pouco provável que a regularidade de hábitos matrimoniais evidenciados por esta recusa durante 170 anos, tenha a mesma explicação para todo esse tempo. O primeiro impulso é explicar a partir das tradições populares (iniciadas pela religiosidade católica) que identificam todas as sextas-feiras como dia não propício, dia da morte de Cristo, de abstinência, ou dia de azar, e assim por diante.

De qualquer forma, parte importante da população, conscientemente ou não, deixa de casar na sexta-feira em virtude dessa relação, inclusive em períodos mais recentes.

5. Conclusão

Uma das intenções primeiras deste artigo é a de chamar a atenção para a contribuição que podem dar à História do Paraná os estudos de demografia histórica. Pelo estudo da sazonalidade dos casamentos, oferece-se aos estudos históricos uma medida — tão precisa quanto possível — de comportamento da população, e através de sua variação é possível identificar a evolução de costumes, de hábitos, de tradições, de crenças, de mentalidade, enfim, é possível identificar quais

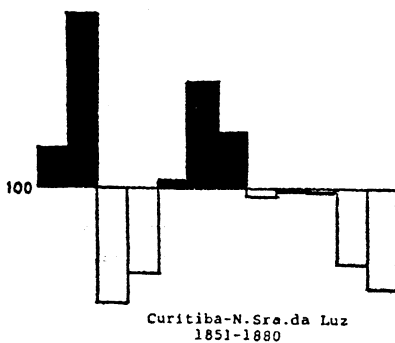
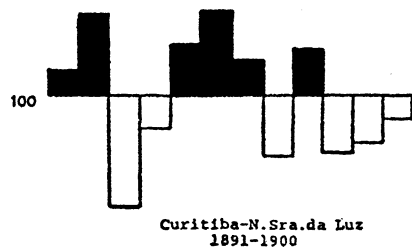
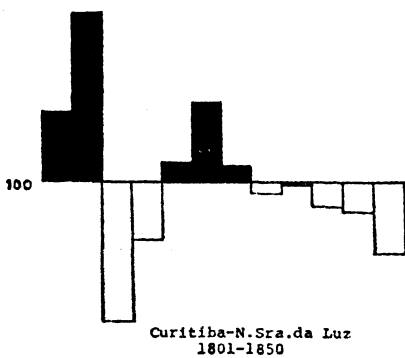
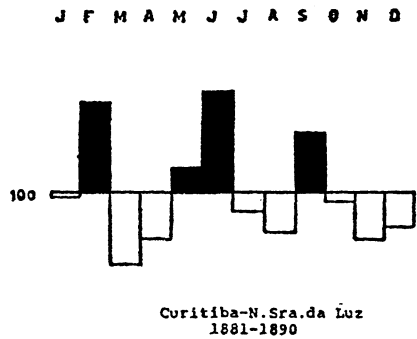
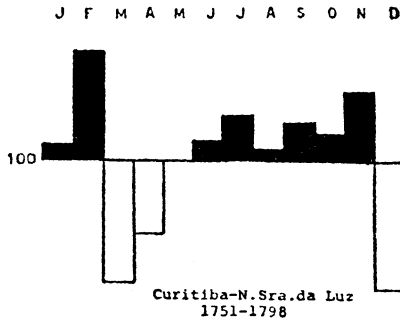
são os momentos de mudanças; podem-se buscar explicações dos fatores diversos que condicionam tal comportamento e tais alterações.

Ficou evidente que este trabalho não esgota o assunto, mas dá início a um estudo de síntese que pode ser mais amplo e mais aprofundado. Mais amplo, na medida em que novas paróquias e novos períodos forem estudados, em particular quanto aos dias da semana. Mais aprofundado, com a exploração de outras fontes que auxiliarão a explicar melhor os resultados oferecidos pelos registros paroquiais, tais como legislação eclesiástica e civil, jornais e outros periódicos, literatura contemporânea aos períodos estudados (romances, contos, peças teatrais), etc., bem como por uma revisão da literatura sociológica e antropológica concernente aos temas aqui abordados.

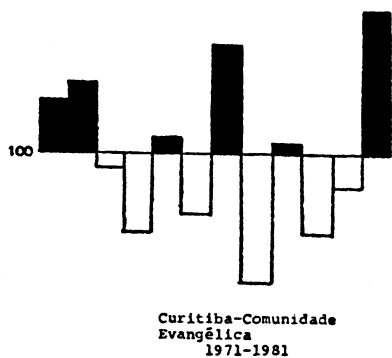
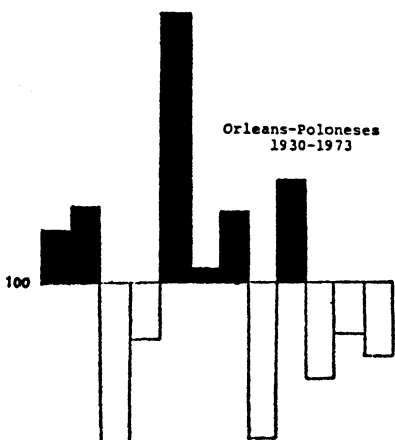
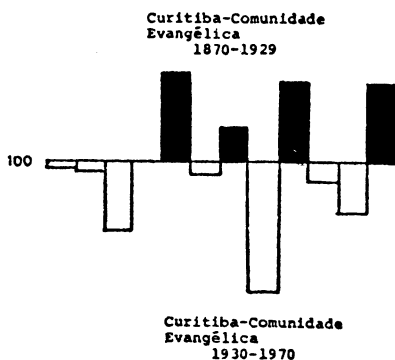
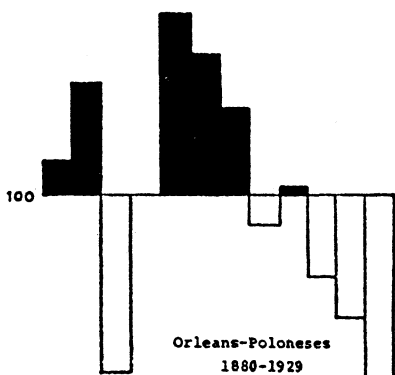
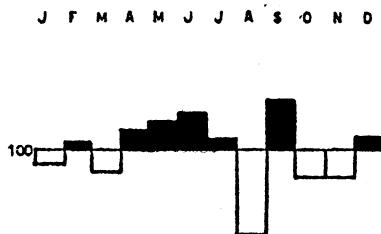
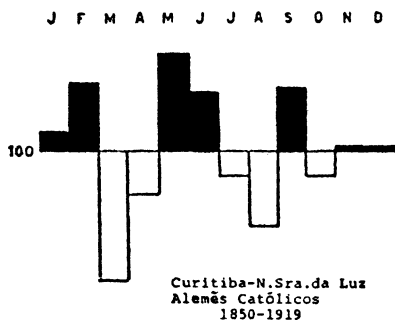
De qualquer maneira, este é o resultado de reflexões em torno de um dos aspectos tratados pela demografia histórica, uma primeira tentativa de síntese que foi possível ensaiar a partir dos resultados apresentados nestes poucos anos de trabalho nessa área de pesquisa na Universidade Federal do Paraná.

**PARANÁ — DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS CASAMENTOS —
SÉCULOS XVIII, XIX, XX.**

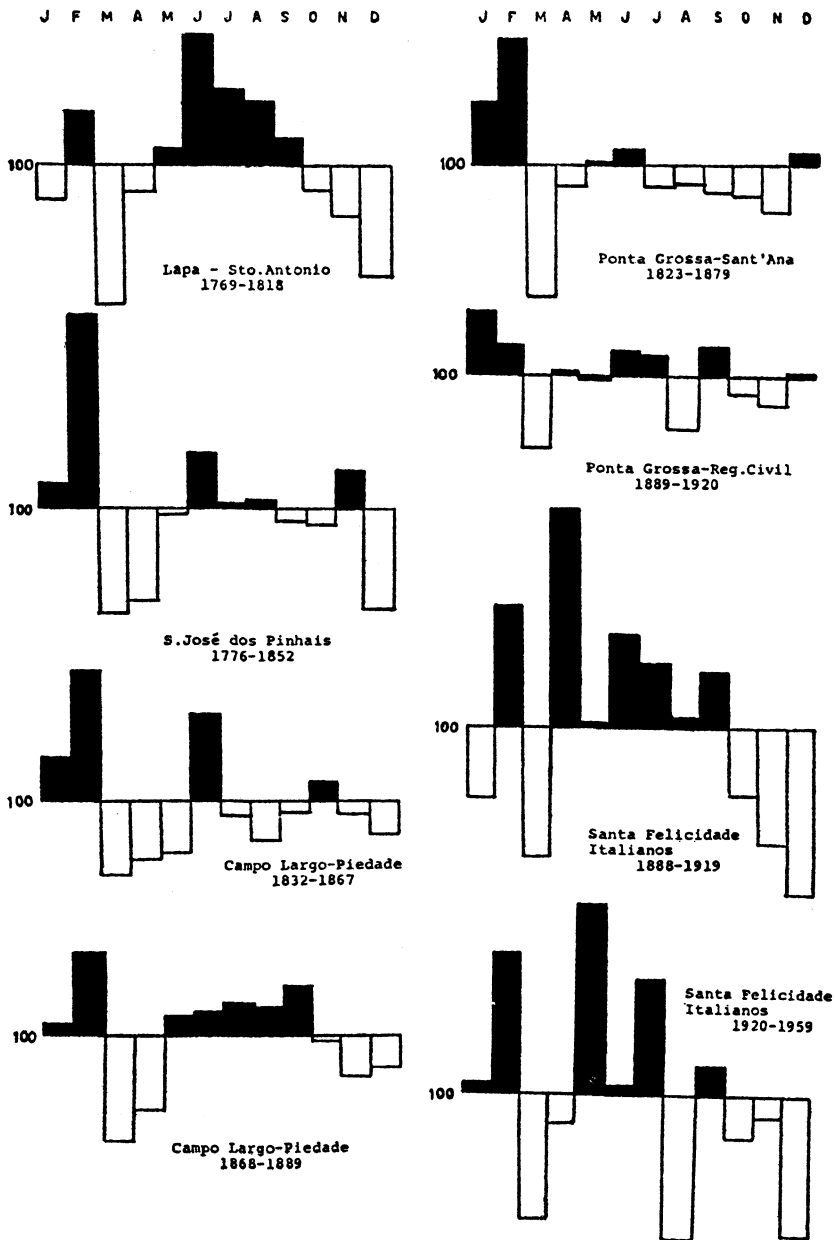
CONJUNTO 1



CONJUNTO 2



CONJUNTO 3



PARANÁ — GRUPOS DE ORIGEM IMIGRANTE, DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS CASAMENTOS: SÉCULOS XIX E XX.

CONJUNTO 4



PARANÁ — DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS CASAMENTOS — SÉCULOS XVIII, XIX, XX. NÚMEROS ABSOLUTOS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL PERÍODO
Curitiba — N. Sra. da Luz	151	200	48	82	141	150	174	148	164	159	185	44	1646
Lapa — Santo Antonio	42	66	13	44	57	86	74	70	57	45	36	21	611
S. José dos Pinhais	135	225	52	58	116	149	121	123	107	109	140	55	1390
Curitiba — N. Sra. da Luz	388	489	75	192	314	390	306	266	272	245	228	176	3341
Ponta Grossa — Sant'Ana	209	243	114	134	161	167	138	141	129	130	112	166	1844
Campo Largo — Piedade	112	142	54	59	75	130	83	102	82	101	81	74	1095
Curitiba — N. Sra. da Luz	326	469	111	144	283	406	374	256	257	264	159	130	3177
Campo Largo — Piedade	110	138	45	60	115	112	122	120	128	102	79	86	1217
Curitiba — N. Sra. da Luz	152	210	96	115	176	232	140	124	199	149	113	128	1834
Curitiba — N. Sra. da Luz	194	222	71	136	216	237	201	117	204	119	124	149	1990
Curitiba — N. Sra. da Luz (alemães católicos)	101	115	27	68	141	117	80	54	120	79	92	95	1089
Curitiba — Comunidade Evangélica (alemães)	105	106	99	119	132	131	120	61	139	98	95	121	1326
Santa Felicidade (italianos)	24	60	12	84	39	58	50	42	50	25	14	4	462
Ponta Grossa — R. Civil	255	199	115	187	182	209	215	132	215	169	155	193	2226
Orleans (poloneses)	81	101	3	67	136	117	101	57	69	38	35	1	860
Santa Felicidade (italianos)	104	159	32	90	201	100	160	22	110	77	85	25	1155
Orleans (poloneses)	149	151	19	81	285	120	160	19	175	53	81	70	1363
Curitiba — Comunidade Evangélica (alemães)	176	156	111	174	263	162	210	52	250	159	142	258	2113
Curitiba — Comunidade Evangélica (alemães)	95	94	69	42	80	49	118	23	76	43	57	134	880

PARANÁ — DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS CASAMENTOS — SÉCULOS XVIII, XIX, XX. NÚMEROS RELATIVOS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL PERÍODO
Curitiba — N. Sra. da Luz	108	156	34	60	100	110	124	106	121	114	136	32	1200
Lapa — Santo Antonio	81	130	24	87	109	171	142	135	114	87	72	40	1200
S. José dos Pinhais	113	207	44	50	97	130	102	104	93	92	122	46	1200
Curitiba — N. Sra. da Luz	136	188	26	70	110	141	107	93	98	86	83	62	1200
Ponta Grossa — Sant'Ana	133	170	72	88	102	110	88	90	85	83	74	105	1200
Campo Largo — Piedade	123	171	60	67	83	148	92	78	93	111	92	82	1200
Curitiba — N. Sra. da Luz	121	192	41	55	105	156	129	95	99	98	61	48	1200
Campo Largo — Piedade	109	146	43	60	111	112	118	116	128	98	79	83	1200
Curitiba — N. Sra. da Luz	97	147	62	76	113	153	90	79	131	95	75	82	1200
Curitiba — N. Sra. da Luz	114	143	42	83	127	145	119	69	124	70	76	88	1200
Curitiba — N. Sra. da Luz (alemães católicos)	109	136	29	76	182	131	86	58	134	85	102	102	1200
Curitiba — Comunidade Evangélica (alemães)	93	103	88	109	117	120	109	54	127	87	87	107	1200
Santa Felicidade (italianos)	62	166	30	219	102	151	125	105	130	63	37	10	1200
Ponta Grossa — R. Civil	134	115	61	102	99	114	113	70	117	89	84	102	1200
Orleans (poloneses)	118	161	4	100	198	176	147	83	103	55	53	1	1200
Santa Felicidade (italianos)	106	176	32	84	204	105	163	22	116	78	89	25	1200
Orleans (poloneses)	128	142	16	72	246	107	138	16	155	47	72	60	1200
Curitiba — Comunidade Evangélica (alemães)	98	95	62	100	147	93	117	29	144	89	82	144	1200
Curitiba — Comunidade Evangélica (alemães)	129	138	92	58	108	67	158	29	104	58	79	179	1200

PARANÁ — GRUPOS DE ORIGEM IMIGRANTE, DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS CASAMENTOS — SÉCULOS XIX E XX

JAN FEV MAR ABR MAIO JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ TOTAL PERÍODO

Números Absolutos														
Santa Felicidade (italianos)	128	219	44	164	240	158	210	64	160	102	99	29	1617	1888-1959
Abranches (poloneses)	151	139	13	84	178	156	116	65	130	88	93	21	1234	1881-1960
Orleans (poloneses)	230	252	22	148	421	237	261	76	244	91	116	71	2168	1880-1973
Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba (alemães)	281	262	210	293	395	293	330	113	389	257	237	379	3439	1870-1970

Números Relativos														
Santa Felicidade (italianos)	92	174	32	123	174	118	152	46	120	74	74	21	1200	1888-1959
Abranches (poloneses)	148	144	12	82	168	153	110	61	128	83	91	20	1200	1881-1960
Orleans (poloneses)	124	150	12	83	228	133	141	41	136	49	65	38	1200	1880-1973
Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba (alemães)	96	98	72	104	135	104	113	39	138	88	84	130	1200	1870-1970

**CURITIBA — DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DE CASAMENTOS — JUNHO E FEVEREIRO
SÉCULOS XVIII, XIX, XX**

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	TOTAL	PERÍODO
Números absolutos								
70	93	106	51	55	7	37	419	1731-1800
98	100	258	145	89	56	148	894	1801-1850
85	40	253	71	97	25	302	873	1851-1880
82	68	96	90	62	15	482	895	1881-1900

Números relativos								
117	155	177	85	92	12	62	700	1731-1800
77	78	202	113	70	44	116	700	1801-1850
68	32	203	57	78	20	242	700	1851-1880
64	53	75	71	48	12	377	700	1881-1900

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BALHANA, A.P. **Famílias coloniais; fecundidade e descendência.** Curitiba, 1977. p. 196. Tese, Titularidade, Universidade Federal do Paraná.
- 2 ———; BURMESTER, A.M.O.; CARDOSO, J.A.; NADALIN, S.O. A pesquisa em demografia histórica na Universidade Federal do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., São Paulo, 1982. Anais. São Paulo, ABEP, 1982. p. 441-4.
- 3 BARCIK, Verginia. **A população de Campo Largo em seus aspectos demográficos e sociais no século XIX.** Inédito.
- 4 BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Paróquia de Santo Antonio de Orleans; 1879-1973.** Inédito.
- 5 BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **Population de Curitiba au XVIII siècle.** Montréal, 1981. p. 169. Thèse, Ph.D., Université de Montréal.
- 6 GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Estudo demográfico da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana de Ponta Grossa; 1823-1879.** Curitiba, 1979. p. 91. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 7 KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba; 1801-1850.** Curitiba, 1974. p. 69. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 8 MIRANDA, Beatriz Teixeira de Melo. **Aspectos demográficos de uma cidade paranaense no século XIX: Curitiba; 1851-1880.** Curitiba, 1978. p. 92. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 9 NADALIN, Sergio Odilon. **Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la communauté évangélique luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969.** Paris, 1978. p. 394. Thèse, Doctorat du 3e cycle, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- 10 PINTO, Elisabete Alves. **A população de Ponta Grossa a partir do registro civil; 1889-1920.** Curitiba, 1980. p. 86. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 11 RANZI, Serley Fischer. **Reconstituição do grupo católico alemão e teuto-brasileiro de Curitiba e sua história demográfica.** Inédito.
- 12 SBRAVATI, Myriam. **São José dos Pinhais, 1776-1852; uma paróquia paranaense em estudo.** Curitiba, 1980. p. 88. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 13 VALLE, Marília Souza do. **Movimento populacional da Lapa; 1769-1818.** Curitiba, 1976. p. 59. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 14 WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Abranches; um estudo de história demográfica.** Curitiba, Vicentina, 1976. p. 50.

COOPERATIVA MISTA BOQUEIRÃO — UMA OBRA MENONITA EM CURITIBA.

MARIA ROSA CHAVES

Estudante do curso de História da Universidade Federal do Paraná. Trabalho monográfico apresentado na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica IV no 2.º semestre de 1982, sob a orientação da professora Marisa Budant SchAAF.

RESUMO

Este trabalho tem a pretensão de mostrar a comunidade menonita de Curitiba sob o prisma religioso e social.

O estudo é feito tendo como referência a **Cooperativa Mista Boqueirão**, fundada pelo grupo quando do seu estabelecimento no bairro do Xaxim.

O espaço temporal vivencial estudado situa-se entre os anos de 1960-65. Através de uma metodologia histórica foram utilizadas técnicas de história demográfica (levantamentos estatísticos) e especialmente entrevistas — técnica por excelência da história social, além de consultas bibliográficas.

Faz também um levantamento histórico das peripécias do grupo na Europa e sua imigração e tendo como fecho a sua fixação no bairro do Xaxim.

Relata os fatores que condicionaram a sua identidade étnica com a cultura alemã e encerra-se com uma análise objetiva da Cooperativa Mista Boqueirão no período acima citado.

Introdução

Um bairro de grande importância na cidade de Curitiba é o bairro do Xaxim, localizado no sudoeste de Curitiba. A formação do referido bairro iniciou-se no século passado, por volta de 1840, com a vinda de colonos italianos provindos de Morretes. Dedicavam-se à agricultura de subsistência, fabrica-

ção de “barricas” que acondicionavam a erva-mate, e a produção leiteira comercializada com o centro de Curitiba.

A partir do segundo quartel do século XX inicia a imigração de outro grupo para a cidade, estabelecendo-se no bairro em questão.

Eram reemigrantes alemães vindos de Santa Catarina, e especificamente do atual município de Witmarsun (localizado a mais ou menos 45 quilômetros de Blumenau e fundado por estes mesmos imigrantes quando vieram ao Brasil).

Existe uma especificidade dentro deste grupo imigrante. São “menonitas” pertencentes a um grupo religioso anabatista holandês que teve início na Reforma Religiosa do século XVI, nas regiões da atual Suíça, Alemanha do Sul e Países Baixos.

Os menonitas sofreram durante toda sua história constantes migrações, quer na própria Europa, quer para a América do Norte e América do Sul.

Antes da fixação em território americano, os menonitas estavam estabelecidos nas estepes do rio Volga (URSS), há aproximadamente 150 anos (desde 1770 quando do convite da Czarina Catarina II).

Porém, a Revolução de 1917 na Rússia fez com que os menonitas procurassem outras regiões para desenvolver sua estrutura sócio-econômica, uma vez que estavam baseados na economia capitalista da propriedade privada dos meios de produção, procura do lucro, de emprego de assalariados, etc.

Portanto, uma vez que as propriedades menonitas passariam às mãos do Estado, estes viram-se obrigados a emigrar, procurando nas Américas (Estados Unidos, Canadá, Brasil e Paraguai), uma nova região propícia ao seu modo de vida.

Fixando-se em Santa Catarina, os menonitas se organizaram numa instituição que, desde o início, lhes serviu de ideal econômico — uma Cooperativa (isto desde 1930).

Em 1951 alguns menonitas foram para o município de Palmeira, fundando a Cooperativa Agropecuária Witmarsun. Antes porém, em 1947, foi fundada em Curitiba a Cooperativa Mista Boqueirão, objeto da presente análise.

Ao se defrontarem com os italianos do bairro do Xaxim, os menonitas uniram-se em um objetivo comum. Ou seja, os italianos e os menonitas dedicavam-se à produção e comercialização do leite, e ao invés de se tornarem concorrentes no mercado central de Curitiba, organizaram-se numa cooperativa. Com larga experiência nesse setor os menonitas tiveram a iniciativa e tomaram as rédeas da instituição.

A força da organização menonita repousa na sua própria religião, que prega como indispensável a ajuda mútua dos membros para o seu progresso.

O presente trabalho pretende compreender a união dos menonitas, utilizando a Cooperativa por eles fundada em Curitiba para uma amostra. As análises não pretendem focar o cunho doutrinário-religioso que rege os menonitas, e nem o progresso econômico em termos quantitativos da Cooperativa, mas sim o nível das articulações sociais dos menonitas em relação à realidade exterior em que estão inseridos, tendo a Cooperativa como indicadora da capacidade produtiva dos menonitas.

Fontes e Metodologia

Tendo por base o método histórico, foram utilizadas técnicas da história demográfica (levantamentos estatísticos) e especialmente entrevistas, técnica por excelência da história social, além de consultas bibliográficas.

Os dados estatísticos foram retirados do LIVRO DE SÓCIOS, que continha o registro de cada indivíduo que se associou no período em questão (1960-1965) sendo levantado um total de 455 fichas entre 453 pessoas físicas e duas pessoas jurídicas. Destas fichas podem-se retirar as seguintes informações: nome e sobrenome, idade, endereço, profissão, estado civil, nacionalidade, datas de admissão e demissão. Agrupadas anualmente pode se chegar à construção de gráficos explicativos.

Outra fonte foi o LIVRO-ATA, donde foram tiradas as seguintes informações: aprovação de balanços anuais, eleições de diretorias, eleições de conselho fiscal e conselho de administração, assuntos gerais.

Toda a coleta dos dados foi realizada no arquivo da Cooperativa, localizado na sede da mesma.

Utilizando-se a técnica da entrevista, obtiveram-se informações sobre a vinda e a organização sócio-econômica dos menonitas no Brasil, além de informações acerca da fundação e funcionamento da Cooperativa Mista Boqueirão. Foram efetuadas também entrevistas com membros da comunidade italiana no bairro, procurando captar as relações sociais entre os menonitas e estes.

O levantamento bibliográfico que estruturou o trabalho tem por base obras correspondentes às ciências sociais, especificamente sobre a História do Paraná, problemas com grupos étnicos, assimilação e contatos, e sobre cooperativismo.

Imigração e Estabelecimento no Brasil

Originários de anabatistas do século XVI, tendo o holandês Menno Simon como líder, os menonitas sofreram perseguições por parte das igrejas católica e protestante da época. Da Igreja Católica, por se tratarem de protestantes a ela. Da Igreja protestante, porque os menonitas defendiam a idéia da separação entre a Igreja e o Estado. Porém as igrejas protestantes da época pertenciam ao Estado.

Assim sendo, ainda no século XVI os menonitas se refugiavam na região do Dantzig (pertencente à Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial), fuggindo da Holanda.

Em 1770 partem da Alemanha para a Rússia onde permanecem até 1917.

Em 1874 quis o Império Russo obrigar os menonitas ao serviço militar, até então isentos por se tratar de um princípio religioso.

Assim inicia a imigração para a América do Norte (Canadá e Estados Unidos).

Os que permaneceram desenvolveram um sistema agrícola exemplar, na produção de leite e trigo. Possuíam mais de 1,6 milhões de hectares de terra, indústrias, escolas, hospitais, orfanatos e uma escola bíblica. A este nível, a organização do tipo cooperativista já existe.

Após 1917, vêem-se obrigados a deixar a Rússia se refugiando na Alemanha, até surgir uma oportunidade de imigração. Por volta de 1929 eram 15 mil os menonitas desalojados de suas propriedades. O maior interesse repousava sobre o Canadá e os Estados Unidos, porém estes países se recuperavam da depressão econômica de 29, e poucos menonitas foram para lá. O restante foi encaminhado para o Brasil e Paraguai. Em fevereiro de 1930 chega a primeira leva ao Brasil.

Estabeleceram-se em Santa Catarina, numa região de difícil fixação por se tratar de florestas com clima quente, incompatível com o modo de vida e organização econômica do grupo.

Procurando regiões onde poderiam continuar desenvolvendo suas atividades, reemigram para o Paraná. Em 1933 iniciam o movimento em direção a Curitiba onde se estabelecem no bairro do Xaxim, e em 1951, membros do grupo que ainda estavam em Santa Catarina, adquirem a Fazenda Cancela no município de Palmeira. Hoje observa-se a existência da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsun, responsável pelos laticínios Cancela.

Em 1947 os menonitas do bairro do Xaxim organizam-se numa Cooperativa, unindo-se aos italianos produtores de leite, visando a compra de farelo e ração para o gado a preços mais baixos.

Identidade Étnica

Como grupo religioso, os menonitas são originários anabatistas evangélicos holandeses. Porém, sua permanência no Dantzig fez com que eles incorporassem a **cultura alemã** de uma forma bem mais marcante e, mesmo quando de sua existência na Rússia, os laços culturais com a Alemanha continuaram acentuados.

Como grupo étnico, os menonitas sobreviveram graças à autonomia que lhes foi concedida pelo Império Russo e o sistema de “colônias fechadas” possibilitou a reprodução da vida econômica e cultural.

De um grupo religioso, os menonitas se tornam um grupo étnico, partilhando uma cultura comum e reproduzindo esta cultura nas chamadas “colônias fechadas”.

A religião é a produtora deste grupo étnico, onde os membros se identificam entre si por participarem do mesmo grupo religioso e possuírem as mesmas raízes históricas. Portanto, os menonitas formam mais que um grupo religioso. Fazem parte de um grupo étnico-religioso, igualmente como outros grupos de imigrantes estabelecidos no Brasil, porém com especificidade, quer na própria doutrina religiosa, quer na sua forma de organização econômica cooperativista.

A Cooperativa Mista Boqueirão

A vinda dos menonitas a Curitiba fez com que o grupo se organizasse nos mesmos moldes de Santa Catarina, ou seja, num sistema econômico capitalista, ligados pelo sentimento religioso e solidariedade étnica. Através disto foi possível a fundação da Cooperativa Mista Boqueirão.

A atividade econômica básica desenvolvida no bairro do Xaxim era a produção leiteira, existindo algumas famílias menonitas especializadas na indústria madeireira, e todas elas dedicando-se à agricultura de subsistência.

A 17 de julho de 1947 é fundada a Cooperativa Mista Boqueirão, cujo objetivo era o de comprar farelo e ração para o gado a preços melhores e distribuí-los aos associados. A iniciativa deve-se aos senhores David Töws e Francisco Derosso, porém passou-se a dinâmica e a administração aos representantes dos menonitas, até os dias de hoje.

A partir da substituição da produção leiteira do bairro, pelos vínculos econômicos ao Centro de Curitiba e conseqüente distribuição inversa do leite, a Cooperativa foi se adaptando à nova realidade.

Porém, até hoje, a Cooperativa compra e distribui produtos agrícolas aos associados agricultores (insumos, instrumentos, alimentação para os animais). Quer dizer, houve uma reelaboração dos objetivos econômicos da Cooperativa, sempre a contento dos associados.

Pode-se comprovar, através dos relatos escritos nas Atas de Assembléias e nas entrevistas realizadas, que a cooperativa satisfaz seus associados.

Vendo em termos quantitativos, temos para os anos que vão de 1960 a 1970 um saldo positivo entre sócios admitidos e demitidos. Por exemplo, no ano de 1964, 248 indivíduos se associaram e 44 saíram.

Os sócios não são unicamente procedentes de Curitiba, isto porque a área de atuação da Cooperativa se estende aos municípios de São José dos Pinhais, Piraquara, Palmeira, Campo Largo, Tijucas do Sul, Araucária, Contenda e Lapa. Os dados levantados foram sobre indivíduos provindos de Curitiba.

A nacionalidade predominante é a brasileira, seguindo-se em número os alemães, russos e paraguaios. Estes paraguaios possuem nome e sobrenome alemães, o que se deduz serem menonitas reimigrantes.

Quando à profissão, destacam-se os agricultores, incluindo nesta ordem os leiteiros. A diversidade de profissões é grande entre os setores secundário e terciário. Cabe notar que no período estudado (1960-65), inclusive nos dias atuais, a Cooperativa possuía um mercado que vendia produtos de consumo com a possibilidade de pagamento até 45 dias após a compra, o que atraiu esta diversidade de profissionais.

A composição das diretorias foi exclusivamente menonita. Através da leitura das atas podem-se acompanhar as eleições dos anos de 1960 a 65, sendo que muitos diretores se repetem.

Conclusão

Grande número de imigrantes se estabeleceram no Brasil especialmente no sul do país, cada contingente trazendo consigo suas tradições, valores e sua vida sócio-econômica.

Adaptando-se de diversos modos, temos os que se tornaram proletários (São Paulo durante a expansão cafeeira), os

que rebaixaram sua tecnologia usando primitivos sistemas de exploração da terra, tal como os “caboclos”, etc.

Porém existem aqueles que, interagindo na realidade social, conseguiram mudar por vezes a comunidade estabelecida, movidos pelo forte sentimento da responsabilidade pela manutenção do grupo.

Entre estes últimos, inserem-se os menonitas. Através da sua especificidade étnico-religiosa, a solidariedade entre os membros tornou-se premente, ocasionando um crescimento econômico.

A Cooperativa Mista Boqueirão é apenas um exemplo disto. Em Palmeira (Paraná) a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsun, com os seus produtos Cancela, demonstra mais claramente o progresso. Em São José dos Pinhais existe a Cooperativa de Laticínios de Curitiba, também menonita (produtora dos Laticínios Clac) de grande influência em nosso meio.

A Cooperativa Mista Boqueirão é um exemplo da capacidade produtiva dos menonitas. Uma capacidade desenvolvida há muitos anos desde os tempos das colônias fechadas na Rússia. Um exemplo de união de um grupo de humildes criadores e leiteiros escorados numa filosofia religiosa de ajuda mútua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A — FONTES

- 1 COOPERATIVA MISTA BOQUEIRÃO. *Estatuto*, aprovado a 27 nov. 1974.
- 2 ————. *Livro de atas das Assembléias Gerais Ordinárias*.
- 3 ————. *Livro de Sócios*, n. 1, 2 e 3.

B — OBRAS CONSULTADAS

- 1 ARAUJO, Silvia Maria Pereira de. O cooperativismo agrícola paranaense, segundo os arquivos da Junta Comercial do Paraná (1916-1976). *Revista Paranaense de Desenvolvimento* (70):55-77, 1980.
- 2 ————. *Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação*. Curitiba, Projeto, 1982. 215 p.

- 3 BALHANA, Altiva P. et alii. **Campos gerais, estruturas agrárias.** Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1968. 267 p.
- 4 ————. **História do Paraná.** Curitiba, Grafipar, 1969. v. 1.
- 5 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo, Pioneira, 1976. 113 p.
- 6 SEYFERTH, Giralda. **A representação do trabalho “alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira.** Curitiba, 1982. Mimeografado.
- 7 WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Curitiba, Vicentina, 1977. 185 p.
- 8 WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1979. 325 p.

AMBIGÜIDADES DO SISTEMA COLONIAL

DENISE BOTTMANN

Bacharel em História pela UFPR. Mestranda de História na UNICAMP.

RESUMO

O modelo Sistema Colonial, tal como é formulado por Fernando Novais, mostra-se internamente oscilante entre dois padrões explicativos: um caracterizado pela idéia de causalidade e outro pela idéia de finalidade. O padrão predominante é o padrão finalista, que se explicita pelo recurso à noção de um "sentido" do processo histórico estudado. Mas o padrão causal surge inevitavelmente com a noção de uma crise necessária do Sistema Colonial, que produz, também necessariamente, o surto industrial do século 18. A partir dessa oscilação, as duas principais críticas aqui formuladas ao modelo Sistema Colonial se referem a: 1) o não-reconhecimento de uma especificidade intrínseca do fenômeno estudado, enquanto novidade histórica, e 2) utilização de um único eixo de estruturação lógica da análise, em torno do conceito de capital, o que homogeneiza a diversidade complexa do fenômeno em questão.

O propósito deste texto é levantar algumas questões sobre a construção e a aplicabilidade do modelo proposto por Fernando Novais, para explicar a colonização moderna enquanto principal instrumento de aceleração do processo de acumulação primitiva do capital, ao longo dos séculos 16 a 18, na Europa¹. Tal modelo, que articula num primeiro plano um tipo particular de relações políticas com uma estratégia a longo prazo de constituição do capitalismo, é denominado

1. NOVAIS, Fernando A. A crise do antigo sistema colonial. In: ————. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo, Hucitec, 1979. cap. 2, p.57-116. Ver também *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. CEBRAP 17. São Paulo, Brasiliense, 1974. A paginação aqui referida refere-se à edição Cebrap.

pelo autor “Sistema Colonial” ou, ainda, “antigo Sistema Colonial”². Visto como “a principal alavanca na gestação do capitalismo moderno” (p. 15), o Sistema Colonial corresponde ao “conjunto de mecanismos — normas de política econômica e relações econômicas efetivas — que integra e articula a colonização com as economias centrais européias, realidade subjacente e imanente no processo concreto da colonização, que a ajusta continuamente ao seu ‘sentido’ ” (p. 16). Trata-se do “determinante estrutural, componente a partir do qual é possível compreender o conjunto das manifestações, tornando-as inteligíveis, o elemento enfim que explicita e define os demais, e não se define por eles” (id.).

Inicialmente, devem-se fazer duas observações básicas, que nortearão as questões levantadas a seguir. Concernem ao estatuto de efetividade atribuído ao Sistema Colonial: visto como mecanismo subjacente a todo aquele período e qualificado como “fenômeno de longa duração”, ele é por outro lado considerado como fase intermediária entre a desintegração do feudalismo e a constituição do capitalismo industrial, como fenômeno que traz em si elementos do período histórico em declínio e traços peculiares daquilo que só se mostraria constituído três séculos mais tarde. Esta primeira observação, que se refere à desqualificação da especificidade intrínseca do fenômeno considerado, remete a uma segunda, a ela vinculada: como o Sistema Colonial é entendido como passagem em si já sempre remetida seja, por exemplo, a padrões de comercialização anteriores (o que permite que o autor, ao considerar a montagem de novas sociedades a partir da colonização, afirme que tal empreendimento, ainda que diretamente ligado ao estabelecimento de novas ordens de produção, mantém uma natureza puramente comercial, que corresponde por sua vez à estrutura mercantil anteriormente existente), seja a elementos que se estruturarão como conjunto em época bastante posterior, isto é, após a Revolução Industrial, (o que permite, entre outras coisas, que o autor considere que, durante o período em causa, dominado pelo capital comercial, a economia colonial religa-se como “apêndice” à economia européia, permitindo-lhe o “arranque” do surto industrialista), retomando, como o Sistema Colonial é visto como **passagem** em si incapaz de guardar uma especificidade irreduzível, ele torna-se em seu próprio funcionamento uma “alavanca”, um instrumento para a constituição do capitalismo “integral”. É a qualificação do fenômeno da passagem como “fase intermediária” e “alavanca” que fará com que o modelo

2 De ora em diante referido apenas como Sistema Colonial.

do Sistema Colonial não consiga integrar simultaneamente o fenômeno da transformação, no que este termo implica de experiência histórica. A transformação, na entrada qualificada como passagem-etapa, na saída (século 18) será por sua vez qualificada como a “crise” do Sistema Colonial — o qual, ao chegar a seu limite, supera-se a si próprio originando outro fenômeno só explicável a partir de outro modelo, o do capitalismo industrial. Ainda aí, o que propriamente teria de ser explicado apresenta-se como efeito, e a descrição não substitui o muito que resta a ser conceitualizado: a própria dinâmica de passagem e transformação na sua especificidade, ou melhor, na sua historicidade³. A oscilação entre redução categórica e descrição mostra-se mais claramente no momento em que o autor caracteriza a configuração interna da economia colonial: se, no conjunto das relações do Sistema Colonial, ela é um “apêndice” instrumentalizado de modo a funcionar como alavanca para a aceleração da acumulação primitiva do capital nas mãos de grupos empresariais sediados nas metrópoles, internamente ela corresponde a um “modo de produção escravista-mercantil”. O que o autor tenta evitar no substancial de sua proposta, ou seja, a construção de um modelo a partir da visibilidade mais imediata dos fenômenos, ressurgue, ainda que de modo não desenvolvido, na abordagem da organização social do Brasil-colônia⁴.

Feitas essas duas observações iniciais, que podem se resumir numa única, qual seja, a operação do fenômeno da passagem em termos de uma transformação finalizada cuja direção só pode ser definida tão unicamente apenas a posteriori (e o historiador, assim, ao atribuir ao fenômeno a existência prévia de uma direção cujos resultados só se constituiriam posteriormente, assume de um lado o chamado “pecado do anacronismo”⁵ e de outro um estilo de neutralização da ação⁶, em que o problema da agência humana e o da experiência histórica são descartados em vista dos resultados), levanta-se um problema constitutivo central na proposta de F. Novais. O Sistema Colonial — que, como já foi dito, corresponde a um “conjunto de mecanismos . . .” — insere-se dentro de um conjunto mais amplo, a saber, o Antigo Regime Político. Por um lado, o Sistema Colonial é um momento particular da história da colonização e obtém sua especificidade dentro dessa história como uma “forma mercantilista de co-

3 Este problema será retomado ao tratarmos do papel desempenhado pelo conceito de crise.

4 Abordagem essa que, com as devidas ressalvas, pode ser estendida ao conjunto de colônias de exploração do Novo Mundo.

5 Nos termos de Lucien Febvre.

6 Na acepção de G. Gilles Granger.

lonização” (p. 3). Por outro lado, ele se demarca funcionalmente como “sistema colonial do mercantilismo” (id.), dentro do quadro mais amplo do Antigo Regime Político. Nesta segunda situação, a demarcação propriamente histórica é dada, não pela colonização, mas pelo que Novais, no rastro de Caio Prado Jr., chama de seu “sentido” (p. 13), isto é, a acumulação primitiva do capital. Assim, o Antigo Regime é o terreno onde se monta o dispositivo que o transcenderá quando de sua crise: tal dispositivo é a acumulação de capital, primeiramente primitiva, que é capaz de operar dentro de um quadro “intermediário” e que exercerá a pressão, no limite insustentável, que provocará a derrocada não só do conjunto de mecanismos de que se tinha armado, como de todo o terreno em que até então operara (respectivamente Sistema Colonial e Antigo Regime). Se o Sistema Colonial é visto como mecanismo explicativo de todo esse período, que articula suas diversas partes, assim é porque o sentido profundo e imanente, ainda que nem sempre visível, de todo o processo, é a acumulação de capital, a ser acelerada (*in passim*, em esp. p. 12 e 37). É nessa linha de causalidade profunda⁷ — constituição do capitalismo, após a “ultrapassagem” (p. 15) — que se inscreve o Sistema Colonial. No entanto, ainda que o processo de acumulação seja ele o fundamento causal, o Sistema Colonial tem sua vigência histórica para Novais na medida em que a burguesia européia, conscientemente ou não, monta tal conjunto de mecanismos dentro de um quadro histórico como forma de luta por sua consolidação econômica e ascensão política. Nesse sentido, não é a acumulação de capital que *de per si* explicaria o processo — é necessário para Novais, e é o que ele tenta, explicar esse período de formação dos pré-requisitos básicos para a constituição do capitalismo, que como tal só surgirá nos fins do século 18. O procedimento adotado é o de operar com duas totalizações onde se inscreveria o Sistema Colonial: uma, o quadro geral do Antigo Regime, periodizado como o interregno séculos 16-18, cuja política econômica tem sua expressão típica no projeto formulado pela doutrina mercantilista (projeto esse que norteará, ainda que muito tortuosamente, a expansão colonial); outra, o quadro mais geral do capitalismo, desde a formação de seus dois pré-requisitos (de um lado, a **possibilidade** do surto industrial, dada pela acumulação primitiva; de outro, a sua **necessidade**, montada pela ampliação da demanda de bens manufaturados — p. 61) até sua plena constituição. A proposta de Novais, nessa segunda totalização que, a bem dizer, englo-

⁷ Entendendo por essa expressão o movimento de transformações estruturais a longo prazo, devidas basicamente a causas materiais. Cf. P. Veyne.

ba e torna inteligível a primeira (cf. sugere à p. 16), obviamente restringe-se à dinâmica que instaurará os dois referidos pré-requisitos, apontando apenas de passagem o desdobramento do processo em termos de um capitalismo já constituído. Ora, se é esse o intento principal do esquema explicativo fundado pelo Sistema Colonial, simultaneamente assentado em dois termos (lembrando que apenas um deles é a garantia das condições de possibilidade do processo, ou seja, é o seu “sentido”), é possível ver quão escorregadio se torna o chão onde Novais pretende radicar a unidade de seu objeto. Vejamos pois, primeiramente, a unidade complexa tradicionalmente denominada Antigo Regime e que comporta elementos como absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial (p. 11, 12). Tais elementos, nesta “fase intermediária”, “são no conjunto processos correlatos e interdependentes, produtos todos das tensões sociais geradas na desintegração do feudalismo, em curso, para a constituição do modo de produção capitalista” (p. 12). O que unifica todos esses elementos, contudo, não é algo internamente presente naquele complexo, e aqui se situa o terreno comum a ambas as totalizações acima referidas. O elemento unificador mais profundo é o processo de acumulação primitiva do capital, que encontra, ou forja, como conexão ao Antigo Regime, o conjunto de mecanismos já apresentado como Sistema Colonial, que por sua vez funciona através de seu principal instrumento, a colonização moderna. No entanto, a existência concreta de uma colonização cujo caráter é eminentemente comercial retira seu sentido apenas a partir de um processo cuja lógica tem que ser pensada com outros elementos que não os da “fase intermediária”. Assim temos, não só a colonização como instrumento para aceleração da acumulação primitiva de capitais europeus, “sentido”-mor do Sistema Colonial (colonizar para o capitalismo), como também o próprio Sistema Colonial como instrumento de um processo que, para Novais, só se desvelará ulteriormente, a saber, instrumento de formação dos dois pré-requisitos para a “ultrapassagem” e o “arranque” (p. 15, 61)⁸. O terreno que, à primeira vista, pareceria oferecer um ponto de ancoragem firme para a delimitação de seu objeto, mostra-se movediço quando se trata de buscar o elemento totalizador das diversas determinações que o autor percorre. A dupla ancoragem do Sistema Colonial parece se esvanecer em nenhuma ancoragem: o conjunto histórico que

8 O que se critica aqui não é o remetimento de um dado sistema a um sistema mais complexo, mas a ampliação temporal projetiva da rede de relações causais do próprio sistema.

o enquadra (Antigo Regime), repetimos, torna-se apenas o *écran* onde a verdadeira história vai se desenrolar, “etapa intermediária entre a desintegração do feudalismo e a constituição do capitalismo industrial” (p. 14).⁹ Certas mudanças fundamentais, como reconhece o autor, tais como a passagem de um padrão de comercialização (bens já postos no mercado a partir de sociedades estabelecidas) a outro (bens que exigem, para sua produção, a montagem de novas sociedades), são mudanças que não alteram “na sua essência” o sentido de empreendimento comercial que promoveu a gênese da colonização (p. 13). No entanto, se a gênese da colonização moderna vem carregada do sentido do padrão de comercialização anterior (“empreendimento comercial”), é forçoso para Novais reconhecer algo distinto nessa “fase intermediária”, que a demarque em seu próprio “sentido”. Esta demarcação vai ser retomada no que seria o segundo ponto de ancoragem — o processo de constituição do modo de produção capitalista. O que permite entender a colonização moderna, a formação de novas organizações sociais, a fundação de novas ordens de produção, é a orientação, como fórmula e estratégia burguesas, pelo sentido profundo da acumulação primitiva de capitais. Contudo, e é aí que novamente o terreno escorrega, para Novais, o conteúdo principal das determinações básicas do capitalismo não está, historicamente, sequer colocado. O “sentido profundo”, colonizar para acumular, proposto nesse esquema explicativo, encontra articulação concreta, não-projetiva, somente quase trezentos anos depois. Mas por outro lado o que então emergirá é possível e necessário (*in passim*, em esp. p. 15, 61) como efeito do processo anterior. Assim, a própria constituição do capitalismo a partir do surto maquinofatureiro resulta para Novais da necessidade forjada no interior de um outro processo (o da colonização moderna orientada para a acumulação), que por sua vez só encontra seu sentido e o transfere retroativamente a partir do processo seguinte (a emergência do capitalismo). O que teria de ser explicado, a jusante, é apresentado como efeito de superação do limite do processo anterior, e a montante como sentido que se revela no processo posterior, em termos de realização de uma nova dinâmica que atenda à necessidade de, no caso, um “surto maquinofatureiro”. Essa tendência ao que se poderia chamar “descrição esquematizante” é apresentada por Novais como sendo o núcleo mesmo da dinâmica do Sistema Colonial: o mecanismo da crise que

9 Por vezes, destaca-se um elemento desse conjunto histórico e torna-se ele mesmo tal *écran*. Cf. p.60: “capitalismo comercial como fase intermediária entre a desintegração do feudalismo e a Revolução Industrial” (grifo nosso).

leva à ruptura é o mecanismo de pleno funcionamento do sistema, o qual, levado ao limite, gera condições para que ela se instaure e se criem condições de sua superação. Dito em outros termos, a crise é um fenômeno cuja explicação se encontra nele mesmo, enquanto virtualidade desde sempre presente, bastando que o conjunto onde está instalada tal virtualidade chegue a seu funcionamento pleno¹⁰.

Passagem que deve eliminar persistências e atualizar o que já é seu próprio sentido, tal é o “estilo” presente no modelo Sistema Colonial: passagem que, ao realizar o que é a sua determinação enquanto entidade histórica, mostra-se como etapa. Difícil captar aí a concretude dessa mesma determinação, pois que ela consiste em se realizar plenamente, desvelando assim a que se devera, já antes, ter se encaminhado todo esse percurso. Essa determinação que escapa, que torna o objeto fluido e remetido ao que só terá densidade quando da crise de si próprio, é no entanto tributária da relação de exterioridade em que se colocaram os dois quadros de totalização do fenômeno: a transcendência de um dos termos (a história de constituição do modo de produção capitalista), a ancoragem que ele proporciona apenas na medida em que se neutralize a própria experiência histórica da constituição de seu objeto, impede a apreensão do fenômeno enquanto especificidade, enquanto já forma de dominação particular do capital. A articulação entre Antigo Regime e acumulação primitiva do capital mostra-se realmente como **articulação**: totalidades separadas, uma delas com maior densidade “ontológica”, determinante da outra, mas não constitutiva intrínseca sua. A conexão, já dissemos, é estabelecida por um tipo particular de colonização. A natureza dessa colonização, também já dissemos, retira seu sentido de um empreendimento comercial anterior. Tal é o Sistema Colonial, mecanismo que articula um conjunto de relações políticas, sociais, religiosas, mentais (Antigo Regime), a partir de seu elemento principal (política econômica expansionista), a um outro conjunto, esse de interesses e projetos de uma classe em ascensão, a partir de sua principal atividade (comércio). O eixo do Sistema Colonial redobra-se sobre tal conexão. Na medida em que se articulam duas entidades visualizadas ora como mantendo relações simetricamente recíprocas, ora uma como suporte funcional da outra, estabelece-se uma conexão à qual se atribui

10 Ainda que a concepção de uma dinâmica em termos de pleno funcionamento-crise possa ser útil como fio condutor de uma determinada análise, ela não pode se substituir à própria explicação ou interpretação do fenômeno em causa, sob risco de termos de chegar a reconhecer que, afinal de contas, a análise dos fenômenos humanos, principalmente em sua dimensão histórica, nada mais é do que o relato dos desdobramentos necessários de uma determinada estrutura constituinte do real.

um caráter que, contudo, nada mais é que um traslado dos traços exteriormente visíveis comuns àquelas duas entidades, quais sejam eles uma política mercantilista e a obtenção do “superlucro” a partir do comércio. Sobre tal conexão está instalado o exclusivo metropolitano (p. 17 ss.), eixo que sustentará um “tipo particular de relações políticas” (metrópole e colônia), “através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida econômica da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais” (p. 7). Assim, continuando o encadeamento dos mecanismos: o Antigo Regime, fórmula e estratégia burguesas de implementação d’ “aquele mecanismo de fundo, subjacente a todo o processo” (p. 12), no caso, aceleração da acumulação primitiva de capital, que se opera através de “um conjunto de mecanismos (...), realidade subjacente e imanente (...), determinante estrutural” (p. 16), no caso, o Sistema Colonial (por vezes também alavanca daquele primeiro mecanismo), que por sua vez opera através do instrumento da colonização, que por sua vez encontra no exclusivo metropolitano o “mecanismo por excelência do sistema, através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade européas em transição para o capitalismo integral” (p. 18, v. também p. 36), que por sua vez, e finalmente, encontra na renda senhorial o pino que mantém em adequado funcionamento todo o maquinário, agora sinteticamente apresentado sob a rubrica Sistema Colonial.

Dissemos anteriormente: o eixo do Sistema Colonial dobra-se sobre a conexão que articula duas entidades de perfil variável. Tal eixo, o exclusivo metropolitano (com seu respectivo pino, a renda senhorial), privilegiado como ponto fulcral daquela cadeia de mecanismos, reafirma essa articulação justamente através do que é apresentado como comum a ambos os processos: o mercantilismo. O eixo do Sistema Colonial é aquilo que de mais visível religa uma terceira exterioridade — no caso, a economia colonial como “apêndice”, “retaguarda” — àquela que realmente comanda o processo em curso: a centralidade européia, entidade obtida pela justaposição já referida.

Até aqui, tentamos mostrar que a construção do modelo se funda numa oscilação. Legítima sua capacidade explicativa invocando um “sentido” cuja inteligibilidade é fornecida por um modelo mais complexo, que encontra seu referente histórico posteriormente. Sua estrutura interna combina dois conceitos gerais de natureza descritiva, relativos a “tipicidades”: a doutrina mercantilista, cujas diretrizes norteiam, com maior ou menor afastamento, a política econômica das potências

colonizadoras; e o regime do exclusivo metropolitano, com o subtipo dominante do oligopólio bilateral (p. 4, 18, 34). Tentamos mostrar também que essa forma de estruturação interna encontra seu correlato na dinâmica pleno funcionamento- crise, e que esse padrão de esquematização descritiva é derivação lógica da redução do fenômeno da passagem a “etapa” ou “fase intermediária”.

O que se pode agora levantar é o seguinte: qual é o procedimento de base que permite ao autor trabalhar esse período em termos de um “fenômeno de longa duração”? O que lhe permite montar um modelo temporalmente bastante abrangente, específico enquanto referido a um fenômeno temporalmente extensivo, mas que intensivamente não guarda nas suas relações uma densidade específica? Até aqui, tentamos ver sua dinâmica e sua estrutura interna. Trata-se agora de tentar ver como se efetuou tal montagem.

Essa questão nos remete às condições prévias de operação conceitual, isto é, ao grau de aderência do modelo ao processo em causa. Ambíguo quanto ao nível de abstração em que se coloca, o Sistema Colonial ora é apresentado como construção teórica, ora como componente estruturador de um conjunto concreto de relações, ora como mecanismo que rege o conjunto sem se configurar concretamente como um elemento particular seu, ora como denominação descritiva de um referente real. É essa ambigüidade no procedimento de base que vai lhe permitir, ao se apresentar como entidade histórica, o recurso a algo que poderíamos chamar “estrutura de transição”, numa relação de consonância quase perfeita — o que ao modelo permite, mas de modo derivado, que reivindique para si alto grau de aderência ao fenômeno em questão.

Vejamos pois: se por um lado o recorte do modelo proposto é muito semelhante ao fenômeno, num morfismo, supomos que de segundo grau, que chega a ocultar o desnível entre a experiência e sua conceitualização, por outro lado essa aderência, pelo perfil do recorte, para escapar ao risco de transformar a análise numa descrição, cria um objeto *sui generis* (que chamamos “estrutura de transição”) duplamente pouco operacional.

É pouco operacional, primeiramente, pelo alto grau de generalização das determinações presentes no fenômeno. Já vimos como o problema da passagem é trabalhado extensivamente, mesmo em termos temporais, como uma estrutura de acoplagem de características pertencentes a duas outras estruturas. Na medida em que há essa acoplagem, numa disposição interna dos elementos com um funcionamento particular, cria-se a possibilidade ilusória de autonomização do

fenômeno da passagem como movimento estrutural curiosamente intermediário. Seria, antes que uma possibilidade concreta, um procedimento nominalista de designar como estrutural um fenômeno que, de próprio, para o autor, só traz a qualidade singular de carregar princípios organizativos assíncronos, ligados exteriormente por uma estreita faixa comum. Essa indeterminação do modelo permitiria a aplicação de seu esquema mais geral a quaisquer fenômenos que, por uma ou outra razão, se resolvesse considerar como suficientemente estruturados e suficientemente intermediários. Assim, em primeiro lugar, seria pouco operacional pela excessiva abrangência.

O recurso ao perfil muito delimitado do recorte do modelo, que seria uma maneira possível de escapar a tal indeterminação, mostra contudo em que medida a aderência do modelo ao processo é derivada, ou seja, de segundo grau em relação ao fenômeno visado, com a mediação do patamar prévio de uma ampla generalização. Isso porque a especificação detalhada do modelo não nos remete, p.ex., a uma generalidade de grau médio, mas a bem dizer remete a uma retomada "conceitualizante" das singularidades espaço-temporais do fenômeno, o que nos leva ao segundo ponto sobre a pequena operacionalidade do modelo: seu perfil *ad hoc*. Assim, a generalização excessiva de algumas determinações combina-se com o apelo a elementos que dificilmente poderiam ser entendidos fora de um quadro muito restrito.

Resumindo, temos no modelo Sistema Colonial a junção de vários elementos constitutivos de um fenômeno: relação metrópole-colônia, acumulação primitiva de capital, economia colonial, trabalho escravo etc., cujo funcionamento é, em última análise, garantido pelo dispositivo de uma forma de monopólio, o exclusivo metropolitano. Composto de diversos conceitos gerais de caráter descritivo ("tipos"), o modelo se dinamiza na medida em que, temporalmente, as diferentes relações entre os elementos dão base a uma lógica do processo, lógica essa que será detonada pelo advento de uma crise.

Já tentamos mostrar antes que, na proposta de análise com atribuição retrospectiva de sentido, é a crise que, previamente, como virtualidade, garante a dinâmica do modelo. Neste ponto, importa salientar outra característica sua, relacionada à capacidade de explicar o fenômeno em termos de transformação. Retomando uma questão já assinalada, a montagem de novas sociedades e de novas ordens de produção insere-se, pelo seu sentido, na lógica mercantilista correspondente a um padrão de comercialização já existente. Tal procedimento é necessário para a subsistência do modelo na me-

dida em que ele se rege por uma única ordem de estruturação (o capital em seus diversos momentos e pré-momentos). Essa mecânica excludente, que afasta princípios heterogêneos e níveis organizativos diferenciados, afasta outra ordem de estruturação, a saber, o trabalho. Assim, como já citado, Fernando Novais, frente à questão do trabalho compulsório (e sua forma-limite de escravidão) nas colônias, é obrigado a invocar um modo de produção escravista mercantil com sua correspondente ordem social. Não é de estranhar, pois, que a explicação do uso de trabalho compulsório e principalmente escravo seja formulada em termos de “uma imposição das condições histórico-econômicas” (p. 47). As referências ao alto desgaste que um hipotético assalariamento na colônia provocaria no capital (p. 48), e ao tráfico negreiro como setor comercial que explica a escravidão e não é explicado por ela, tingem-se da mesma homogeneidade: são avaliações unilaterais de referentes concretos complexos. Tal univocidade compromete a flexibilidade do modelo, visto que a totalização do fenômeno é forjada sob a égide de um único princípio organizador e projetada extensivamente em seu “sentido”, excluindo a possibilidade de uma totalização complexa simultânea, regida pelo movimento de determinação recíproca de princípios organizativos heterogêneos.

Concluindo: univocamente pensado em termos do capital, o modelo Sistema Colonial oculta o que seria outro princípio organizador presente no processo em curso, além de evitar a problematização conceitual da prática histórica, em termos de resistências, pressões e transformações. Assim se compreende como o autor é obrigado a abordar “quantitativamente” o problema da constituição de um trabalhador despojado de seus meios de produção e mercantilizado. É dessa forma, por exemplo, que ele desqualifica a escravidão colonial como experiência histórica no processo de tal constituição, existente para Novais apenas na centralidade européia. Ao trabalhar sob um princípio unívoco e ao “centralizar” a lógica do processo, escapa-lhe a principal base de sustentação da expansão moderna: o caráter mundial do capitalismo, concretamente visível nesse período pelas transformações do padrão de comercialização e pela expansão do mercado, pela constituição de novas ordens de produção e pela montagem de novas organizações sociais, caráter tal que conjuga, em todos os níveis e de modo multívoco, determinações heterogêneas dentro da relação simultânea e indissociável trabalho-capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 GRANGER, Gaston Gilles. **Filosofia do Estilo**. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- 2 NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**, Cadernos CEBRAP 17. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- 3 VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**. Paris, Seuil, 1971.

RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO: UMA CARENCIA HISTÓRICA

LUIZ CARLOS ASSUMPTÃO NEVES

Mestre em Administração do Ensino Superior pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

A formação do Brasil ocorre no período de transformação do modo de produção feudal em capitalista. É neste período intermediário que surgem as bases da sociedade brasileira. Ela é formada e mantida em posição de dependência, econômica, social ou cultural. Isso consolidou a formação de uma elite governamental voltada para fora, ficando a vida nacional ao sabor dos interesses externos.

Não interessava às autoridades colonizadoras e nem às elites da Colônia desenvolver educação eficiente e para toda a sociedade. Toda vez que a sociedade reclamou mais e melhor educação, surgia no discurso oficial a defesa da "qualidade do ensino". Os problemas da educação são tratados de forma a separar a educação do contexto social. Análises lineares, idealistas e de curto prazo. A educação é mantida longe de uma visão global da sociedade e sem planejamento. O trato dos problemas educacionais é reduzido a aspectos intencionais, abandonando-se os estruturais que são realmente determinantes.

As soluções propostas pelas classes dominantes objetivaram sempre fortalecer os seus privilégios. O tema "qualidade de ensino" é levantado sistematicamente pelas elites toda vez que sua política de educação é ameaçada.

É parte desta política elitista a manutenção do sistema educacional em permanente carência de recursos. Historicamente, recursos para a educação na prática nunca tiveram real prioridade. Esta política de "numerus clausus"

exerce dupla função: manter a educação sobre controle ideológico e evitar a geração de um saber independente que possa ameaçar o “saber dado e importado”.

Verifica-se, pois, que a situação da educação brasileira no nosso contexto histórico não é um acaso, mas um conjunto de ações, criadas e mantidas ao longo do tempo, por desejo de uma classe social em defesa de seus privilégios.

UM PROJETO DE DOMINAÇÃO DE CLASSE DOS TEMPOS COLONIAIS ONDE A “QUALIDADE DO ENSINO” É TOMADA COMO EFICIENTE INSTRUMENTO DE DISSIMULAÇÃO.

Historicamente, a sociedade brasileira construiu-se sob um modelo econômico dependente. A defesa deste modelo sempre foi interesse estrangeiro, pois garante a sua dominação sobre nossas riquezas. Assim, desde o descobrimento até hoje, o Brasil não conseguiu ainda livrar-se da espoliação organizada pelo capitalismo internacional.

É próprio do regime capitalista exigir periódicas acomodações, a fim de poder garantir o equilíbrio dos grupos dominantes. Estas acomodações refletem-se nos países dependentes e exigem que as elites que ocupam o poder façam adaptações nos aparelhos ideológicos, a fim de manter o *status quo* sócio-econômico.

Estas adaptações requerem a retomada de assuntos e temas já trabalhados com eficiência e êxito anteriormente comprovados. A questão da “QUALIDADE DO ENSINO” pode ser caracterizada como um desses temas. É um instrumento dissimulador que tem resistido ao passar dos séculos e tem servido aos propósitos da classe dominante.

A ótica de análise dos problemas da educação, por princípio, aborda certas facetas de forma a separar a educação da política e do contexto econômico. São análises lineares, estanques e de curto prazo. Sistemáticamente, foge da análise da praxis da educação sob o ponto de vista da superposição de classes sociais. As análises são centralizadas em aspectos intencionais, abandonando-se os estruturais que realmente são determinantes.

Tenta-se tratar o problema da qualidade do ensino com modificações legislativas e cartoriais ou por adoção de novas metodologias importadas.

A tentativa de estancamento de matrículas para evitar que as classes menos privilegiadas tenham acesso a graus mais elevados de saber, é atitude comum na política educacional brasileira, desde os tempos coloniais.

Numa sociedade de classes, as reformas educacionais são acompanhadas da intenção (não explícita) de conservar as estruturas básicas que sustentam a estrutura da superposição de classes sociais. As modificações propostas pelas elites só têm sentido se vierem reforçar o contexto estabelecido da dominação. Por isso, na história da educação brasileira, pode-se ver que, se por um lado propõem-se modificações, por outro, prontamente amarram-se as coisas de tal forma que as propostas não se concretizem. Como exemplo, pode-se tomar, entre outros, o da profissionalização do 2.º grau na Lei 5.692.

Um outro instrumento comum e eficaz que tem servido às elites é o critério da dotação de recursos para a educação. Desde os tempos coloniais a nossa educação é mantida na carência de recursos. Esta política de “NUMERUS CLAUSUS” tem dupla função: manter a educação sob controle, a fim de que reproduza as diferenças sociais, e não geração de tecnologia independente que, se desenvolvida, viria ameaçar o saber “feito” e “dado” pelas elites e causaria transtornos aos interesses dos capitais externos dominadores, dos quais as elites do poder são representantes.

A Medida de Qualidade e de Recursos Suficientes

É necessário reconhecer que estabelecer medidas com categorias subjetivas é praticamente impossível. O assunto é profundamente falto de consistência, dada a multiplicidade de interpretações a que está sujeito. Diz Woodhall que os objetivos da educação são tão complexos que não se pode esperar encontrar uma só unidade de medida capaz de abranger todas as facetas do produto educacional.¹

Não se poderá chegar a um conceito que satisfaça a economistas, sociólogos, educadores, etc. Será sempre um conceito relativo, porque baseado em parâmetros subjetivos. Para H. Philip Coombs, qualquer idéia relacionada com a melhoria da qualidade do ensino refletirá os aspectos individuais, sociais e culturais de quem trata do assunto.²

Boa ou má qualidade de uma determinada coisa dependerá sempre do ponto de vista da análise. Isto não é novidade, por essa razão não tem significado discutir qualidade do ensino — como se tem feito no Brasil — sem antes estabelecer claramente os parâmetros tomados.

1 WOODHALL, M. Productivity trends in British secondary education. In: HALLAK, J., ed. *Educational costs and productivity*. Paris, IIEP, 1967, sect. VI.

2 COOMBS, P.H. *A crise mundial da educação*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

Assim é visível que as retomadas sobre a “qualidade do ensino” têm uma outra direção e propósito.

Menor Quantidade Resultaria em Melhor Qualidade?

Meros dados estatísticos pouco revelam do que se passa num processo educacional, pois eles não revelam as estruturas dinâmicas subjacentes.

Não é pela simples quantificação e acumulação de dados estatísticos, por mais abundantemente que isso se realize, como de fato vem acontecendo nos últimos decênios, que se logrará qualquer renovação de base.³

A freqüência de fatos não revela a realidade histórica, antes, porém, só pelas relações. Quando entendemos as relações entre os fatos, verificamos que não podemos fazer diferença entre quantidade e qualidade. Toda a quantidade envolve, necessariamente, uma situação, circunstância ou fato, ou seja, certa qualidade. Mas se a quantidade pode dar caráter à qualidade, essa mesma qualidade pode modificar-se, com a variação da quantidade. Por sua vez, a variação da qualidade pode afetar o nível de aceitação da quantidade.

Na indústria é possível que, diminuindo o volume da produção, se obtenha um produto melhor acabado, de melhor qualidade. Mas isto nem sempre acontece. Na produção intelectual as dificuldades são maiores. Os fatores de produção intelectual são subjetivos, abstratos, portanto não mensuráveis.

Alguns exemplos históricos bastante expressivos nos revelam o contrário. Na década de 30, no Japão, e na de 40, nos USA, ocorreu um aumento considerável de atendimento escolar. O resultado em ambos os casos foi de índices bem melhores de desempenho escolar.

Parece-nos que nem restrição e nem expansão resultarão em melhoria ou queda da qualidade do ensino. Os resultados só serão melhores quando os verdadeiros problemas que atingem a educação forem tratados convenientemente.

A Medida de Recursos Suficientes

No pensamento econômico clássico, a mudança da situação de escassez em oferta ótima é capaz de afetar a estrutura

3 PRADO JR., C. História quantitativa e método da historiografia. *Debate & Crítica* (6):1-2, jul. 1975.

de mercado. Por analogia, a oferta maior de educação seguirá as mesmas variações e poderá afetar as estruturas sociais onde tem ponto básico de ação. Aqui se encontra o ponto chave da ideologia dominante que norteia os recursos para a educação no País.

O **quantum** necessário à educação inevitavelmente dependerá da importância que se dá a ela e a quem ela serve: se aos interesses de uma elite, ou aos do povo e do País em geral. O **quantum** para a educação é decidido fora do âmbito educacional, na área meramente política ou econômica, onde podem ser encontradas as raízes da tradicional resistência em oferecer igualdade de oportunidade educacional para todos. São as discussões políticas que determinam a quantidade de recursos e, portanto, de serviços da educação, e conseqüentemente a qualidade dos recursos.⁴

Assim, a educação sempre esteve sob os interesses de uma elite econômico-política que escolhe a quantidade, os objetivos, os dirigentes, e conseqüentemente produz e reproduz a “qualidade” do ensino que lhe convém. Mas isso tudo é dissimulado pelo discurso oficial que se esforça em revelar o interesse por melhor educação.

Expansão, Qualidade e Recursos

O tema “qualidade do ensino” tem sido discutido ao longo da história da educação brasileira, geralmente abordado sem o contexto sócio-econômico. Ele tem sido usado como principal arma contra a democratização do ensino. Ele é a fonte do qual jorram as medidas “saneadoras” que visam a controlar a maior oportunidade de educação para o povo. O mecanismo é sempre o mesmo: **logo após levantado o questionamento sobre a qualidade do ensino, surgem as medidas de contenção.**

Não é difícil verificar que a dotação de recursos para a educação no Brasil nunca obedeceu a um planejamento que descesse às raízes do concreto.

A Manutenção da Educação sob Carência: Um Interesse de Classe. As Raízes

Ao findar o Séc. XIV, vamos encontrar Portugal sob severa vigilância da Inglaterra, Holanda, Espanha e França, que disputavam a hegemonia da Europa. Aos poucos, Portugal cai sob o manto “protetor” da Inglaterra, de funestas conseqüências também para as Colônias.

⁴ JOHNSON, D.A. The elementary school as modernization. *Science Rev.*, v.4,n.10, Apr. 1959.

A economia colonial brasileira baseava-se em mão-de-obra escrava, na exportação de matéria-prima e de produtos agrícolas e visava a fornecer à Metrópole meios de desenvolvimento. Nestas circunstâncias, o papel da escola era nulo, e foi mantida, desde o início, em precária situação e alienada do processo social, deixando desta maneira de ser um elemento dinâmico.

Manter os colonos na ignorância e à margem de qualquer possibilidade de reivindicar transformações, eram condições que garantiam a dominação.

O pouco de educação desenvolvida pelos jesuítas se destinava à domesticação do filho do colono e do curumim.

Os Colégios Jesuítas, foram desde o início da colonização, os centros de divulgação e inculcação do cristianismo da cultura européia, ou seja, da ideologia dos colonizadores.⁵

Este caráter dado à escola, somado ao desinteresse da Coroa e à ausência de recursos, vai manter a educação apenas para uma pequena elite.

Até 1759 a educação no Brasil foi sustentada pelos “dízimos” e pelo esforço de alguns jesuítas. Mas nos meados do século XVII a empresa jesuíta havia se tornado grande comerciante e latifundiária.

Os padres se preocupavam não só em fundar escolas, eles organizavam fazendas, construía engenhos e eram comerciantes. A Ordem Jesuíta se tornou o maior fazendeiro dos Trópicos.⁶

E é por conhecer isso que a Coroa retira os recursos dados para a educação, passando a responsabilidade para a Igreja. Mas esta, já no Século XVI, havia mudado seu interesse, e seus colégios não se destinavam mais ao ensino em geral, mas visavam tão somente ao proselitismo e noviciado, além de manterem uma rigorosa seleção de alunos, como nos revela Rizzi:

Excepcionalmente as escolas abriam-se aos rapazes de talento, embora pobres e sem nome... Os mamelucos e mulatos, jamais tiveram nelas ingresso. Desde logo, poucos foram os que podiam ser alunos das reduzidas escolas jesuítas.⁷

5 FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo, Edart, 1977. p. 41.

6 CALMON, P. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, J.Olympio, 1959. v.2, p. 119.

7 RIZZINI, C. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Citado em MELO, J.M. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1973. p. 122.

As idéias iluministas, adotadas parcialmente, pouca influência tiveram na educação da Metrópole e das colônias. Por isso, não chegaram a produzir mudanças sociais como aconteceu no resto da Europa. Se neste período as verbas para a educação foram aumentadas, por outro lado foram desbaratadas sem propósito definido.

Em 10-11-1772, é aprovado o "Subsídio Literário"⁸ que tem como objetivo dar melhores recursos à educação.

Na realidade, a educação não recebeu nenhum benefício, simplesmente porque os recursos previstos, ou não eram arrecadados ou eram dissipados na deficiente organização fiscal.

Com a chegada da Corte ao Brasil, algumas medidas são previstas para melhorar a qualidade do ensino, que foi considerada péssima pela penúria em que vivia. As medidas não tiveram efeitos práticos. Os recursos para a educação não chegam a passar de "doações voluntárias".

Quando surgem os primeiros cursos superiores, aparecem para atender aos interesses da aristocracia (aquisição de títulos) e para formar um pequeno grupo de burocratas do Estado. Foram organizados dentro dos valores europeus e vinham reforçar a situação de dependência. Mas, mesmo para atender as elites, estes cursos passaram a funcionar sem apoio governamental. Os recursos conseguidos dependiam em tudo do prestígio da influência política do diretor.

Posteriormente, a Carta Régia de 18/03/1808 estabeleceu que cada aluno deveria pagar a matrícula de 6\$400, quantia bem elevada, mesmo para famílias abastadas. Era um mecanismo a mais de seleção que privilegiava as elites. Os alunos diminuíram, por isso a educação continuou carente de recursos. Para remediar, os diretores se apressavam em diplomar seus alunos, a fim de receber novas matrículas das quais também viviam.

Em 1821, a educação primária estava tão carente que se tenta uma medida desesperada: arrecadação de doações voluntárias.(*). Mais uma vez a solução dos recursos para a educação vai depender da caridade pública, enquanto que o Estado tira de sobre si as responsabilidades.

8 "Mando que para a útil aplicação do mesmo ensino, em lugar das sobreditas coletas até agora lançadas, a cargo dos povos, se estabeleça, como estabeleço, um único imposto, a saber: Nestes Reinos, de Ilhas dos Açores e da Madeira, de um real em cada cana de vinho e de quatro reis em cada cana de água-ardente, e de cento e sessenta reais por cada pipa de vinagre; na América e na África, um real de cada arratel de carne do que se corta nos açougues; e na Ásia, déis reais em cada cana de água-ardente dos que se faziam nas terras debaixo de qualquer nome que lhe dê ou que se venha a dar." (DELGADO, A. *Coleção Legislação Portuguesa*. Lisboa, A.L.P., 1922. v.2, p. 116).

* Aos que voluntariamente contribuísem eram previstos prêmios que variavam de gratuidade escolar para os filhos, netos e bisnetos, até condecorações da Ordem do Cruzeiro do Sul, Grã-Cruz ou até mesmo o título de Barão.

Um ano depois, o Brasil torna-se independente. O domínio inglês se faz sentir mais diretamente. O primeiro Imperador, logo de início, revela um entusiasmo todo especial pela educação. Mas as propostas para um novo ensino não apresentam objetividade e o assunto é tratado mais a nível político e individual.⁹

É vontade do Imperador que se crie “em todas as vilas e cidades as Escolas de Ler e Escrever”. Quatro dias após sua determinação, D. Pedro I ordenava que dos cofres do Império não sairia verba alguma para o empreendimento. Caberia às Câmaras Municipais a construção e sustento das referidas escolas. É certo que a iniciativa estava fadada ao fracasso, pois os cofres municipais estavam sobrecarregados de impostos e sem fontes de arrecadação.

A educação continuava vivendo ao acaso, porém idéias não faltavam. A 18/10/1823, é apresentado na Assembléia um extenso projeto no qual se previa mais uma vez a “subscrição voluntária” para apoiar a educação. Em pouco menos de 30 dias, a Assembléia é dissolvida,¹⁰ e o projeto é esquecido. Outra iniciativa fracassada é a da criação de uma Loteria (1823) destinada a angariar fundos para a educação. O pouco arrecadado teve que ser dividido com o Seminário São Joaquim (mais tarde Colégio D. Pedro II).¹¹

O aparecimento das Escolas de Ciências Jurídicas e Sociais tampouco fugiu à regra. Criadas sem dotações orçamentárias, sem recursos desde a fundação, começaram a funcionar em precários prédios da Igreja.

Três séculos se passaram e a educação no Brasil continuava sem recursos e vivendo ao acaso de verbas esquecidas e da boa vontade popular.

O período entre 1829 a 1835 é marcado por largos debates sobre a educação. Finalmente é achada a solução: os debilitados cofres provinciais deveriam sustentar a educação. A solução não é nova, só que os resultados haviam sido esquecidos.¹² O ensino continuaria sem recursos e extremamente fraco.

A entrada de imigrantes europeus, ao contrário do que se poderia esperar, pouco contribuiu para a melhoria da educação.

Em 1851, o Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre, descreve a educação como “desalentado” e “reclamando

9 MOACYR, P. A instrução e o império. São Paulo, Nacional, 1936. v.2

10 MOACYR.

11 MOACYR.

12 VENANCIO FILHO, A. Das arcadas ao bacharelismo. São Paulo, Perspectiva, 1977. p. 63.

das mesmas providências e meios".¹³ Paralelamente, os Deputados Zacharias e Alvares Pacheco Joaquim Vilela, reclamavam a "extrema carência" em que se encontrava a educação.¹⁴

A reforma proposta para o ensino previa arrecadar recursos para a educação por meio de multas cobradas às escolas, professores, diretores, alunos e pais, por não cumprimento dos regulamentos. Em suma, quanto mais infração às leis, mais recursos para a educação. Estranha solução, porém, muito útil para a elite estatal que, além de não assumir o seu dever de educar o povo, passaria a fiscalizar. O legalismo vem ocupar as escolas e os recursos não aparecem, mesmo porque os conchavos parentais não permitem a fiel cobrança das multas.

No mesmo ano (1851), a Lei 630, de 17 de setembro, autoriza o governo a despende, "se necessário", até a quantia de vinte contos de réis, para a educação. Quantia irrisória.

Como é fácil perceber, as atitudes a favor da educação são sempre vagas, imprecisas, indefinidas e acanhadas. A elite continuava a manter o povo longe da instrução e criava todos os mecanismos legais ou subterfúgios imagináveis.

Em 1870, Tavares Bastos tenta novos recursos para a educação através de um "Imposto para a educação". Foi a única proposta objetiva que apareceu até então na história de nossa educação. A idéia, porém, não foi aceita pelo Ministro do Império, legítimo defensor da classe dominante. Nesta altura, devido aos interesses norte-americanos pelas riquezas e possibilidades futuras do Brasil, estabelecem-se as primeiras representações comerciais entre os dois países e, como consequência, é aberto o território nacional para as missões protestantes norte-americanas. O trabalho proselitista protestante é iniciado pelos metodistas que organizam as primeiras escolas confessionais não católicas. (**)

Essas escolas desenvolveram um ensino diferente, porque trabalhavam em um outro quadro ideológico e contavam com apoio econômico do exterior. Contudo, embora exercessem uma influência marcante, não chegaram a provocar mudanças significativas no pensamento das elites brasileiras no que respeita à educação, embora alguns filhos e filhas de presidentes tivessem estudado nessas escolas.

Ao terminar o período Imperial, Leôncio de Carvalho, fazendo um balanço, diz que a "educação brasileira se achava em baixo nível pela falta de apoio". Sugere maior atenção do Estado e maiores investimentos.

13 VENÂNCIO FILHO.

14 VANDRÉ, S. Memórias para a história acadêmica de São Paulo. São Paulo, Saraiva, 1924. v.1, p. 398.

** A primeira escola protestante foi fundada em 13/09/1881 por Miss Martha H. Wats. Chamou-se "Colégio Piracicabano", hoje Universidade Metodista de Piracicaba.

As sugestões dadas são reinterpretadas na ótica das elites no Estado e as soluções tomadas são de: criar comissões fiscalizadoras. Ruy Barbosa é da opinião de que “no Brasil não há estudos sérios”.¹⁵ Todos os discursos são aceitos com entusiasmo, mas as soluções ficam restritas aos textos legais.

A 19 de abril de 1879, referindo-se a recursos para a educação, é baixado um decreto onde se lê “não serão executados os dispositivos que acarretem aumento de despesas”.

No interesse de manter seus privilégios, a classe dominante desconhece sistematicamente os benefícios que a educação poderia trazer para a Nação, desarticulando toda a tentativa de melhoria e de maior apoio à educação. A política de conter que a melhor instrução chegue às massas é sustentada pela ausência de recursos suficientes. As medidas a favor da educação, quando aprovadas, se mostravam incrivelmente acanhadas. Como exemplo, temos uma regulamentação legal de 1932:

A convite do Diretor, após uma **ligeira prática** em que o mesmo faça ver as vantagens da economia, os alunos voluntariamente recolherão as **pequenas quantias** que lhes devem seus pais e protetores; estas quantias levadas à Caixa Econômica Geral, serão restituídas aos alunos como prêmio merecido ao deixarem a escola ou no tempo em que lhe for conveniente.¹⁶ (o grifo é nosso).

Com o cuidado de sempre deixar permanecer as estruturas antigas, as reformas de ensino se sucederam em toda a nossa história sem causar modificações importantes. Como a escolha dos dirigentes da Nação foi sempre feita com base na representação econômica do candidato, evidencia-se que a estes não interessava criar uma massa popular capaz de enxergar além dos discursos eleitoreiros.

Com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino (1911), Rivadávia Correia é encarregado de fazer nova reforma do ensino. Mais uma vez ela é reinterpretada, escolhendo o Estado o mero papel de fiscalizador, empurrando a educação para as mãos dos particulares. Cinco anos mais tarde, uma nova reforma. Agora feita por Carlos Maximiliano. O velho tema é retomado: “salvaguardar a qualidade”. **Propõe-se maior fiscalização, contenção de gastos com a educação e racionalização das verbas empregadas.**

15 ALMEIDA JUNIOR, L. *Problemas do ensino superior*. São Paulo, Nacional, 1956 p. 79.

16 *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 maio 1932. p. 8689-90.

Com a transformação do capitalismo internacional comercial em monopolista e o início da industrialização no Brasil, o modelo agrário brasileiro entra em crise. A burguesia urbana liberta-se do poder dos senhores do café. As camadas médias se avolumam e o operariado aumenta. Surgem, pela primeira vez, reclamos populares que pedem uma melhor educação. Os anos 20 são marcados por grandes debates sobre a educação.

Em 1925, com a reforma, o Ensino Primário deveria reunir recursos de várias fontes. Por isso mesmo, os recursos chegam em parcelas tão atomizadas que na prática nada pode ser feito.

É em 1932, quatrocentos anos depois de organizada a primeira escola no País, que pela Lei 21.335 de 29 de abril aparece a primeira medida efetiva a fim de vincular recursos à educação. A Lei determinava que 10% do orçamento da União, 20% do Orçamento do Estado, e do Orçamento Municipal, 10% só poderiam ser gastos na educação popular. Mas na realidade os efeitos não foram os esperados. Primeiro, porque pelo Plano Orientador, 3.º parágrafo, só uma pequena parte dos recursos tinha liquidez. Segundo, porque a política de vinculação vai desaparecer com a Constituição de 1937, sem ter tempo de causar alguma modificação. A tese que predomina é a antiga: “para garantir a qualidade do ensino”, estabelecem-se exames na entrada do Curso Ginásial, Médio e Superior. Os recursos permaneceram os mesmos, embora a população escolarizável tivesse se multiplicado. Os orçamentos propostos para a educação sofriam, por costume, cortes de até 50%.

Ao findar a II Guerra Mundial, o capitalismo internacional necessitava urgente retomada do controle dos mercados periféricos. É ainda neste clima que Juscelino Kubitschek retoma o projeto de industrialização do País. Sugere novas modificações no sistema educacional, pois ele se achava “defasado e sem os requisitos básicos necessários”.¹⁷ A visão era correta. As soluções propostas também: a) reformular a legislação; b) diminuir a burocracia; c) propiciar recursos; d) aperfeiçoar o pessoal; e) ampliar o ensino, a pesquisa e a extensão.

Apenas o aperfeiçoamento do pessoal foi objetivado com a criação do CNPq, e a maior parte dos recursos foram destinados para a construção da Universidade de Brasília que deveria servir de modelo.

17 BRASIL. Presidência. Casa Civil. Plano orientador de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1960.

As contradições do modelo econômico (dependente) tomam vulto nos governos subseqüentes e as contradições se acerram. Com isso, a classe dominante se sente ameaçada nos seus privilégios. Usando os militares e com o apoio do capital internacional, as elites industriais impõem novo governo ditatorial em 1964.

No discurso oficial, a educação é retomada dentro da teoria do Capital Humano de Theodore Schultz, como meta prioritária. A prática, pioneira, é outra. De ano para ano, a porcentagem de recursos destinados à educação, do Orçamento Geral da União, vai diminuindo (TABELA 1 em ANEXO).

A maior dependência econômica assumida pelo modelo político econômico facilitou maior interferência estrangeira nos assuntos internos. R. ATCON, técnico norte-americano, é encarregado de fazer uma análise da educação brasileira e propor reformas que são prontamente executadas. Foram firmados doze contratos entre o MEC e USAID que permitiram que a educação brasileira fosse orientada por técnicos norte-americanos. Consolidada-se também a ideologia da necessidade da "modernização" do ensino, pela qual a racionalização de recursos é tida como primordial requisito para melhoria da qualidade do ensino bem como adoção de novas metodologias.

A política de desvinculação de recursos orçamentários no tocante à educação vai deixá-la mais uma vez ao sabor dos interesses das classes dominantes. As instituições recebem recursos à medida que colaborarem com a imposição da ideologia governamental.

Os próprios órgãos oficiais são de parecer que:

A educação deveria encontrar seus recursos principalmente na receita orçamentária, o que facilitaria a extinção do salário-educação de conotação inflacionária.¹⁸

Não falta pessoal qualificado, faltam recursos.¹⁹

Mas a velha prática predomina. Seguem-se as reformas de 1.º, 2.º e 3.º graus entre a intenção expressa de "racionalizar os gastos", e o não declarado desejo de conter a expansão e tornar a instituição de ensino à semelhança de uma empresa.

18 Parecer 9.607 da Assessoria Jurídica do MEC, 1974. In: SILVEIRA, D.M. Desafios que a universidade enfrenta. *Educação*, 4(14):103-12, out./dez.1974.

19 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma do Ensino*. Brasília, 1966.

O sistema de ensino mantido em escassez de recursos resulta em contenção de vagas, que é a arma mais eficiente usada para perpetuar as diferenças sociais.

Historicamente, fica patente a ideologia que tem nortea-do as ações no âmbito da educação no Brasil e que permite o controle da grande sociedade por uma pequena elite que não se interessa pela educação do povo e seu destino.

Quando as contradições se tornam mais acirradas no seio da sociedade, lança-se mão dos mesmos mecanismos seculares que permitiram a manutenção dos privilégios de alguns, mesmo que a Nação inteira venha a sofrer desastrosas conseqüências como atraso e aumento da dependência econômica.

Manter a educação sob constante carência e sem apoio não é um acaso, mas um projeto de uma classe, e que se estende no tempo por mais de quatro séculos e meio e prossegue até nossos dias.

T A B E L A 1
RECURSOS DA UNIÃO PARA A EDUCAÇÃO EM GERAL E PARA O ENSINO SUPERIOR
ESPECIALMENTE — 1960-1977

ANO	ORÇAMENTO DA UNIÃO		ORÇAMENTOS PARA O MEC				
	Cr\$	cresc.	Cr\$	cresc.	%	extra- orçamentário	
1960	179.493.759	—	16.794.615	—	9.3	—	
1961	302.283.051	68	27.963.912	66.5	9.2	—	
1962	439.016.079	45	48.551.683	73.6	8.4	—	
1963	737.348.005	67	96.003.874	97.7	9.3	—	
1964	1.478.783.539	105	205.614.027	114.0	9.7	—	
1965	3.000.100.000	128	417.968.106	103.0	11.0	—	
1966	4.678.907.180	56	457.431.563	9	9.6	—	
1967	6.943.197.538	48	604.644.282	32	8.7	—	
1968	13.590.786.118	95	859.427.890	42	7.7	—	
1969	14.229.266.800	5	1.236.645.300	43	8.6	—	
1970	19.703.368.000	38	1.293.189.400	4	7.2	25.152.000	
1971	26.738.768.000	35	1.670.154.300	29	6.7	355.015.000	
1972	34.935.431.600	30	1.811.400.300	8	5.1	786.828.000	
1973	52.129.306.600	49	2.283.813.200	26	4.3	1.178.617.000	
1974	71.713.528.000	37	2.901.332.900	27	4.0	918.319.000	
1975	113.396.375.000	58	3.669.059.900	26	3.2	1.488.170.052	
1976	189.377.457.400	57	6.078.000.000	65	3.2	3.926.974.717	
1977	287.540.536.000	51	12.186.256.000	100	4.2	4.484.563.844	

FONTE: IBGE
 Secretaria Geral do MEC — Coordenação de Orçamentos
 Relatório MEC/DAU 1976/77
 Ministério da Fazenda — Orçamentos Gerais da União

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALMEIDA JUNIOR, L. **Problemas do ensino superior**. São Paulo, Nacional, 1956. 360 p.
- 2 BRASIL. Leis, decretos, etc. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 6 maio 1932. p. 8689-90.
- 3 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma do Ensino**. Brasília, 1966.
- 4 BRASIL. Presidência. Casa Civil. **Plano orientador de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1960.
- 5 BUYERS, P.E. **História do protestantismo no Brasil**. s.l., Imprensa Metodista, 1945. 278 p.
- 6 CALMON, P. **História do Brasil**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1959. v.2.
- 7 COOMBS, P.H. **A crise mundial da educação**. São Paulo, Perspectiva, 1976. 327 p.
- 8 DELGADO, A. **Coleção Legislação Portuguesa**. Lisboa, A.L.P., 1922. v.2.
- 9 FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo, Edart, 1977. 135 p.
- 10 JOHNSON, D.A. The elementary school as modernization. **Science Rev.**, v.4, n. 10, Apr. 1959.
- 11 MELO, J.M. **Sociologia da imprensa brasileira**. Petrópolis, Vozes. 1973. 163 p.
- 12 MOACYR, P. **A instrução e o império**. São Paulo, Nacional, 1936. v.2.
- 13 PRADO JR., C. História quantitativa e método da historiografia. **Debate & Crítica** (6):1-19, jul.1975.
- 14 SILVEIRA, D.M. Desafios que a universidade enfrenta. **Educação**, 4(14):103-12, out./dez.1974.
- 15 VANDRÉ, S. **Memórias para a história acadêmica de São Paulo**. São Paulo, Saraiva, 1924. v.1.
- 16 VENÂNCIO FILHO, A. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo, Perspectiva, 1977. 631 p.
- 17 WOODHALL, M. Productivity trends in British secondary education. In: HALLAK, J., ed. **Educational costs and productivity**. Paris, IYPE, 1967. sect. VI.

CRITÉRIOS PSICOLÓGICOS NO LIVRO DIDÁTICO

UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS CONTEÚDOS DE ESTUDOS SOCIAIS*

MARISA FERNANDES NUNES

Professora Assistente do Departamento de Métodos e Técnicas da Educação, Setor de Educação, UFPR.

Entre os critérios para analisar a organização e seleção de conteúdos de qualquer livro didático estão, sem dúvida, os critérios psicológicos, que incluem aspectos importantes referentes às teorias psicológicas do desenvolvimento e da aprendizagem.

O pressuposto para análise do livro didático em seus conteúdos, com base nesses critérios, é de que se entenda que a definição das etapas do desenvolvimento mental, necessidades e interesses das crianças deve partir do diagnóstico de determinada realidade de um grupo de alunos, que é diferente de grupo para grupo, de aluno para aluno.

Sem esse diagnóstico do real torna-se sumamente artificial a adequação e organização de conteúdos aos critérios psicológicos.

Embora apresentados separadamente, com objetivo didático, não devem ser considerados da mesma forma na sua análise. Pois necessidades e interesses estão diretamente associados ao conjunto de fatores que determinam uma fase de desenvolvimento.

Se a determinação das fases de desenvolvimento, interesses e necessidades depende de um diagnóstico da realidade para seleção e organização de conteúdos, algumas considerações de natureza teórica e gerais se fazem necessárias.

Adequação dos conteúdos ao nível de desenvolvimento mental da criança não implica reduzir o processo de conhe-

* O presente artigo tem como referência a dissertação apresentada pela autora para obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR): Critérios de seleção e organização de conteúdos curriculares; proposição teórica e diagnóstico da situação da área de Estudos Sociais nas escolas de Curitiba.

cimento a níveis inferiores, mas acompanhar as etapas do desenvolvimento mental, desafiando a criança para novos níveis de desenvolvimento.

Nos conteúdos dos livros de Estudos Sociais analisados¹ fizemos duas constatações:

- presença de conceitos errôneos, nos de 5.^a e 6.^a séries;
- dados e fatos em maior quantidade nos livros de 6.^a e 7.^a séries, que nos de 5.^a e 6.^a, além de conceitos errôneos nos de 5.^a a 7.^a séries.

Sobre esses dois aspectos:

1.º) A adequação ao nível de desenvolvimento está associada à simplificação (errônea) do conceito e não à tradução acessível e honesta (fiel) do ponto de vista científico.

2.º) A complexidade dos assuntos está associada à intensidade da descrição do específico e não à compreensão de conceitos em um contexto que possa ser facilmente captado por quem aprende.

Exemplificando: O assunto “Origem do Sistema Solar” o autor A apresenta em termos de datas, e descreve cinco hipóteses sobre sua origem. O tema pode ser ensinado a uma criança de 5.^a série desde que se abstenha de hipóteses e dados e simplesmente se explique como é o sistema solar. Com referência a “Eras Geológicas”, o tratamento dos conteúdos sobre esse assunto e sobre rochas é totalmente *in abstractum*, como se na era cenozóica nem as rochas existissem mais.

Por outro lado, a forma de abordagem desses conteúdos acima citados e daqueles contidos nas unidades referentes aos povos da Antiguidade, também constantes do livro da 5.^a série, revela que se pretende realizar uma adaptação ao nível de desenvolvimento em termos de distanciamento da cientificidade dos conceitos. Vejamos: na apresentação do assunto sobre o Sol percebe-se que o máximo que os autores fazem é apresentá-lo menos misterioso, insinuando levemente uma idéia de fetichismo. Ora, ao falar sobre o Sol ou Universo a uma criança deve-se fazê-lo exatamente para eliminar qualquer vestígio de animismo ou qualquer outro tratamento obscurantista, de vez que o assunto deve ser ensinado do ponto de vista da ciência. Também se pode correr esse risco ao tratar da História dos Povos Antigos, pois ela é tão remota para a criança, que pode parecer uma história de faz-de-conta.

1 Por motivo de ética profissional não nomeamos os autores dos livros. Os autores A e C representam em nossa pesquisa 51,90% das respostas dos professores da amostra sobre os autores e títulos mais utilizados.

O que salientamos é que os temas em si não são totalmente inadequados a uma faixa de idade, por mais abstratos ou remotos que sejam, mas a forma de abordagem é que é inadequada. Qualquer assunto pode ser ensinado, desde que respeitadas os pré-requisitos e situados num contexto em que a criança consiga captá-los apropriadamente.

Todas essas observações também são válidas se considerarmos o critério de interesse e necessidades.

Como já dissemos anteriormente, necessidades e interesses são relativos a cada grupo de crianças e, por isso mesmo, os conteúdos dos livros didáticos não podem ser utilizados da mesma forma por grupos diferentes em diferentes lugares. Obviamente, necessidades e interesses de uma criança do meio rural são diferentes dos de uma criança de zona urbana, para citar apenas exemplos mais contrastantes. Dessa forma, o mesmo livro didático não pode ser utilizado uniformemente em diferentes zonas, pois não pode adequar-se aos diferentes interesses e necessidades dos grupos de crianças.

Se tomarmos como ponto de partida as vivências das crianças, para a definição dos seus interesses e necessidades, assuntos tais como processos de orientação, solo, ventos e climas são mais necessários e interessantes que o estudo das eras geológicas antigas. Obviamente outros fatores de vivência da criança interferem na determinação do tipo de necessidades e interesses específicos, mas o conhecimento dos fenômenos gerais interessa a todos, pois toda criança se locomove de um lugar para outro, num determinado tempo e espaço.

Outro aspecto, ainda, pode ser observado em relação aos critérios psicológicos. Os autores dos livros didáticos recorrem a ilustrações — fotos, desenhos, histórias em quadrinhos —, pretendendo com isso facilitar a aprendizagem, tornando-a mais interessante.

A utilização desses recursos visuais pode ser considerada sob duas formas: primeiro, por melhor se adaptarem ao tipo de experiência comum às crianças e que são explorados pelos meios de comunicação visual (como a TV); e, segundo, por facilitarem a aprendizagem.

Concretamente, observamos, no primeiro caso, que todas as páginas dos livros apresentam ilustrações, excluindo-se algumas de exercícios, e, muitas vezes, ocupam a maior parte do espaço da folha, reduzindo em algumas páginas o texto escrito. Entretanto, o objetivo é despertar o interesse mediante estímulos visuais, o que se busca não com quantidade dos estímulos, mas com a qualidade, em termos de relação equilibrada entre a figura e o texto explicativo.

Em algumas situações encontramos relação entre o texto e a figura, como, por exemplo, no livro do Autor A (6.^a série, p. 99), em que aparece um texto sobre o papel da minhoca no solo e uma figura ilustrativa. No entanto, o texto trata da espessura e classificação do solo, e a ilustração trata das camadas da terra (solo, subsolo, rocha). Portanto, a idéia essencial não foi ilustrada. Noutras páginas encontramos magníficas ilustrações, como, por exemplo, no livro do Autor C (5.^a série, p. 10) a respeito de satélites artificiais. No entanto não são exploradas todas as possibilidades desses artefatos em relação ao conteúdo estudado.

Portanto, além de as ilustrações não ilustrarem, os conteúdos se apresentam em tamanha quantidade que quem olha o livro se detém dispersivamente nas ilustrações e muito pouco no conteúdo escrito, ou, então, lê o conteúdo escrito sem encontrar a forma visual correspondente.

A história em quadrinhos também é utilizada, mas aparece apenas uma vez no livro do Autor C (5.^a série, p. 49-51) quando trata das Eras Geológicas. Nessa história, o narrador ora é um cientista, ora são crianças, ora é a própria Terra fantasiada de gente. Isso sem observar a terminologia empregada, como a de chamar um telescópio de canudo (Autor C, 5.^a série, p. 48, 3.^o quadro). Entre vinte quadrinhos, oito representam idéias descritas tais como a liquefação dos vapores, o aparecimento dos vulcões, das montanhas, algas, seres vivos, os répteis; os outros quadrinhos não ilustram idéias e o recurso para amenização da teoria são desenhos pejorativos, tais como um inseto chamando o cientista de **vovô** ou um turista assustado diante de uma pedra com forma humana.

Dessa forma, o "estímulo visual", além de não ilustrar a idéia, deforma-a totalmente, e frustra-se a intenção de se aproveitar o hábito da criança adquirido em seu convívio com os meios de comunicação visual, não se atingindo o seu objetivo que é o aproveitamento dos interesses dos alunos.

No segundo caso, de utilização dos recursos como meio de facilitação da aprendizagem, verificamos que, como no livro do Autor A (5.^a série), aparecem inúmeras ilustrações em desenhos, além das ilustrações com fotografias. Esses desenhos são geralmente caricaturas pejorativas, como, por exemplo (Autor A, 5.^a série, p. 109), sobre a evolução humana, em que aparecem algumas figuras correndo uma atrás da outra, primeiro com uma pedra, depois um machado e depois um revólver. Ora, o quadro da p. 110 ilustra mais adequadamente a idéia de evolução, pois as várias fases de evolução humana, desde o **Ramapithecus** até o **Homo Sapiens**, são descritas e ilustradas corretamente, tornando inteiramente des-

necessário o desenho da página anterior. Podemos, ainda, verificar desenhos como o da p. 20 (Autor A, 5.^a série), a imagem do **Magro** (Gordo e Magro), e à p. 86 (Autor A, 5.^a série), a imagem de um velho, que não ilustram absolutamente nada, pois se trata de exercícios.

Portanto esse tipo de desenho funciona não como um facilitador mas como “distrador” da aprendizagem. Salientamos que isso ocorre especificamente no livro do Autor A, 5.^a série. O autor C não apresenta esse tipo de ilustração. Observamos, ainda, que todos os livros apresentam ilustrações em quase todas as páginas e que elas predominam nos livros de 5.^a e 6.^a série, enquanto que continuam aparecendo, mas em menor quantidade, nos livros de 7.^a e 8.^a série.

Assim, os autores associam a utilização da ilustração aos diversos níveis de ensino, pois quanto maior o nível da série, menor é o número de ilustrações, e com isso presume-se uma adequação às etapas de desenvolvimento, necessidades e interesses das crianças. Ora, o recurso visual pode e deve ser utilizado em qualquer nível desde que de forma adequada. E adequar o recurso à etapa de desenvolvimento e interesses dos alunos não é desenhar o Sol, por exemplo, com expressão fisionômica. Ou a criança de 5.^a série tem condições para entender o mecanismo do sistema solar como é, ou esse conteúdo não é para o seu nível, pois não é o artifício grosseiro de um desenho que irá fazer a criança compreendê-lo mais facilmente.

Assim, podemos observar que as ilustrações dos livros por si mesmas não podem constituir uma forma de adequar os conteúdos a critérios de acessibilidade do conhecimento, às etapas evolutivas, necessidades e interesses de quem aprende.

Mesmo os mapas que constam em diversas páginas, tanto de assuntos de História como de Geografia, poderiam constituir um recurso excelente para aprendizagem se não incluíssem demasiados dados que tiram a clareza do significado. Por exemplo: os mapas que são apresentados na Unidade I — Os Continentes, Aspectos Físicos — do livro da 6.^a série. Além de alguns mapas apresentarem muitos dados, o texto não trabalha sobre o mapa, não o descreve e não se relaciona com ele. O autor C tenta de vez em quando fazer essa relação mas não o consegue suficientemente, pois apenas se refere a **um mapa** (6.^a série, p. 11) e o mapa está na página das Américas no capítulo anterior. E, para a compreensão do mapa, não se explica em nenhum momento a legenda, sem falar na interpretação de escalas que é apresentada no conteúdo sobre mapas mas depois não é retomada.

Toda essa análise nos indica que os critérios psicológicos são utilizados na seleção e organização dos conteúdos curriculares, mas essa utilização aparece tão ambígua quanto o é a tradicional questão de nível teórico a respeito do equilíbrio entre a organização lógica e a psicológica dos conteúdos, entre os curriculistas. E essa questão a nível teórico concretiza-se a nível prático, ou seja: ou se ordenam as seqüências da aprendizagem em função da estrutura própria de cada matéria ou se faz uma adequação aos interesses, necessidades e etapas do desenvolvimento de quem aprende. Pois podemos verificar que o tipo de estrutura lógica tradicional implica proporcionar automaticamente o conhecimento disciplinado e assim sendo as seqüências de aprendizagem são determinadas pela lógica dos conteúdos. Essa forma de seleção e organização de conteúdos não associa o processo de aprendizagem e de desenvolvimento intelectual, e, no entanto, embora não coincidam, esses dois processos possuem uma dependência mútua.

Essa idéia é fundamental quando se pensa em adequar conteúdos a etapas de desenvolvimento intelectual. Ora, se, como Vigotsky,² considerarmos o desenvolvimento potencial como a diferença de nível das tarefas realizadas com o auxílio do adulto e as que podem ser realizadas independentemente, a aprendizagem passa a ser um meio de desenvolvimento intelectual, desde que não se concentre apenas ao nível do desenvolvimento já existente mas também àquele nível de desenvolvimento que está para ser atingido. No entanto, verifica-se que a adequação dos conteúdos às fases de desenvolvimento geralmente é vista como um processo estanque. Inclusive a proposta da legislação em termos de atividades, áreas de estudo e disciplinas está diretamente associada às etapas de desenvolvimento mental propostas por Piaget, assim como toda a orientação curricular decorrente dessa orientação legal. Tal orientação se seguida a rigor contraria a idéia de que o ensino pode dirigir o processo de desenvolvimento, pois, em vez de adiantar-se a ele, apenas o segue na retaguarda.³

Por outro lado, a ênfase sobre adequação dos conteúdos às etapas do desenvolvimento poderá implicar uma visão unidimensional de desenvolvimento em que o psicológico é visto somente como um processo interno sem relação com seus condicionamentos externos, ambientais. Da mesma forma isso pode ocorrer com a interpretação da adequação dos conteúdos curriculares às necessidades e interesses da criança. Ob-

2 VIGOTSKY, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: _____ et alii. *Psicologia e pedagogia* I. Lisboa, Estampa, s.d. p. 57.

3 Ver a propósito, GRUZDEV, citado por KOSTIUK. Alguns aspectos da lição recíproca entre educação e desenvolvimento da personalidade. In: VIGOTSKY et alii, p. 60.

viamente que, conhecendo a fase de desenvolvimento pela qual passa a criança, mais facilmente podem-se detectar seus interesses e necessidades. No entanto, a adequação aos interesses e necessidades, se vistos apenas como a etapa de desenvolvimento é considerada, impede a captação de como essas formas subjetivas são conseqüências não só do ensino mas da mudança das relações entre a personalidade e o meio social.

Da organização dos conteúdos segundo critérios psicológicos pode decorrer uma reação à tradicional organização lógica, que resulte na introdução de mais um modismo na escola, modismo falho por falta de critérios racionais em sua aplicação, devido principalmente à ausência de conhecimento, por parte de professores e de autores de livros didáticos, sobre as investigações científicas no campo da psicologia aplicada aos processos de aprendizagem.

Dessa forma, todo recurso para motivar a criança fica reduzido a um artifício medíocre e confuso para a mente, exatamente porque não se toma consciência de que a experiência pedagógica tem de ser vista como um todo, tanto no seu aspecto subjetivo como também na sua experiência social.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

- 1 VIGOTSKY, L.S. et alii. **Psicologia e pedagogia I**. Lisboa, Estampa, s.d.

SOBRE RESISTÊNCIA(S)*

CECÍLIA ZOKNER

Professora titular do Departamento de Letras Es-
trangeiras Modernas da UFPr.

No Chaco argentino existe uma cidade, de nome Resistência. Está situada na planície, na terra vermelha: suas ruas, arborizadas, muito largas, têm largos canteiros que um dia receberam, também, uma função hedonística. Neles, pousam hoje peças de pedra e madeira e concreto e bronze que artistas argentinos modelaram e mecenas pagaram para ostentar frente às suas casas o belo e, eventualmente, o testemunho da riqueza. Foi Aldo Boglietti quem idealizou esse museu sem portas. O mesmo que uns anos antes havia dado vida a uma velha casa da rua Brown que foi se tornando ateliê de artistas, um espaço para reuniões informais, para encontro de amigos.

Das tertúlias que então promoveram, dos encontros e amizades, do gosto pelas coisas e da capacidade de nelas ver muitos significados, surgiu **El fogón de los arrieros**, residência dos dois amigos e receptáculo de livros, fotos, discos, um teatro de marionetes, armas antigas, tecidos, um piano, terracotas de Victor Marchese, flechas, cuias, cachimbos, artesanato indígena e uma infinidade de objetos os mais díspares que representam um valor artístico ou um rasgo de humor, numa dualidade significativa. Entre muitas outras coisas, a hesitação que às vezes pode tocar — e hoje cada vez mais freqüente e profundamente — o intelectual, o artista latino-americano que se debate entre as suas (não) raízes e a influência colonizadora que por superposição lhe moldou os gostos.

A presença, numa das paredes da casa-museu, entre outras, igualmente emolduradas, de uma carta de Jean-Paul Sartre é a prova cabal desse dualismo. Vem datada de Paris, num

* Ver Nota do Editor, p. 101.

18 de novembro de 1949, resposta a alguém que de **El fogón de los Arrieros** pede permissão para representar as suas peças. Em papel timbrado de **Les temps modernes** escritas à máquina as palavras: “Senhorita. Agradeço-lhe a amável e longa carta e o interesse que demonstra, assim como os seus amigos do **Fogón de los arrieros** pelas minhas peças. Dou, com prazer, a minha autorização para que representem qualquer de minhas peças na sua cidade de tão belo nome de Resistência. Desejo a todos muito sucesso e lhes envio minhas melhores amizades. Jean-Paul Sartre”.

Nada mais formalmente cordiais do que essas palavras. Ao subscrevê-las, Sartre tinha quarenta e quatro anos, importante obra já publicada e seu teatro se constituía de **Les mouches**, **Huis clos**, **Morts sans sepulture**, **Les mains sales**. Nesse ano de 1949 dirigia **Les temps modernes**. E para ele se voltam os olhos dos intelectuais e beletristas que no **El fogón de los arrieros** querem fazer teatro.

Quatro anos se tinham passado desde o término da Segunda Guerra Mundial. Ex-prisioneiro dos alemães, certamente, para Sartre, a palavra resistência não poderia deixar de ter a conotação precisa, pejada de atos heróicos, de vidas oferecidas a uma liberdade que fora ceifada pelas ideologias norteadoras do conflito mundial de 39-45; o significado que ainda conserva nos dias de hoje para os europeus que viveram a guerra e para aqueles que tentam preservar a lembrança dos que se opuseram à opressão e optaram pela difícil luta subterrânea contra as ideologias extremistas. E é provável que tenha ignorado sempre que o “tão belo nome de Resistência” se originou de atos colonizadores, ou seja, de um ato governamental ao nomear a Comissão Exploradora com o objetivo específico de escolher um lugar para fundar uma povoação e da luta de um grupo de colonizadores contra os aborígenes ao se instalarem próximo ao local onde existira a redução de São Fernando. Foi essa luta bravia pela posse da terra chamada de resistência (os brancos resistindo aos índios) e em seu louvor denominado Resistência o novo núcleo urbano que nascia. E é provável que Sartre também tenha ignorado que ao redor da cidade em que reviviam (terão revivido) suas palavras existia uma outra resistência: a dos povos espoliados. A resistência vencida. Aquela que os aculturados esquecem. Cujo final trágico as cifras — embora sem possibilitar a reconstrução do massacre, a evidência da extinção de um povo, a descrição dantesca do detalhe, do sacrifício de inocentes que eram os donos da terra — friamente comprovam.

Dessas resistências passivas da América entregue, da América dessangrada estariam conscientes os repetidores la-

tino-americanos de Sartre? Na verdade, nesta América de fabulosas ditaduras, grandiosas matanças, formidáveis torturas, longuíssimas prisões, exílios eternos e mortes prematuras, irreversíveis ignorâncias, carências atávicas, fomes demolidoras, muitos anos passaram. Mas, para que o advento de um novo olhar sobre a vida e sobre a morte no continente americano enfim surgisse, foram necessários esse tempo transcorrido, os muitos livros, as muitas mutações. Resistências novas, latentes em indivíduo ou germinando em grupos, então se delineiam: possíveis ou impossíveis, violentas ou pacificamente bem intencionadas, expressas pela palavra ou pelo silêncio. Resistências que não defendem apenas e primitivamente o território geográfico infestado mas talvez antes de mais nada o direito de se opor a ocupações, quaisquer que sejam elas. Isto é, todo um processo de amadurecimento de exasperante lentidão cujos resultados como redenção de uma maioria sufocada são esperados, desejados, procurados por aqueles que a custo de muito esforço estão tentando ou conseguiram se descolonizar.

TEMPO HISTÓRICO: UM NOVO CONCEITO

JOSÉ AUGUSTO COLODEL

Estudante do curso de História da Universidade Federal do Paraná.

“... Naquela manhã de maio de 1910, quando nove reis montados a cavalo se incorporaram no funeral de Eduardo VII da Inglaterra, o espetáculo era tão magnificente que a multidão não pôde reter exclamações de júbilo. Em trajes escarlate, verde, azul e púrpura, os soberanos cruzaram os portões do palácio em filas de três, fazendo luzir ao sol plumas, galões dourados, bandas carmesins e condecorações incrustadas de pedrarias...”¹

Durante muito tempo, a história viu-se presa fácil de uma linguagem que mais parecia agradar aos românticos dos séculos XVIII e XIX, distanciando-a do seu público, ávido por “destrinchar” este corpo difuso que é a história das sociedades através do tempo.

Os caminhos a serem trilhados pelos historiadores e pelos “fazedores de história” pareciam levar sempre à cátedra sagrada erigida pelos historiadores alemães do século XIX (o mérito dessa escola foi o de ter sido responsável pela implantação e sistematização do método histórico). A história confundia-se com a literatura, como o historiador confundia-se com o alquimista que procurava transformar em ouro documentos que colhia com faraônica paciência.

No meio de tamanha intransigência científica, ávida de processos inquisitórios sumários, uma nova etapa em matéria de se “fazer história” começa a descortinar-se. O palco situa-se na França e a cortina começa a ser puxada na Universidade de Estrasburgo no ano de 1929, por dois dos seus professores: Lucien Febvre e Marc Bloch, que fundam a revista “Annales d’histoire Economique et Sociale”.² É uma nova his-

1 TUCHMAN, Barbara W. *Os canhões de agosto*; 1914. Rio de Janeiro, Bruguera, 1962, p. 9.

2 A publicação *Annales* é bastante popular na França, Bélgica, Grã-Bretanha, Espanha, Itália e Estados Unidos.

tória, não mais submissa à realidade “crua e irrefutável” exposta em documentos, mas, uma “ciência dos homens no tempo”, como afirmava Marc Bloch. Uma história que procura compreender uma realidade maior, existente, mas quase relegada a um segundo plano ou até mesmo desconhecida. É a busca da superação do indivíduo, do herói, onde toda a realidade restante faz-lhe apenas o pano de fundo. É a libertação de uma história compromissada com os vencedores e essencialmente alienada em suas premissas mais sinceras. É uma história que possui novos problemas mas que, humilde, apresenta novas maneiras de abordá-los.

Entre esses novos problemas, deparamo-nos, quase que de imediato, com o do tempo. Mas o que é o tempo? Palavra cuja compreensão torna-se de transcendental importância para os pesquisadores das ciências sociais, já que os mesmos reivindicam para si um tempo específico, diferente do das demais ciências. Será uma substância em si, pura duração objetiva, intuição pura? Ou será um tempo maleável, já que o vasto passado não é feito apenas por um desabrochar sucessório de acontecimentos, mas de uma simultaneidade de tempos diversos?

Seguindo este processo de raciocínio, devemos compreender que existe um tempo curto, que é a medida de nossas aspirações e realizações pessoais; é o tempo da narrativa, o tempo jornalístico.

Em seguida encontramos o tempo médio, medida de uma geração, boa medida à análise econômica e social, variando de 10, 20 ou 50 anos. Encontramos, finalmente, a longa duração ou tendência secular, à qual pertencem todas e quaisquer espécies de estruturas, aparentemente imutáveis, mas que num distanciamento temporal adequado são possíveis de se observar. É óbvio que estas três categorias se interagem e confundem-se em um jogo maravilhoso. Cabe, pois, aos historiadores mais argutos separá-las e delas utilizarem-se conforme seus propósitos de pesquisa.

Absolutamente ligados à noção de tempo, encontramos as definições de fato (evento, acontecimento), conjuntura e estrutura.

Começemos pelo fato: atos sempre dramáticos e breves; uma batalha, um encontro de homens de Estado, um discurso importante, uma carta, etc. Não se repetem. Fazer uma história de fatos no tempo é bordar uma colcha de retalhos impossível de definir-se em si mesma. Com este enfoque, muito se escreveu para endeusar homens e acontecimentos, onde toda a realidade restante é simplesmente uma lâmpada fugidia que produz um brilho indiferente à vida dos “homens-

deuses”, tão comuns na história narrativa de Ranke (nesta nova visão, não há desprezo pelo fato, mas sim considerá-lo na dimensão que lhe é própria).

Em seguida, e correspondente ao tempo médio, advém a conjuntura, que segue um ritmo mais largo, definida no Littré como: “encontro de certos acontecimentos em um determinado ponto”. A observação de acontecimentos em uma determinada época, que a caracterizam e a tornam peculiar às vistas de nossos contemporâneos. Não nos esqueçamos dos processos sutis que devem ser empregados para a caracterização de uma época em questão, a importância da interdisciplinaridade, tão largamente enfatizada, mas muitas vezes esquecida, os processos de abordagem da realidade a ser estudada, muitas vezes equivocados, etc. Enfim, como a confecção de uma obra-prima, onde pinceladas certas devem ser dadas nos lugares certos, para que o quadro final não se transfigure da realidade que deseje mostrar.

Finalmente o trabalho do historiador torna-se mais complexo quando a realidade a ser abordada advém de uma estrutura. É a história estrutural ou de longa duração, que abrange séculos inteiros. É a história limite entre o móvel e o imóvel. É de acordo com Morazé: ... uma organização, um arranjo de fatores susceptíveis de dar uma explicação clara da evolução de um fenômeno dado, a uma época dada.³

A dificuldade em captá-la reside em que estamos envolvidos pela história de curta duração, a história jornalística, indiferentes a um processo mais amplo, obscuro, real, possível de captar-se quando ajustamos corretamente o foco de nossa objetiva para a captação verdadeira do nosso passado. Mas como poderá o historiador identificar cientificamente o processo estrutural? Cabe ao historiador utilizar-se de cortes instantâneos em um momento dado. Mas isto somente será válido se o historiador possuir cortes homogêneos, numerosos e aproximados. Conhecerá assim a estrutura pela observação conjuntural de certas peculiaridades e pelo processo empírico de observação dos movimentos de massa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BASTIDE, Roger, ed. *Sens et usages du terme structure dans les sciences humaines et sociales*. The Hague, Mouton, 1962.
- 2 TUCHMAN, Barbara W. *Os canhões de agosto; 1914*. Rio de Janeiro, Bruguera, 1962.

3 MORAZÉ, Charles. *Structures temporelles*. In: BASTIDE, Roger, ed. *Sens et usages du terme structure dans les sciences humaines et sociales*. The Hague, Mouton, 1962. p. 120.

PESQUISAS: PROJETOS E COMUNICAÇÕES

ESTRUTURAS AGRÁRIAS DE CURITIBA — PARANÁ 1850 — 1900

PROJETO DE PESQUISA

ODAH REGINA GUIMARAES COSTA
Professor Titular do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná.

Introdução

Trata-se de Tese de Doctorat d'Etat, sobre "Estruturas Agrárias de Curitiba — Paraná, 1850-1900", inscrita na Université de Paris X — Nanterre, sob a orientação do Professor Frédéric Mauro, do Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Paris, e da Université de Paris X — Nanterre.

O estudo das estruturas agrárias é indispensável ao conhecimento e à composição de um quadro da economia e da sociedade, com suas instituições e seus sistemas dominantes. A história das estruturas agrárias de Curitiba — Paraná, no período de 1850-1900, é ainda pouco conhecida, donde a necessidade de explorar esse tema. Há alguns trabalhos que analisam aspectos mais gerais¹, mas não existe a preocupação de uma análise qualitativa e quantitativa local mais profunda e completa. Nesse sentido, os problemas são muito grandes, principalmente em relação às fontes. Se elas existem, elas não são organizadas, o que vai exigir uma pesquisa quase artesanal, o que representa um grande desafio para o historiador.

O problema das fontes é transferido ao tema do trabalho, que é original, inexplorado e que atinge um aprofundamento, baseado nas fontes disponíveis. Para conhecer as estruturas agrárias de Curitiba — Paraná, no período de 1850-1900, é

1 BALHANA, Altiva Pilatti et alii. Campos Gerais, estruturas agrárias. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1968. 268 p. COSTA, Odah Regina Guimarães. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1978. Tese. Titularidade, Universidade Federal do Paraná. WESTPHALEN, Cecília Maria, et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 7:1-52, 1968.

necessário estudar principalmente a propriedade, como base da organização social, as formas de obtenção da terra, os modos de produção e os problemas ligados às terras de propriedade do Estado (devolutas), que constituíram um problema fundamental para o Império do Brasil. Reinava uma grande confusão: encontravam-se, lado a lado, terras pertencentes a proprietários legítimos de antigas sesmarias, concessão real de terras incultas dadas a cultivar a um sesmeiro, recebidas por herança, compra ou doação, e terras cujos proprietários haviam simplesmente tomado posse, sem nenhum apoio legal. Por razões administrativas e econômico-financeiras, o Império tinha necessidade de conhecer a situação para empreender a venda das terras devolutas e para aumentar o erário público, estipulando uma taxa sobre as terras a serem adquiridas. O Império não resolveu o problema, transferindo-o para a República.

No Brasil e no Paraná, durante o período colonial, a primeira forma de ocupação legal da terra foi a concessão, pela coroa portuguesa, da sesmaria àqueles que tinham a possibilidade de explorá-la. Mas, simultaneamente, vai se desenvolver um movimento de ocupação ilegal da terra, consequência do aumento da população e do processo econômico da colônia. Esta situação tornou-se mais grave durante o século XIX, sobretudo após a anulação, a 17 de julho de 1822, do sistema de outorga por sesmarias. De 1822 a 1850, nenhuma lei vem substituir o antigo sistema de doar a terra como sesmaria. É somente a partir de 1850 que há uma lei que vai regulamentar a aquisição da terra pela compra. A Lei de terras de 1850 (n.º 601, de 18 de setembro de 1850) vai tentar regulamentar as terras devolutas no Império e aquelas que eram possuídas sem o complemento das condições legais. O seu Regulamento de 1854 (decreto n.º 1318, de 30 de janeiro de 1854) vai determinar o registro das terras possuídas pelos curas das paróquias. Com a proclamação da República vem a descentralização do sistema da terra, cabendo ao Estado do Paraná a sua regulamentação (Decreto-Estadual de 1893). Entretanto muitos problemas da terra persistem até os dias de hoje.

A escolha do período de 1850-1900 prende-se às seguintes razões: 1. É o momento durante o qual a sociedade brasileira e local passa da antiga modalidade da concessão de terras por sesmarias, ou simples tomada de posse, para o novo sistema que consagra o princípio da compra da terra; 2. É uma possibilidade de conhecer a regulamentação do sistema da pequena e da média propriedade, que vão caracterizar a estrutura agrária do Paraná. O propósito é de estudar: 1. As mo-

dalidades de apropriação das terras; 2. Os tipos de propriedades; 3. Os meios colocados em prática para a exploração das terras; 4. Os grupos sociais que ocupam as terras; 5. A mentalidade desses grupos sociais.

O quadro cronológico escolhido, 1850-1900, corresponde ainda a diversos acontecimentos: o final dos movimentos insurreccionais, que marca a unidade do Império brasileiro, proibição do tráfico de escravos (1850), a guerra contra o Paraguai, a abolição da escravidão (1888), a instalação do sistema do trabalho livre, a desagregação da sociedade tradicional agrária, o aumento e a diversificação da população com a entrada dos imigrantes, as tentativas de industrialização, a aparição de novas lideranças locais e a proclamação da República (1889). O Paraná passou por todos esses acontecimentos, sendo elevado à categoria de Província, separada de São Paulo, a 19 de dezembro de 1853, tendo como capital a cidade de Curitiba, e à condição de Estado, a 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República.

Quanto ao universo espacial, a região escolhida é aquela de Curitiba e dos seus arredores. Assim, o objeto principal deste trabalho é detectar no processo histórico de Curitiba, no período de 1850-1900, os principais problemas relativos à propriedade, como um dos sustentáculos da organização social, e as modalidades de apropriação da terra, tendo como eixo principal a cidade de Curitiba e as paróquias dos seus arredores. Para a reconstituição desse quadro, o elemento fundamental são as comunidades paroquiais, que serão estudadas não somente do ponto de vista de suas atividades econômicas, mas também do ponto de vista de seus caracteres sociais (institucionais, demográficos e de estruturas sociais).

1. Quadro de referência conceitual da pesquisa.

Vão ser colocadas algumas indagações referentes à pesquisa sobre “Estruturas Agrárias de Curitiba-Paraná, 1850-1900”. O principal objetivo é conhecer e explicar a realidade histórica, objetivando a representação de um quadro concreto daquela realidade. Convém ressaltar a necessidade de serem adotados novos métodos e novas técnicas de pesquisa, visando uma análise mais ampla e mais profunda. Dois assuntos básicos vão ser enfocados: a história quantitativa e a busca das fontes, aliando às tendências atuais da pesquisa no setor da História. Dentre estas tendências destacam-se aquelas que vêm sendo formuladas no setor internacional (França e países Anglo-Saxônicos), colocando-se a problemática de sua aplicação no presente projeto de pesquisa, ou em que medida

poderiam contribuir para uma perspectiva moderna da história agrária de Curitiba, na segunda metade do século passado.²

O referencial conceitual utilizado na pesquisa é o da escola de Annales, criada, em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch, e que contribuiu para a renovação metodológica da História. São amplamente utilizados os conceitos de estrutura, conjuntura, quantificação, modelo, tendendo para o social, o global, sem descurar o caráter humano da História.

Procura-se colocar dentro da conceituação de história agrária, dada por Marc Bloch, Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Goubert. Visa-se o estudo dos sistemas sócio-econômicos, focalizados na sua significação histórica, tanto no tempo como no espaço.

2. Relação do projeto com a literatura sobre o assunto e a contribuição específica do projeto.

O projeto relaciona-se diretamente com a história agrária, com conotações com a história da agricultura e a história econômica do mundo rural. Segundo Ciro Flamarion S. Cardoso a história agrária terá seu objeto central representado “pelas formas de apropriação e uso do solo e pelo status jurídico e social dos trabalhadores rurais”, representando desta forma o estudo dos diferentes “sistemas agrários”, suas transformações e as causas dessas transformações. Apresenta como fonte de referência a Geografia Humana, ligada ao estudo das diversas modalidades históricas de organização e/ou exploração da força do trabalho.³ O historiador preocupa-se com a continuidade, a cronologia, seguida de uma maneira sistemática para a verificação do mecanismo das transações e as respostas dadas, a cada momento, aos problemas enfrentados pelo grupo humano.⁴

O estudo das paisagens agrárias é fundamental, ampliado, como fez Marc Bloch, pelo estudo das transformações da propriedade e dos grupos sociais, passando assim da morfologia agrária à estrutura agrária, levando em consideração os meios de produção.

A história agrária liga-se aos outros domínios da história, principalmente à história econômica e social, em uma tentativa de integração global. Nesta tentativa do global, ela utiliza

2 LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira; combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1971. p. 73-4.

3 CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979. p. 16.

4 Cf. VILLAR, P. Geografía e historia estadística. Historia social y técnicas de producción. In: ————. *Crecimiento y desarrollo*. Barcelona, Ariel, 1976. p.234-51. Citado por CARDOSO, p. 37.

dados e pesquisas realizadas pelos especialistas de outros domínios da história.

Estes são os eixos fundamentais da pesquisa e as interligações com a literatura sobre o assunto, destacando-se o livro de Marc Bloch **Caractères originaux de l'histoire rurale française**, que constitui uma síntese e um modelo para novos trabalhos.

A escola de Annales, da qual Bloch foi um dos fundadores, contribuiu decisivamente para a renovação metodológica da história, graças a Lucien Febvre, François Simiand, Ernest Labrousse, J. Neuvret e outros, abrindo-se perspectivas para os magistrais trabalhos de Fernand Braudel. Depois da 2.^a Guerra Mundial nota-se um interesse renovado pelas outras ciências do homem. A fundação da revista **Études Rurales**, em 1960, assinala novo período. Tomam alento os estudos de história da agricultura, ou melhor, da história agrária, graças aos trabalhos de Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, Postan Mangay, Slicher von Bath, G. Hausmann e outros, com os quais se liga o presente projeto de pesquisa.

Há alguns trabalhos da maior significação, como por exemplo a **Histoire de la France Rurale**, sob a direção de Georges Duby e Armand Wallon, na qual participaram alguns nomes dos mais expressivos da historiografia francesa, como Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Bertrand, Hugues Neveux, Jean Jacquart, Maurice Agulhon e outros. Esta obra também serve de ponto de referência para o projeto.

Um destaque especial deve ser feito aos numerosos trabalhos e teses publicadas por autores franceses, incluindo Fernand Braudel, com **Civilisation materielle et capitalisme**, Pierre Chaunu, com **Histoire science sociale, La durée, l'espace et le temps à l'époque moderne**, J. Meuvret, com **Études de l'histoire économique**, Pierre Goubert, com **Beauvais et le Beauvaisis de 1600 a 1750**, E. Labrousse, com **La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution**, Jean Jacquart, com **La crise rurale en Ile-de-France, 1550-1670**, e outros.

Há obras coletivas de interesse para a história agrária, como a **Histoire économique et sociale de la France**, dirigida por Fernand Braudel e Ernest Labrousse e a **Histoire de la France Urbaine**, sob a direção de Georges Duby. Estas obras forneceram subsídios e elementos válidos para a pesquisa em pauta.

Em termos de Brasil, não se pode deixar de mencionar autores renomados como Celso Furtado, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, além de Maria Yedda Leite Linhares, que

publicou recentemente **História da Agricultura Brasileira — combates e controvérsias**, e **Ciro Flamaron S. Cardoso**.

Quanto à contribuição específica do projeto “Estruturas Agrárias de Curitiba — Paraná, 1850-1900”, ele visa conhecer os mecanismos sócio-econômicos e os elementos modernizadores que atuaram nas estruturas, contribuindo para a sua transformação. É trabalho inédito em história agrária e se insere no contexto sócio-econômico paranaense e brasileiro no período escolhido. Visa verificar os principais problemas relativos à propriedade e às modalidades de posse da terra em Curitiba, no período apontado. Pretende levantar e utilizar fontes específicas para a história agrária, nos seus múltiplos aspectos econômicos e sociais. Vai resultar no estudo da comunidade de Curitiba no tempo da Província, que se caracteriza pela presença de uma sociedade tradicional, baseada numa economia do tipo pré-capitalista, e dependente dos grandes centros de decisões econômicas e políticas situados no Rio e em São Paulo.

Para a complementação do quadro sócio-econômico serão estudados, além da propriedade, os sistemas de colonização, a expansão da fronteira agrícola, a política de terras, a substituição de novas comunidades, a substituição dos regimes de trabalho, a aplicação de capitais, os problemas de mão-de-obra e outros fatores.

3. Hipóteses que orientarão a pesquisa.

Propõe-se colocar alguns problemas e hipóteses que orientarão a pesquisa.

1. O problema da propriedade e da repartição da terra é ligado à vida da comunidade e seu estudo permite o conhecimento de um dos aspectos mais importantes da vida social. Se Curitiba era uma região de alguns grandes proprietários, ela era predominantemente a região de pequenas e médias propriedades.

2. A comunidade de Curitiba incluía grupos sociais com interesses antagônicos. Uns eram proprietários exploradores, outros eram proprietários que não exploravam suas terras, outros ainda eram simples ocupantes da terra, que por seu trabalho, suas atividades ligadas à produção agrícola, ao desenvolvimento da criação de gado, à exploração e industrialização da erva-mate e da madeira contribuíram para criar riquezas para a cidade e a Província. Estes últimos, cuja propriedade não era legalizada, eram mais ativos do que aqueles que não encontravam na terra senão elementos de prestígio.

3. Mesmo em uma sociedade escravocrata como era aquela de Curitiba, em meados do século XIX, o trabalho livre coexistia com o trabalho escravo e os “camaradas” e “agregados” se encontravam em todos os degraus da escala social.

4. O ar tipicamente urbano e rural de Curitiba, no momento bastante mal conhecido, caracterizou-se, na segunda metade do século XIX, pela instalação de novos habitantes, imigrantes vindos principalmente da Itália, da Alemanha e da Europa de Leste. Esses imigrantes vão contribuir para o aumento da população e da produção em geral, inclusive a agricultura.

5. A chegada desses imigrantes provocou a expansão das fronteiras urbanas e a formação de novas propriedades, médias e pequenas. A proximidade de um centro urbano importante, como Curitiba, contribuiu para a proliferação dessas propriedades.

6. Em que medida a evolução econômica, demográfica e social que conheceu o Paraná na segunda metade do século XIX motivou uma mudança na estrutura agrária de Curitiba? Esta estrutura é representada pela forma de ocupação da terra, pelo tipo de propriedade, pelos meios de exploração econômica e pelo sistema de trabalho, que apresentam certos traços próprios à comunidade de Curitiba durante o período estudado.

7. Qual o efeito do aparelho legal trazido pela Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854 e mesmo pelo Regulamento do Estado do Paraná de 1893 (decreto n.º 1, de 8 de abril de 1893) e a legislação complementar das terras devolutas, na regulamentação da posse das terras e daquelas submetidas à legitimação ou revalidação em Curitiba? Será que a Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento contribuíram para tornar legal uma situação de fato e não de direito, que representava a simples tomada de posse das terras? Quem detinha a terra, principal instrumento de produção agrícola e de criação de gado? Quais as possibilidades de o Estado vir a conhecer as terras que lhe pertenciam, respeitando os direitos individuais?

8. Qual era o tipo de exploração da propriedade: a) familiar; b) com utilização da mão-de-obra escrava; c) com trabalhadores livres? Quais os tipos de propriedade: a) grande propriedade; b) média propriedade; c) pequena propriedade? Qual era o sistema da propriedade? a) uma propriedade individualizada, à maneira européia; b) uma propriedade familiar, individual; c) uma propriedade coletiva?

9. No que concerne a Curitiba, alguns problemas específicos podem ser colocados: Que é que deve ser considerado como cidade? Quais são as paróquias que estavam ligadas a ela? Qual era o perímetro urbano da cidade?

10. No que se refere ao seu grau de urbanização, é necessário verificar: 1. Qual era a urbanização da cidade no início do período estudado (1850-1900); 2. como esta urbanização se desenvolveu entre 1850 e 1900; 3. Qual é a superfície das propriedades. Para responder a essas questões é necessário verificar: a) o número das paróquias; b) distinguir as paróquias urbanas das paróquias rurais. Isto permitirá verificar se se trata de uma cidade completamente urbanizada ou se se trata de uma cidade onde uma ou diversas partes se encontram fortemente imbricadas com os arredores. Esta constatação dará a possibilidade de conhecer o tipo de culturas que eram praticadas no perímetro de influência da cidade: a) cultura de subsistência; b) cultura destinada à alimentação dos habitantes da cidade vizinha; c) ou culturas enviadas aos mercados nacional e internacional.

11. Em síntese, as características da década de 1850 se encontram de novo no fim do período (1900), ou o que se vê é uma urbanização crescente que ultrapassou os limites anteriores?

4. Metodologia da Pesquisa.

O método científico, com o estabelecimento das hipóteses, a coleta de dados e a prova da hipótese, representa a estratégia a ser utilizada. O método histórico constitui o instrumento operacional básico, juntamente com as técnicas da heurística, da crítica e da hermenêutica.⁵

Além de dados e informações, que levam a avaliações qualitativas, serão utilizadas as técnicas quantitativas, que objetivam colher dados e informações cifradas ou numéricas, sobre o que pode ser quantificado. Os elementos quantitativos contribuem para corroborar as avaliações qualitativas.

É tomada como ponto de referência a metodologia aplicada em história econômica (agrária) e história social pela escola historiográfica francesa. Pretende-se fazer também uma história quantitativa, baseada nas fontes disponíveis.

A corrente histórica, que se desenvolveu principalmente na França, abrange não apenas a história econômica mas um conjunto da ciência histórica, com ênfase no social, tendo como precursores Lucien Febvre e Marc Bloch. É caracterizada

5 WESTPHALEN, Cecília Maria. Navios e mercadorias no porto de Paranaguá. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 10:23, 1971.

pelo ecletismo e pela indiscutível qualificação dos seus representantes. Inclui desde um empirismo de expressivo quilate de um François Furet, como uma genial visão do pai da geohistória, Fernand Braudel, uma profunda percepção de um Emmanuel Le Roy Ladurie até a perspicácia e especialização de um Ernest Labrousse e de um Georges Duby. É a corrente que alia o econômico ao social, na acepção global do termo, sem se descuidar do contexto histórico da realidade estudada, sem desprezar o particular e sem descartar o qualitativo. Em síntese, procura estabelecer uma metodologia e um conjunto de técnicas conforme o universo a ser estudado e segundo as fontes disponíveis.⁶ É este o posicionamento metodológico da presente pesquisa.

Pretende-se utilizar a computação eletrônica, tendo sido, para isto, organizada ficha básica. Caberão a técnicos a programação, a perfuração dos cartões e o processamento de dados. Controlados os dados, será feito um plano de distribuição e de cruzamentos das variáveis. É prevista a realização de alguns tipos de tabulações e de verificação das tendências.

5. Fontes e natureza dos dados.

O primeiro objetivo é recensear e sistematizar as fontes existentes no Departamento do Arquivo Público e Microfilmagem, na Prefeitura Municipal de Curitiba, na Câmara Municipal de Curitiba e nos arquivos notariais, para aí encontrar os elementos que possam servir para a realização do trabalho. Esses elementos serão de dois tipos: dados qualitativos, que virão esclarecer as hipóteses do trabalho, e elementos quantitativos, que poderão corroborar as constatações feitas pelos dados qualitativos. Todos esses fundos são indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa. Serão consultadas fontes diversas, como por exemplo as Memórias sobre Curitiba e os discursos ou Debates que tiveram lugar nas instâncias nacionais do país. Os Almanques poderão fornecer uma visão da estrutura da cidade.

Exemplificação das fontes a serem utilizadas:

1. Departamento do Arquivo Público e Microfilmagem — Registros de terras possuídas e de terras sujeitas à legitimação ou à revalidação. Livros 1 a 4 — de terras possuídas, de 1854 a 1862, com seu total de 3.393 documentos e livros 36 a 45, de 1894 a 1896, com 4.793 documentos, totalizando 8.186 documentos, podendo ultrapassar esta cifra por haver fichas desdobráveis com mais de um registro. Natureza dos livros:

6 LINHARES, & SILVA, p. 81.

Livros 1 a 4: Nome da paróquia, nome do declarante, sexo, grau de alfabetização, qualidade do proprietário (senhor e possuidor, ou simples ocupante), residência, tipo do imóvel (chácara, sítio, fazenda), características (terras lavradas, maninhas), localização, origem da posse (por herança, doação, compra ou posse), eventualmente a área, as divisas e, finalmente, o lugar e a data e o nome do declarante. Livros 36 a 45: dados complementares, como área cultivada, espécie de indústria ou cultura, rios e córregos d'água, estradas e caminhos, centro de consumo próximo e taxa.

2. Prefeitura Municipal de Curitiba.

Cartas de data, cartas de foro, termos de alinhamento e demarcação e termos de vistoria no alinhamento, com: nome do peticionário, nacionalidade, residência, petição, localização, podendo incluir o teor da medição e demarcação e divisas, concessão de carta de data ou de foro, condições, imposto, local onde foi dada, passada e selada, data, Presidente ou Prefeito Municipal, e Secretário ou Diretor Secretário.

3. 1.º Cartório de Registro de Imóveis de Curitiba — Inscrição dos imóveis, com: N.º de ordem, Data, Freguesia do imóvel, denominação ou rua do imóvel, Confrontações e características do imóvel, Nome e domicílio do adquirente, Nome e domicílio do transmitente, Título, Forma do Título e Tabelião que o fez, Valor do contrato, Condições do contrato e Averbações.

4. Cartório do 1.º Ofício de Notas de Curitiba.

Escrituras de compra e venda, algumas incluindo sùmula com: indicação da escritura, nome do(s) vendedor(es), nome do(s) comprador(es) e preço. Em seguida vem, de forma corrida, os seguintes dados: Data, local, vendedor(es), comprador(es), moradia, declaração de que são senhores e possuidores, terras possuídas, local, origem, venda, quantia, aceitação da presente escritura, registro da sisa e selo, com ano financeiro, no Livro de Receitas, com os dados acima apontados, local, data, escrivão, testemunhas presentes, Tabelião e assinatura.

5. Cartório das Varas Cíveis de Curitiba.

Os inventários **post-mortem** dão uma boa informação sobre o tipo de propriedade e sobre: 1. a disponibilidade de mão-de-obra; 2. o tipo de mão-de-obra utilizado nos setores urbano e agrícola; 3. a parte da mão-de-obra escrava na avaliação global da herança.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

- 01 BLOCH, Marc. **Les caractères originaux de l'histoire rurale française.** Paris, Colin, 1960.
- 02 BRAUDEL, Fernand. **Civilisation matérielle, économie, capitalisme, XVe — XVIIIe. siècle...** Les structures du quotidien: le possible et l'impossible. Paris, Colin, 1979. t.1.
- 03 BRAUDEL, Fernand e LABROUSSE, Ernest, dir. **Histoire économique et sociale de la France. L'avènement de l'ère industrielle (1789-années 1880).** Paris, PUF, 1976. t.3, 2v.
- 04 ————. **Histoire économique et sociale de la France. L'ère industrielle et la société d'aujourd'hui (siècle 1880-1980).** Paris, PUF, 1979.
- 05 CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis, Vozes, 1979. 212 p.
- 06 CASTRO, Ana Célia et alii. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações.** Brasília, BINAGRI, 1979. 268 p.
- 07 COSTA, Odah Regina Guimarães. **A reforma agrária no Paraná.** Curitiba, 1977. Tese, Titularidade, Universidade Federal do Paraná.
- 08 DUBY, Georges e WALLON, Armand, dir. **Histoire de la France rurale. Apogée et crise de la civilisation paysanne. 1789-1914.** Paris, Seuil, 1976. 573 p.
- 09 ————. **Histoire de la France rurale. La fin de la France paysanne.** Paris, Seuil, 1977. 671 p.
- 10 FURTADO, Celso. **La formation économique du Brésil: de l'époque coloniale aux temps modernes.** Trad. de Janine Peffau. Paris, Mouton, 1973. 218 p.
- 11 GOUBERT, Pierre. **Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730.** Contribution à l'histoire sociale de la France du XVIIe. siècle. Paris, Société d'Édition et de Vente de Publications de l'Éducation Nationale, 1960. 2v.
- 12 JACQUART, Jean. **La crise rurale en Ile de France, 1550-1670.** Paris, Colin, 1974. 795 p.
- 13 LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Les paysans de Languedoc.** Paris, Mouton, 1974. 2v.
- 14 LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918).** Brasília, BINAGRI, 1979. 248 p.

- 15 LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira; combates e controvérsias.** São Paulo, Brasiliense, 170 p.
- 16 MONBEIG, Pierre. **Pionniers et planteurs de São Paulo.** Paris, A. Colin, 1952. 376 p.
- 17 VIGIER, Philippe. **Essai sur la répartition de la propriété foncière dans la région alpine.** — Paris, Société d'Édition et de Vente des Publications de l'Éducation Nationale, 1963.
- 18 WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 3:1-52, 1968.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BALHANA, Altiva Pilatti et alii. **Campos gerais, estruturas agrárias.** Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1968. 268 p.
- 2 CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis, Vozes, 1979. 210 p.
- 3 COSTA, Odah Regina Guimarães. **A reforma agrária no Paraná.** Curitiba, 1978. Tesc, Titularidade, Universidade Federal do Paraná.
- 4 LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira; combates e controvérsias.** São Paulo, Brasiliense, 1971.
- 5 WESTPHALEN, Cecília Maria. Navios e mercadorias no porto de Paranaguá. **Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 10:19-36, 1971.**
- 6 ————. et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 7: 1-52, 1968.**

DINÂMICA DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA LUTERANA EM CURITIBA A PARTIR DE 1866; ALGUNS ASPECTOS SOBRE A FECUNDIDADE.

SERGIO ODILON NADALIN

Professor Adjunto do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

1. Introdução

A presente pesquisa refere-se à história de um grupo social de caráter principalmente etno-religioso,¹ congregado oficialmente na Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba. Esta história tem como perspectiva de análise o privilégio inicial das estruturas demográficas da população compreendida pelo grupo. Dito de outra maneira, a compreensão da totalidade pretende ser atingida a partir do estudo da dinâmica demográfica do agrupamento imigrante e descendentes de origem germânica em Curitiba desde novembro de 1866, ano em que a comunidade religiosa foi oficialmente instalada.

2. Subprojeto: fecundidade entre 1920 e 1939

Para serem atingidos os objetivos propostos pelo projeto, implícitos no título desta comunicação, foram adotados procedimentos que consideram o grupo, até o momento, em função de três coortes de famílias observadas respectivamente (a) a partir de 1866 até 1894; (b) de 1895 a 1919 e (c) de 1920 a 1939. Estes períodos iniciam ciclos vitais representados simbolicamente pelos três “corredores” do diagrama que é apresentado a seguir (Gráfico I):

¹ Os critérios que permitiram a determinação do grupo etno-religioso em questão foram discutidos anteriormente, em outro artigo. NADALIN, Sergio Odilon. Imigrantes alemães e descendentes em Curitiba; caracterização de um grupo social. *História: Questões & Debates*, 2(2):23-35, jun. 1981.

A exploração sumária das fichas de família reconstituídas para a fase anterior a 1920 permitiu a realização de um primeiro trabalho que resultou numa tese de doutoramento defendida em fevereiro de 1978.² As análises efetuadas quanto à fecundidade inscrevem-se no triângulo A-C-E do já referido diagrama, o que possibilitou a comparação entre duas coortes de casais cujas linhas de vida, entre 1895 e 1919, estão superpostas no tempo (paralelograma A-EG-B e triângulo B-C-G). As diferenças apresentadas pelas duas coortes, no que se refere ao comportamento demográfico, coortes de indivíduos na sua maioria “imigrantes” e “teuto-brasileiros”, respectivamente, mostram-se significativas, mas não extravagantes.³ É possível enquadrar estas mudanças de comportamento, pelo menos em parte, no processo de contatos culturais que é verificado a partir da inserção dos primeiros membros do grupo na sociedade curitibana, se bem que os mecanismos destes contatos ainda não estejam bem determinados.

Continuando as pesquisas, a partir de 1978, foi montado um subprojeto⁴ cuja base é a reconstituição das famílias com início de observação localizado no período 1920-1939. Na figura já citada (Gráfico I), esta observação situa-se simbolicamente no triângulo C-D-H (Coorte III). Torna-se evidente, desde já, e da mesma forma que os estudos feitos anteriormente para o período 1895-1919 (Coorte II), que são sumárias as possibilidades de análise destes grupos de gerações. Tal fato se explica, uma vez que foi necessário, no primeiro estudo, terminar as observações em 1919 por razões técnicas. No caso presente, as observações foram finalizadas em 1939, em função não só da contemporaneidade da observação mas também por se supor que as características do grupo modificam-se bastante após a Segunda Guerra Mundial. De modo geral, este último grupo constitui uma coorte de casais de composição original em relação aos anteriores uma vez que é composto de “teuto-brasileiros” e “alemães-novos”, isto é, descendentes dos primeiros imigrantes e parte do contingente imigratório alemão posterior à Primeira Grande Guerra. Os resultados parciais desta pesquisa são apresentados a seguir.

2 NADALIN, Sergio Odilon. *Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la communauté évangélique luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969*. Paris, 1978. 555 p. Thèse, Doctorat du 3e cycle, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

3 NADALIN, *Une paroisse...* p. 304.

4 NADALIN, Sergio Odilon. Fecundidade das famílias de confissão luterana em Curitiba, 1920-1939; pesquisa em andamento. *Revista Brasileira de História*, 1(2):175-84. set. 1981.

2.1. Número de mulheres observadas e de nascimentos arrolados (Quadro I):

Idade no casamento	Mulheres observadas ⁵	Nascimentos levantados ⁶
15 — 19	65	167
20 — 24	103	250
25 — 29	45	72
20 — 34	15	18
35 e mais	11	10
Total	239	517

2.2. Os nascimentos acima discriminados distribuem-se diferentemente em função da idade da mulher enquanto mãe. O quadro que segue apresenta esta distribuição, relacionando também os **anos-mulheres**, ou seja, número de anos vividos pelas mulheres nos diversos grupos de idade transcorridos durante o ciclo vital. (Ver Quadro II, na página seguinte).

2.3. As relações N/AM , isto é, entre o número de nascimentos e os anos-mulheres, permitem finalmente a obtenção das taxas de fecundidade aparente, assim denominadas porque sobre elas não incide qualquer tipo de correção. Estas taxas traduzem o número de nascimentos vivos em cada grupo de mil mulheres, considerando-se a idade ao casar ou independentemente da idade no casamento (última linha da tabela apresentada a seguir). Ao mesmo tempo, o quadro que segue (Quadro III) leva necessariamente em conta a idade das mulheres ao darem à luz os seus filhos.

Idade da mulher ao casar	Idade da mãe						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
15-19	341	275	150	53	45	—	—
20-24		272	185	90	65	48	—
25-29			202	173	59	0	—
30-34				215	108	0	0
35 e mais					263	104	0
Total	341	274	178	116	78	39	0

5 Não foram incluídas as famílias onde ocorreram concepções pré-nupciais e/ou nascimentos pré-nupciais.

6 Não foram incluídos nascimentos perdidos e posteriormente reencontrados.

QUADRO II

Idade no casamento	IDADE DA MÃE														Nascimentos fora de observação	
	15-19		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49			
	AM	N	AM	N	AM	N	AM	N	AM	N	AM	N	AM	N		
15-19	82.0	28	291.0	80	213.5	32	114.0	6	44.5	2						19
20-24			308.5	84	471.5	87	322.0	29	123.0	8			21.0	1		41
25-29					123.5	25	190.5	33	119.0	7			39.0	0		7
30-34							46.5	10	65.0	7			29.5	0		1
35 e mais									19.0	5			38.5	4		1
TOTAL	82.0	28	599.5	164	808.5	144	673.0	78	370.5	29			127.5	5		69

2.4. Uma das correções possibilitadas pelas técnicas de análise em demografia histórica, concernentes à fecundidade obtida a partir da reconstituição de famílias é o cálculo dos chamados **nascimentos perdidos**, ocorrência devida a fatores diversos como por exemplo migrações temporárias, perda ou destruição de registros ou o simples não-registro do batismo por uma ou outra razão. Esta avaliação permitiu a obtenção de taxas corrigidas de fecundidade, apresentadas a seguir (Quadro IV).

Idade da mulher ao casar	Idade da mãe						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
15-19	341	299	177	53	45	—	—
20-24		313	211	97	7	5	—
25-29			240	192	78	0	0
30-34				265	143	41	0
35 e mais					263	104	0
Total	341	306	207	128	94	48	0

2.5. Uma apreciação sumária dos resultados obtidos detém-se no gráfico construído a partir dos totais relacionados no quadro IV e dos dados já apresentados em outra ocasião,⁷ o que permitiu, finalmente, uma rápida comparação entre as três coortes até agora colocadas em evidência pela pesquisa. (Gráfico II, Anexo).

Se as duas curvas relativas à vida matrimonial iniciadas antes de 1920 já indicavam uma diminuição da fecundidade, pelo aumento da convexidade da curva, o conjunto das três curvas evidencia uma continuidade importante daquela tendência, uma ruptura mesmo, pois o nível dos padrões de fecundidade representados pela curva 3 está bem abaixo do conjunto formado pelas duas anteriores, se bem que a convexidade do desenho não apresenta, praticamente, alteração.

Um segundo gráfico fixa-se no período cuja observação é iniciada com os casamentos de 1920-1939. (Gráfico III, Anexo).

O estado atual da pesquisa somente permite uma caracterização sintética da fecundidade do grupo, uma vez que o corte realizado em 31 de dezembro de 1939 interrompe artificialmente a observação da fecundidade da maior parte dos casais em estudo. Tal fato não permite análises cujos resultados são fundamentais para a definição completa da fecun-

7 NADALIN, *Une paroisse...* p. 300 e 301.

didade do grupo, nesta época: trata-se do estudo do intervalo entre os nascimentos, somente factível para mulheres observadas até o fim do seu período fecundo (45, 50 anos, em média). Entretanto, o gráfico II, complementando as observações possibilitadas pelo gráfico I (baixa substantiva da fecundidade) permite pelo menos aventar a importância da idade do casamento para a fecundidade dos casais em estudo. Verifica-se também uma leve tendência no sentido do aumento da convexidade das curvas, à medida em que é retardado o casamento. Além disto, ao contrário das populações "tradicionais", cujos exemplos estão publicados, à medida que a mulher se casa mais tarde, diminui a fecundidade na primeira faixa de vida matrimonial.

3. Conclusão

Esta rápida comunicação teve um objetivo: prestar contas à comunidade acadêmica do estado de uma pesquisa e, portanto, o seu autor não teve a preocupação de aprofundar as análises dos resultados, aliás comprometida pela necessidade de estender a própria pesquisa. Sem dúvida, parece que se está tratando com um grupo bastante diferente dos anteriores (coortes I e II), considerando o destaque da curva 3 no gráfico II. Porém, urge completar pesquisas e observações referentes ao período anterior, de 1866 a 1919, quais sejam, (a) um reestudo da coorte II, agora considerando uma extensão da observação de 1919 até 1939 (paralelograma C-G-F-H, gráfico I), para recalcular as taxas de fecundidade bem como e principalmente estudar os intervalos entre os nascimentos; (b) da mesma forma, para a primeira coorte estabelecida, o estudo dos intervalos intergenésicos.

Para terminar, fica a observação de que a questão fundamental proposta pelo projeto de pesquisa, ou seja,

(...)considerando-se a evolução da comunidade que se **moderniza** e se **integra** na sociedade brasileira, e considerando-se a introdução de um elemento perturbador na evolução do grupo, os **alemães-novos**, a questão que se coloca é saber de que modo este último fator alterou o comportamento demográfico da comunidade, analisando-se um novo período de observação, que vai de 1920 a 1939,⁸

ainda não foi respondida. Torna-se necessário, para tanto, um aprofundamento maior das pesquisas para serem atingidos estes objetivos.

8 NADALIN, Fecundidade das famílias..., p. 176.

GRÁFICO I
 COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE CURITIBA
 DISTRIBUIÇÃO LONGITUDINAL DAS FAMÍLIAS RECONSTITUIDAS
 INÍCIO DE OBSERVAÇÃO 1866-1939

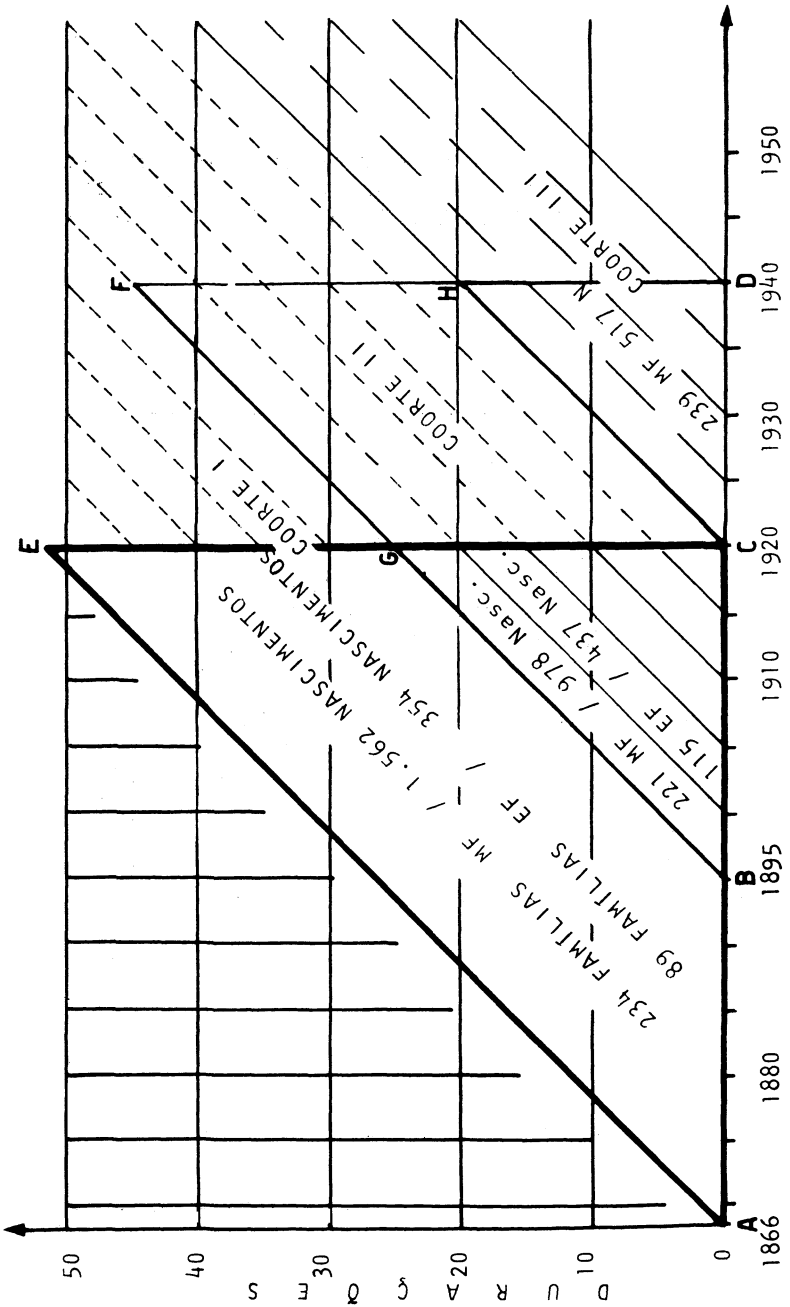
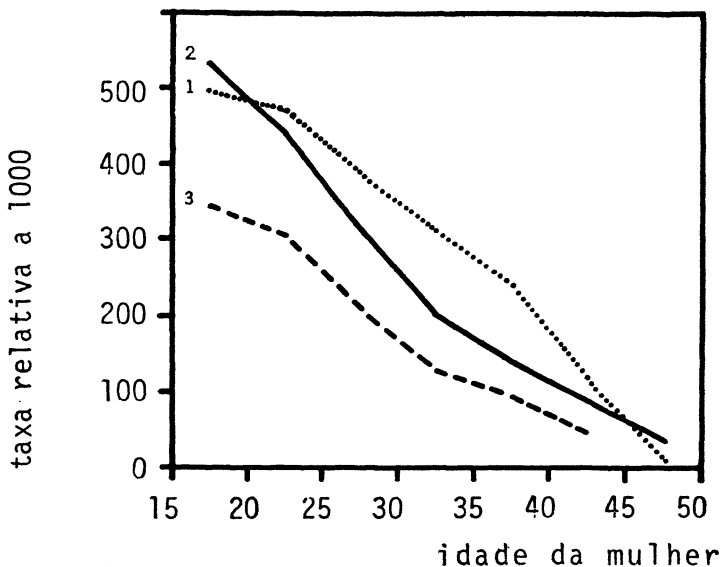


GRÁFICO II
COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE CURITIBA
TAXA DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA, CORRIGIDA, EM FUNÇÃO DA
IDADE DA MULHER E INDEPENDENTE DA IDADE NO CASAMENTO.

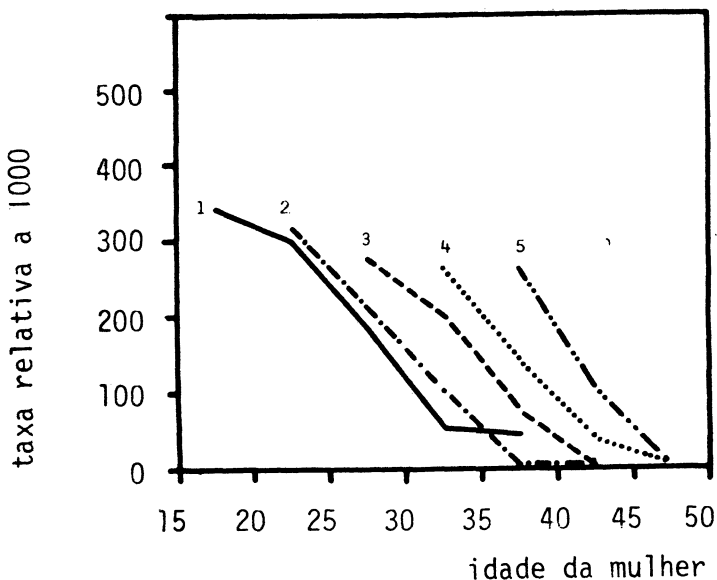


Curva n.º 1 — casamentos ocorridos entre 1866 e 1894;

Curva n.º 2 — casamentos ocorridos entre 1895 e 1919;

Curva n.º 3 — casamentos ocorridos entre 1920 e 1939

GRÁFICO III
COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE CURITIBA
TAXA DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA, CORRIGIDA, EM FUNÇÃO DA
IDADE DA MULHER NO CASAMENTO;
INÍCIO DA OBSERVAÇÃO: 1920-1939.



- Curva n.º 1 — mulheres casadas com 15-19 anos;**
Curva n.º 2 — mulheres casadas com 20-24 anos;
Curva n.º 3 — mulheres casadas com 25-29 anos;
Curva n.º 4 — mulheres casadas com 30-34 anos;
Curva n.º 5 — mulheres casadas com 35 anos e mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 NADALIN, Sergio Odilon. Fecundidade das famílias de confissão luterana em Curitiba: 1920-1939; pesquisa em andamento. **Revista Brasileira de História**, 1(2):175-84, set. 1981.
- 2 ————. Imigrantes alemães e descendentes em Curitiba. Caracterização de um grupo social. **História: Questões & Debates**, 2(2):23-35, jun. 1981.
- 3 ————. **Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la communauté évangélique luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969**. Paris 1978. 555 p. Thèse, Doctorat du 3e. cycle, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Dissertações de Mestrado em História do Brasil; 1974-1982

Título: Abranches: Paróquia de imigração polonesa — um estudo de história demográfica

Autor: Ruy Christovam Wachowicz

Orientador: Altiva Pilatti Balhana

Data da defesa: 23/08/74

N.º de páginas: 107

Título: Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887 estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos

Autor: Carlos Roberto Antunes dos Santos

Orientador: Cecília Maria Westphalen

Data da defesa: 21/09/74

N.º de páginas: 130

Título: A população votante de Curitiba: 1853-1881

Autor: Jayme Antonio Cardoso

Orientador: Altiva Pilatti Balhana

Data da defesa: 28/09/74

N.º de páginas: 221

Título: A população de Curitiba no século XVIII 1751-1800, segundo os registros paroquiais

Autor: Ana Maria de Oliveira Burmester

Orientador: Oksana Boruszenko

Data da defesa: 28/09/74

N.º de páginas: 107

Título: Conjuntura econômica da madeira no Norte do Paraná

Autor: Nadir Aparecida Cancian

Orientador: Cecília Maria Westphalen

Data da defesa: 10/10/74

N.º de páginas: 470

Título: A madeira em Santa Catarina

Autor: Rosemari Pozzi Eduardo

Orientador: Cecília Maria Westphalen

Data da defesa: 31/10/74

N.º de páginas: 171

Título: A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes 1765-1785

Autor: Maria Ighes Mancini de Boni

Orientador: Oksana Boruszenko

Data da defesa: 22/11/74

N.º de páginas: 146

Título: População escrava da Província do Paraná a partir das listas de classificação para emancipação 1873-1886

Autor: Márcia Elisa de Campos Graf

Orientador: Altiva Pilatti Balhana

Data da defesa: 04/12/74

N.º de páginas: 189

Título: A madeira na economia paranaense

Autor: Aida Mansani Lavallo

Orientador: Brasil Pinheiro Machado

Data da defesa: 05/12/74

N.º de páginas: 149

Título: A Fundação Tupy S.A. — Uma indústria pioneira em Santa Catarina

Autor: Helga Blaschke

Orientador: Cecília Maria Westphalen

Data da defesa: 20/12/74

N.º de páginas: 153

Título: A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes 1786-1799

Autor: Mariza Budant Schaaf

Orientador: Oksana Boruszenko

Data da defesa: 23/12/74

N.º de páginas: 165

Título: Aspectos demográficos de Curitiba 1801-1850

Autor: Elvira Mari Kubo

Orientador: Altiva Pilatti Balhana

Data da defesa: 03-01-75

N.º de páginas: 124

Título: A origem dos noivos nos registros de casamentos da comunidade Evangélica Luterana de Curitiba 1870-1969

Autor: Sergio Odilon Nadalin

Orientador: Altiva Pilatti Balhana

Data da defesa: 21/02/75

N.º de páginas: 341

Título: Norte Pioneiro do Paraná — Formação e crescimento através dos censos

Autor: Rene Mussalam

Orientador: Oksana Boruszenko

Data da defesa: 21/03/75

N.º de páginas: 162

Título: O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança na conjuntura da emancipação municipal de Rio do Sul

Autor: Beatriz Pellizzetti

Orientador: Brasil Pinheiro Machado

Data da defesa: 04/04/75

N.º de páginas: 184

Título: Estudo da erva-mate no Paraná 1939-1967

Autor: Marisa de Oliveira

Orientador: Brasil Pinheiro Machado

Data da defesa: 08/04/75

N.º de páginas: 133

Título: O preço de terras na Colônia Içara 1939-1968

Autor: Odah Regina Guimarães Costa

Orientador: Cecília Maria Westphalen

Data da defesa: 23/04/75

N.º de páginas: 178

Título: A população de Paranaguá no final do século XVIII

Autor: Jair Mequelusse

Orientador: Oksana Boruszenko

Data da defesa: 06/05/75

N.º de páginas: 109

Título: A Colônia Esperança — o japonês na frente pioneira Norte Paranaense

Autor: João Corrêa de Andrade

Orientador: Oksana Boruszenko

Data da defesa: 06/06/75

N.º de páginas: 146

Título: Política tributária do Paraná na Primeira República 1890-1930

Autor: Ernesto Cassol

Orientador: Brasil Pinheiro Machado

Data da defesa: 09/06/75

N.º de páginas: 101

Título: Indústria de Torrefação e moagem de café e consumo interno 1940/1970

Autor: Alcina Maria de Lara Cardoso

Orientador: Cecília Maria Westphalen

Data da defesa: 22/12/76

N.º de páginas: 185

Título: As estradas de Ferro de Santa Catarina 1910/1960

Autor: Lando Rogério Kroetz

Orientador: Cecília Maria Westphalen

Data da defesa: 02/06/76

N.º de páginas: 141

Título: Movimento Populacional da Lapa 1769-1818

Autor: Marília Souza do Valle

Orientador: Altiva Pilatti Balhana

Data da defesa: 22/06/76

N.º de páginas: 126

Título: A Guarda Nacional em Minas 1831-1873

Autor: Maria Auxiliadora Faria

Orientador: Oksana Boruszenko

Data da defesa: 17/02/77

N.º de páginas: 331

Título: A indústria de papel no Paraná 1890-1970

Autor: Maria Ivone Bergamini Vannucchi

Orientador: Brasil Pinheiro Machado

Data da defesa: 23/06/77

N.º de páginas: 257

Título: Estrutura Agrária — uma metodologia para seu estudo na História

Autor: Judite Maria Barboza Trindade

Orientador: Brasil Pinheiro Machado

Data da defesa: 02/09/77

N.º de páginas: 94

Título: Indústrias de beneficiamento de erva-mate no Estado do Paraná (1890-1977)

Autor: Lucrécia de Araujo Caron
Orientador: Brasil Pinheiro Machado
Data da defesa: 15/06/78
N.º de páginas: 226

Título: A população pré-histórica do Litoral Paranaense

Autor: Zulmara Clara Sauner Posse
Orientador: Altiva Pilatti Balhana
Data da defesa: 31/07/78
N.º de páginas: 179

Título: Aspectos demográficos de uma cidade paranaense no século XIX — Curitiba — 1851 a 1880

Autor: Beatriz Teixeira de Melo Miranda
Orientador: Oksana Boruszenko
Data da defesa: 1.º/09/78
N.º de páginas: 227

Título: Economia cafeeira e processo político: Transformações na população eleitoral da zona da mata mineira (1850-1889)

Autor: Evantina Pereira Vieira
Orientador: Altiva Pilatti Balhana
Data da defesa: 14/02/79
N.º de páginas: 180

Título: Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do norte novo do Paraná — de 1940 a 1970

Autor: Maria Adenir Peraro
Orientador: Altiva Pilatti Balhana
Data da defesa: 25/01/79
N.º de páginas: 189

Título: Trabalhador rural volante (“bóia-fria”) no Paraná. Características Históricas e Demográficas

Autor: Iolanda Casagrande
Orientador: Altiva Pilatti Balhana
Data da defesa: 02/04/79
N.º de páginas: 136

Título: Estudo demográfico da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana de Ponta Grossa — 1823-1879

Autor: Maria Aparecida Cezar Gonçalves
Orientador: Oksana Boruszenko
Data da defesa: 11/05/79
N.º de páginas: 238

Títulos: A formação de grupos de denominação

Autor: Rosita Cordeiro de Loyola
Orientador: Brasil Pinheiro Machado
Data da defesa: 01/01/80
N.º de páginas: 082

Título: A importância do porto do Rio Grande na economia do Rio Grande do Sul (1890-1930)

Autor: Hugo Alberto Pereira Neves
Orientador: Odah Regina Guimarães Costa
Data da Defesa: 23/01/80
N.º de páginas: 211

Título: O capitão do mato
Autor: Mário Baldo
Orientador: Cecília Maria Westphalen
Data de defesa: 31/03/80
N.º de páginas: 132

Título: Comunidade Judaica em Curitiba 1889-1970
Autor: Regina Rottemberg Gouvêa
Orientador: Altiva Pilatti Balhana
Data da defesa: 13/06/80
N.º de páginas: 184

Título: A Contabilidade Provincial: Análise Histórica dos Orçamentos da Província de Santa Catarina 1835-1889
Autor: Vera Lúcia Schappo
Orientador: Carlos Roberto Antunes dos Santos
Data da defesa: 26/06/80
N.º de páginas: 170

Título: A Madeira na Economia de Ponta Grossa e Guarapuava 1915-1974
Autor: Cirlei Francisca Carneiro Luz
Orientador: Cecília Maria Westphalen
Data da defesa: 30/06/80
N.º de páginas: 328

Título: São José dos Pinhais, 1776-1852; Uma Paróquia Paranaense em Estudo
Autor: Myriam Sbravati
Orientador: Oksana Boruszenko
Data da defesa: 15/08/80
N.º de páginas: 187

Título: Condições Sanitárias e as Epidemias de Variola na Província do Paraná (1853-1889)
Autor: Márcia Teresinha Andreatta Dalledone
Orientador: Jayme Antonio Cardoso
Data da defesa: 19/08/80
N.º de páginas: 334

Título: A População de Ponta Grossa a partir do Registro Civil, 1889-1920
Autor: Elisabete Alves Pinto
Orientador: Altiva Pilatti Balhana
Data da defesa: 25/08/80
N.º de páginas: 242

Título: Eles a Cooperativa — A Experiência do Noroeste Paranaense 1962-1979
Autor: Sílvia Maria Pereira de Araújo
Orientador: Brasil Pinheiro Machado
Data da defesa: 29/08/80
N.º de páginas: 298

Título: Idéias em confronto
Autor: Carlos Alberto de Freitas Balhana
Orientador: Brasil Pinheiro Machado
Data da Defesa: 04/09/80
N.º de páginas: 175

Título: A indústria de cimento no Paraná
Autor: Dirce Watanabe Dias
Orientador: Odah Regina Guimarães Costa
Data da defesa: 16/09/80
N.º de páginas: 118

Título: A posse e o uso da terra — Modernização agropecuária de Guapuva
Autor: Alcioly Therezinha Gruber de Abreu
Orientador: Brasil Pinheiro Machado
Data da defesa: 26/06/81
N.º de páginas: 364

Título: Estudo da dinâmica populacional de Ijuí (RS), 1890-1970
Autor: Jaeme Luiz Callai
Orientador: Altiva Pilatti Balhana
Data da defesa: 29/06/81
N.º de páginas: 97

Título: A agricultura no Paraná no século XX
Autor: Evandir Codato
Orientador: Cecília Maria Westphalen
Data da defesa: 25/09/81
N.º de páginas: 251

Título: O carvão em Santa Catarina 1918-1954
Autor: Eugenia Exterkoetter Heldemann
Orientador: Cecília Maria Westphalen
Data da defesa: 20/11/81
N.º de páginas: 117

Título: A população de Santa Maria da Boca do Monte — 1844-1882
Autor: Terezinha Maria Bellinazzo
Orientador: Jayme Antonio Cardoso
Data da defesa: 18/03/82
N.º de páginas: 296

Título: Eleitores e Eleitos — composição e comportamento Maringá, 1956-1964
Autor: Ivani Aparecida Rogatti Omura
Orientador: Márcia Elisa de Campos Graf
Data da defesa: 29/03/82
N.º de páginas: 209

Título: A dinâmica da integração alemã em São Lourenço do Sul a partir de registros paroquiais; 1861-1930
Autor: Neusa Regina Ramires Soares
Orientador: Sergio Odilon Nadalin
Data da defesa: 16/04/82
N.º de páginas: 195

Título: O ensino primário na Província do Paraná, 1853-1889
Autor: Maria Cecília Marins de Oliveira
Orientador: Cecília Maria Westphalen
Data da defesa: 19/04/82
N.º de páginas: 374

Título: O Homem Papel — análise histórica do trabalhador das indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A — 1942-1980

Autor: Anacélia Carneiro da Cunha

Orientador: Carlos Roberto Antunes dos Santos

Data da defesa: 30/04/82

N.º de páginas: 227

Título: Arrendantes e arrendatários no contexto da soja — região de Cascavel; Paraná — 1960-1980

Autor: Marionilde Dias Brephol

Orientador: Carlos Roberto Antunes dos Santos

Data da defesa: 1.º/07/82

N.º de páginas: 172

Título: Arquitetura no Paraná: contribuição metodológica à História da Arte

Autor: Key Imaguire Junior

Orientador: Cecília Maria Westphalen

Data da defesa: novembro de 1982

N.º de páginas: 135.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1982. 127 p.

O tema: as multidões. A exteriorização visível enquanto um acontecimento histórico das massas humanas nas ruas, nas fábricas: exteriorização, acontecimento que aparece como uma irrupção, ainda não estruturada no meio daquela multiplicidade de significados. Um impacto que se constitui em experiência singular para o homem do século XIX; onde, por uma intenção de conhecimento, de tornar legível o movimento, o fluir constante das grandes cidades, a “experiência do olhar” adquire uma importância significativa. O próprio homem do século XIX exige e faz uma representação imaginária de sua própria sociedade. Adquire aí importância particular o “olhar” dos homens que saíam às ruas como observadores e através de romances, relatórios, artigos de jornais, etc. ofereciam à sociedade o espetáculo de sua própria vida. E assim, explorando textos de literatos, investigadores sociais, médicos e administradores, o autor tenta buscar as “imagens” em que se afiguraria a sociedade do século XIX.

O texto apresenta como eixo principal o processo de dominação social, onde se evidenciam como momentos distintos, mas de forma alguma independentes, a “atividade do olhar” e a “atividade da norma”. Maior ênfase é dada à “atividade do olhar”, que ao percorrer do “olhar” desarmado ao armado (“armadura do olhar”) configura um momento deste processo de dominação social.*

A multidão aparece como principal personagem para o século XIX e é uma referência obrigatória nos textos da época. Existe um comprometimento em apresentar aos leitores a sociedade em que estão vivendo; e compor uma representação estética da sociedade, das cidades é uma exigência pró-

* Segundo o autor, está sendo preparado um outro texto onde a questão da “atividade da norma” será desenvolvida, já que neste aqui referido aparece apenas esboçado.

pria do século. E, enquanto personagem, enquanto presença a multidão é tida como um acontecimento inquietante, provocando reações de fascínio, indignação, medo: uma atividade de reconhecimento torna-se imprescindível e a “atividade do olhar” é permanente em cima da multidão.

Nos primeiros capítulos do texto é possível acompanhar esta “experiência do olhar” como um processo, como um “olhar” que se “arma”. Num primeiro momento, a partir de textos de literatos são oferecidas imagens, sensações, mas algo meio indistinto e de primeiro contato. Um olhar que ainda não tem por objetivo a repressão, mas visa questionar e diz respeito à possibilidade de viver em multidão. Ao ressaltar as imagens forjadas pelos analistas sociais ou contidas nos relatórios de técnicos especializados, administradores, o “olhar” mostra-se, então, mais instrumentalizado, armado, e tem aí um objetivo diferente: é o reconhecimento da multidão para reprimir. É a tentativa de identificar o “pobre”, o “vagabundo”, o “trabalhador” ou o “criminoso” na indistinção visual das massas humanas; seja por sua aparência de ameaça moral ou política. É a “atividade do olhar” com o intuito de normatizar, constituir estratégias de controle, de disciplinarização de uma sociedade em sua fase de instituição (a sociedade do trabalho do século XIX) e de elaboração de sua própria imagem. Aparece ao final do texto como um olhar de classe, de poder, completamente armado. Um processo que permitirá a estruturação imaginária da “multidão”.

Como um conceito teórico, o autor utiliza o “olhar” significando uma experiência concreta, sentida, vivida. Uma “vivência empírica” e que enquanto tal necessita de uma elaboração teórica; não existe enquanto um dado de fato, a não ser enquanto prática. Daí o privilegiamento de imagens, de representações, de discursos. E a narração histórica, amarrando um conjunto de imagens, discursos, representações pontuais, elaboradas a partir de experiências diferentes do “olhar”, tenta recompor a visão que as sociedades tinham de si mesmas, isto é, como é que se concebiam instituídas (auto-representação). Neste desfile de imagens os fatos aparecem como meras cristalizações (o Cartismo, a Comuna, etc). A imagem da multidão é o acontecimento, é a “presença”, e vai ter significados simbólicos diferentes na França e na Inglaterra. E como tal designará processos também diversos para a constituição da figura do trabalhador nos dois países e estratégias de identificação também diferenciadas; mas em ambos permanece a intenção de controle.

Na Inglaterra o espaço público do trabalhador é o mercado. “A imagem pública do trabalho relaciona-se especifica-

mente com o mercado, não vem colada à imagem do cidadão politicamente ativo” (p. 89 — Locke in Macpherson; A. Smith, “positividade do trabalho”, etc.). As “figuras” do trabalhador e do cidadão não se confundem. O discurso do liberalismo é que permite organizar a sociedade inglesa, que leva ao assalariamento, à disciplina etc. Enfim, o discurso político como intenção normativa de organização e controle da sociedade (e a legislação é o ponto de normatização exigido pela sociedade civil inglesa).

Na França este processo é atravessado pela Revolução Francesa, Terror, Rousseau, Robespierre, por ocasião do acolhimento da “pobreza” no campo da política. Estes acontecimentos levam a multidão para o centro da cena política, que passa a ser inteiramente ocupada pela questão social. E “há uma imagem que fica definitivamente marcada e orienta todo o pensamento francês no século XIX: a multidão revolucionária, o populacho trazido para as ruas de Paris, transformando a cidade num palco onde se encena o espetáculo de uma revolução permanente” (p. 116). O espaço público do trabalhador na França é, então, o campo da política. Segundo o autor, os textos analisados mostram a França a partir de uma imagem projetiva da Inglaterra. E, levando em conta as diferenças do nível de industrialização, ao fazer de marco a Inglaterra, as estratégias governamentais surgem antes de serem necessárias; o trabalhador aparece como uma ameaça social (enquanto que, na Inglaterra, ele tem uma qualidade moral — “Poor Laws”, “Workhouses” etc).

Na perspectiva do autor em questão, o “como era”, definidor de seu trabalho enquanto historiador, transforma-se em “como foi vivido”, “sentido”, “experimentado” o fenômeno das multidões nas ruas das cidades de Londres e Paris (significados e valores tais como foram vividos e sentidos ativamente). A experiência do “olhar”, do “esquadrinhar”, “classificar”, tendo em vista o controle, a disciplina, enquanto prática, vivência; enfim, como uma experiência social de uma sociedade em processo de instituição e de elaboração de sua própria imagem. A realidade se nos aparece ao longo da narrativa como uma elaboração mental, a partir do que foi vivenciado, praticado; e enquanto elaboração mental (imagens, representações, discursos) é que é possível ser decifrada. A realidade como um dado de fato não existe; existe uma “vivência empírica”; o que se nomeia realidade é elaboração.

Maria Lúcia Lamounier

CHESNEAUX, Jean. Du passé faisons table rase?
Paris, Maspero, 1976. 191 p.

Jean Chesneau é, por autodefinição, um profissional da história **(des)confortavelmente** instalado em sua cadeira e em sua situação. De um lado o Diretor de Cursos da Escola de Altos Estudos, o especialista em História da China com mais de dezena de títulos publicados, o membro do PCF (durante 21 anos!), o intelectual objetivo, **científico e imparcial**. De outro lado o contacto com a revolução cultural chinesa, o maio/68 francês, os movimentos de libertação do Terceiro Mundo, Vietnã, África, **a ação política**. O intelectual desdobrado e nauseado acaba por tomar partido, e de uma forma que muitos tiveram vontade mas faltou coragem. **Du passé faisons table rase?** é isso. Em forma de ensaio, um manifesto cáustico, um balde de vômito sobre as Instituições Universitárias e de Pesquisas, sobre o Partido e o burocratismo. Saltam respingadelas para os “colegas” de diversas vertentes: os stalinistas, os althusserianos, os brodelianos, estruturalistas, etc., até para os “marxistas desencantados que se refugiam na metafísica da revolta”. Apenas escapam alguns franco-atiradores e militantes. O capítulo 7, **Pequena Sociologia do Saber Histórico**, mereceria ser transcrito integralmente, tão bem ele descreve o dia-a-dia dos historiadores. O grupo coeso, acima de aparentes querelas, formando a grande corporação dos “profissionais” da história ou sua máfia. A hierarquização dentro e fora das universidades. Um professor de universidade periférica tipo B só conta se inserido no jogo complexo das universidades de centro. A produção em série de teses, dissertações e livros vazios, apenas para objetivos carreirísticos. Verdadeiros ritos de passagem. E quem julga esses “trabalhos” são os mandarins auto-escolhidos a quem cabe por **direito** selecionar os novos membros da corporação. A “endogamia profissional”. O nepotismo das vantagens oferecidas à parentela destes mandarins. E a chamada esquerda participando de tudo isso, aderindo a esse discurso, intelectualista, produtivista e tecnicista. E com ele às “delícias da carreira universitária burguesa”. Todos, em nome do poder dominante, depositários dos arquivos e fontes a que só os “iniciados” podem ter acesso. Fabricantes de passado. No fim do mês a soma “rondelette” (redondinha) dos salários e bolsas. **A história é algo muito sério para ficar na mão dos historiadores**. Sua preocupação básica é se neste quadro pode-se fazer história que não a serviço da ordem estabelecida. Qual a saída? Segundo ele uma saída política pelo **engajamento**.

A divisão técnica do trabalho e o recurso ao *savoir-faire* especializado do historiador poderão ser muito preciosos com a condição de que esta divisão seja decidida coletivamente por todos aqueles a quem diz respeito, em lugar de ser reivindicada como um direito pelos tão somente historiadores.

Trata-se de saber qual história para a Revolução. Mas qual revolução? A dos oprimidos em geral, dos proletários, dos negros, das mulheres, dos colonizados. Opção feita pelo conhecimento engajado do presente. A história como relação ativa com o passado, posta de ponta cabeça. Não apenas a concepção mais ou menos corrente do historiador andando na contra-corrente do tempo, já que é o homem que explica o macaco e não vice-versa. Antes a concepção da revolução chinesa que vê o **historiador como mestre do passado a serviço do presente**. O historiador tem de se colocar como observador interior ao campo histórico. Centro de uma espiral que dele se afasta à medida do distanciamento do tempo, estabelecendo uma relação direta com cada ponto do passado, seletivamente às **preocupações do seu tempo**.

A relação do nosso tempo com cada época do passado é mais importante que a relação de cada época com o resto do passado.

Os marxistas não podem esquecer que a história particular de cada povo é feita de uma série de mecanismos concretos. O materialismo dialético deve ser tomado como quadro geral a partir do qual se desenvolvem as análises concretas dos mecanismos particulares. Não confundir essa postura com a teoria stalinista dos cinco estágios (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo). A teoria marxista é fundada na história, mas não é uma "teoria de história". Sua função não é, jamais, apresentar uma explicação geral e mecânica do desenvolvimento histórico das sociedades humanas.

Pode-se contestar Chesnaux de muitas maneiras, mas não negar-lhe o mérito da coragem. Capacidade de se expor, de ser explícito, que tanta falta tem feito em nosso meio onde impera o subentendido, a incompetência camuflada nas alianças pseudo-políticas de diversas extrações, o oportunismo carreirista mais deslavado.

Magnus Pereira

COSTA, Odah Regina Guimarães. **A reforma agrária no Paraná**. Curitiba, 1977, 318 p. Tese, Professor Titular, Universidade Federal do Paraná.

A obra de Odah Regina Guimarães Costa integra o conjunto de pesquisas realizadas pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, onde se procura dar ênfase à História Regional.

Este é um trabalho que analisa aspectos significativos da história fundiária do Paraná, possuindo um duplo caráter; por um lado, dá ênfase aos instrumentais de análise da História Regional, atendendo às reivindicações de Brasil Pinheiro Machado, que insiste na necessidade de se detectarem as especificidades econômicas e sociais do Paraná, responsáveis pela sua individualidade histórica. Por outro lado, procura articular a História do Paraná à estrutura na qual este Estado se integra, atendendo neste momento a uma problemática de ordem teórica: o processo de conversão da terra em mercadoria. Constata-se que tal processo se realiza por intermédio do Estado, que se propõe a consolidar, nos quadros do sistema capitalista emergente, uma política econômica voltada à agricultura, constituindo-se o Paraná em um fornecedor para o mercado interno e externo.

Seu objetivo específico é portanto a história fundiária nos quadros de uma economia baseada essencialmente na Agricultura. Importou investigar a interioridade deste processo, pelo qual os mecanismos de poder nas mãos do Estado assumem um caráter de árbitro entre as classes dominantes e as classes trabalhadoras.

Guimarães Costa afirma que o sistema de obtenção de terra passa por diversas transformações de ordem política, administrativa, jurídica e econômica e social. E estes são elementos que merecem, por parte da autora, um estudo extremamente cuidadoso, possibilitando a seus leitores um conhecimento profundo das conjunturas que determinaram em maior ou menor medida o advento da Lei de terras no Brasil e as políticas agrárias daí adjacentes. Neste sentido, a tese de Odah Regina Guimarães Costa representa um trabalho de caráter inédito no Brasil.

A autora inicia tal análise, observando que no período colonial o acesso à terra era conseguido através da concessão, indicando um critério de **status** social.

A partir do século XIX a diversificação nas atividades econômicas do Paraná provoca uma série de tensões entre os agentes da produção e as populações estabelecidas nas regiões até então não "ocupadas" economicamente. Com a Lei

de Terras de 1850, a terra se converte em mercadoria lucrativa, negócio altamente rentável para as companhias particulares de colonização. A pequena propriedade emerge daí, sem contudo constituir-se qualquer ameaça ao Latifúndio. Pelo contrário, foram as correntes migratórias que viabilizaram a grande propriedade no sul do Brasil em um momento em que se impôs a mão-de-obra livre.

A lei de terras atua, contudo, segundo a autora, como **“um elemento propulsor no sentido de influenciar uma reforma agrária”**, ainda que corretiva, e não normativa — já que regulamenta a ocupação efetiva da terra, procurando ainda dar conta de estabelecer novos núcleos coloniais estrangeiros. Faz-se referência também a 1930 como um momento decisivo à formação da estrutura fundiária do Paraná, onde o processo de colonização agrícola procurou dar ênfase à pequena propriedade. Guimarães Costa aponta para o período de 1940 a 1970 como momento decisivo à valorização do preço da terra (posto que a política agrícola estabelecida volta-se à exportação). Esta valorização será a responsável pelo redirecionamento da estrutura fundiária no Paraná, onde as políticas que visavam ao fomento da pequena propriedade são frustradas em função da alta de preços e da política econômica de exportação.

Segundo Maria Yedda Linhares, o **Liberalismo como prática política e econômica não chegou a ser uma realidade no Brasil**, principalmente no que tange ao setor primário. O Estado se responsabiliza pela valorização do capital na Agricultura, recorrendo, entre outros expedientes, aos deslocamentos demográficos para a reprodução da força de trabalho. Esta é destinada a fornecer mão-de-obra para a agricultura voltada à exportação, e destinada também a fornecer produtos básicos para o abastecimento urbano, através da pequena produção.

Assim, as conclusões da autora apontam para uma indagação pertinente não apenas ao processo histórico paranaense, mas a todas as políticas de colonização agrícola no Brasil: estiveram estas a serviço da pequena propriedade, favorecendo implicitamente uma reforma agrária, ou constituíram estas políticas uma base onde se consolidou a grande propriedade como elemento propulsor fundamental de desenvolvimento do sistema capitalista na agricultura? A atual estrutura fundiária do Paraná, suas formas de administração e exploração e a prática intervencionista (cada vez mais pronunciada) respondem, creio, de maneira segura, a esta questão.

Marionilde Dias Brepohl

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; ensayo de epistemología. Trad. Mariano Muñoz Alonso. Madrid, Fragua, 1972. 367 p.¹

Ao propor uma história escrita “por pura curiosidade”, recusando simultaneamente uma filosofia da história e uma história com pretensão científica, não se pode negar em Veyne o caráter normatizante de seu “ensaio de epistemologia”. Atitude perigosa e até mesmo condenável para um epistemólogo da história, esta normatização em Veyne adquire uma conotação positiva, na medida em que é enquanto historiador, a partir das discussões dos trabalhos históricos e dos próprios historiadores, que ele se permite a ênfase e a preferência por uma maneira de trabalho histórico.

Deter-me-ei, nestas notas de leitura, na sua noção de “intriga histórica”, por considerá-la básica para o entendimento das reflexões do autor sobre o que faz de fato um historiador, como e por quê o faz. Esta proposta nos remete fundamentalmente às partes I e II do texto (“O objeto da história”, “A compreensão”).²

Se tudo o que acontece é igualmente digno de história, não se converteria esta num caos? Por que um fato seria mais importante do que outro? Não se reduz tudo a um emaranhado de acontecimentos singulares? A vida de um camponês do Neversado valeria o mesmo que a de Luís XIV? Valeria o mesmo que uma guerra mundial este ruído de clarins que sobe neste momento pela avenida? O que distingue um acontecimento histórico de outro que não o é? Podemos livrar-nos desta pergunta historicista?

Segundo o autor, a resposta a estas questões seria dupla: do ponto de vista da historiografia e do ponto de vista dos fatos. A historiografia não se interessaria pela singularidade dos acontecimentos individuais, mas por seu caráter “específico”.³ E os fatos não existem como grãos de areia, isolados; o historiador os encontra completamente organizados em conjuntos, nos quais desempenham o papel de causas, fins, circunstâncias, casualidades, pretextos etc. Eles têm uma orga-

1 Quando estas notas foram escritas, não havia ainda tradução brasileira do livro. Agora foi lançada a edição *Como se escreve a história*. Foucault revolucionou a história. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983. Do mesmo autor, assíduo colaborador da *Annales*, encontram-se traduzidos: “A história conceitual”, in LE GOFF, J. & NORA, org., *História: Novos Problemas*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976; e “Entre o mito e a história... ou as fraquezas da razão grega”, *Diógenes*, 1, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.

2 O livro se compõe de doze capítulos agrupados em três partes, sendo que a terceira se intitula “O progresso da história”.

3 “A história se interessa por acontecimentos individualizados, dos quais nenhum está repetido, porém não é sua individualidade mesma o que interessa; o que busca é compreendê-los, quer dizer, encontrar neles uma forma de generalidade, ou mais precisamente, de especificidade” (p. 72). Retornaremos a esta questão mais adiante.

nização natural que o historiador encontra completamente feita, uma vez que tenha escolhido o tema, e ela é **imutável**. O esforço do trabalho histórico consiste precisamente em voltar a encontrar essa organização. Dentro do tema escolhido, essa organização dos fatos lhes confere uma **importância relativa**. Portanto: os fatos não existem isoladamente, mas têm ligações objetivas; a escolha de um tema histórico é livre, porém dentro do tema escolhido os fatos e suas ligações são o que são, e ninguém poderá mudar nada nisso. A verdade histórica não é relativa, nem tampouco um indizível muito além de todos os pontos de vista, como um “geometral”. Os limites da objetividade das explicações históricas se relacionam em parte com o fato de que cada historiador leve mais ou menos longe sua explicação.

Creio estar mais ou menos traçado o caminho para a noção de “intriga”. Os fatos não existem isoladamente: o tecido da história é o que se chamará uma “intriga”, uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas finais, materiais e acasos. A intriga é um pedaço de vida real que o historiador corta a seu gosto, e em que os fatos têm suas **ligações objetivas** e sua **importância relativa** (p. 48).

Veyne confere, então, à “intriga” uma dupla lógica. Primeiro, os fatos têm suas ligações objetivas que se dão no mundo “sublunar”:⁴ neste sentido, ela pode ser um corte transversal de diferentes ritmos temporais, uma análise espectral, e sempre será intriga porque será humana, sublunar, porque não será um pedaço de determinismo (p. 49). Segundo, devido à importância relativa: o mesmo fato não é interessante nem “não-interessante”; depende da intriga escolhida (que fatos merecem suscitar a atenção do historiador?)⁵

É difícil adicionar as intrigas e totalizá-las. Em história, é impossível descrever tudo, porque não existe um fato histórico elementar, um átomo fatural. Um acontecimento, qualquer que seja ele, implica um **contexto**, posto que tem um sentido; remete a uma intriga da qual é um pedaço (episódio; e tem mais ou menos importância aí dentro), ou a um número indefinido de intrigas.

É impossível descrever uma totalidade, e toda descrição é seletiva. O objeto de estudo não é nunca a totalidade dos fenômenos observáveis em um tempo e um lugar determina-

4 Segundo Veyne, “para Aristóteles o a escolástica, o mundo tem duas regiões muito distintas: nossa terra e o céu. A região celeste é a do determinismo, a da lei, a da ciência; os astros não nascem, não mudam e nem morrem, e seu movimento tem a periodicidade e a perfeição de um mecanismo de relojoaria. No nosso mundo, em troca, situado debaixo da lua, reina o devir, e tudo nele é acontecimento. O homem é livre, o acaso existe, os acontecimentos têm causas cujo efeito segue sendo duvidoso, o futuro é incerto e o devir é contingente (reino da probabilidade)” (p. 44).

5 Esta questão remete à noção do autor sobre acontecimento, retomada mais tarde.

dos, mas alguns de seus aspectos que nós escolhemos. Não existe, então, uma categoria particular de acontecimentos que seria a **História** e que se imporá à nossa escolha. "Portanto, é literalmente verdade afirmar, com Marrou, que toda historiografia é subjetiva: a escolha de um tema em história é livre e todos os temas valem o mesmo teoricamente. Não existe História e tampouco 'sentido da história'; o curso dos acontecimentos não avança por um caminho traçado completamente. O itinerário que o historiador elege para descobrir o campo fatural pode ser eleito livremente e todos os itinerários são igualmente legítimos (ainda que não sejam igualmente interessantes). A parte disto, a configuração do terreno fatural é o que é em si mesma, e todos os historiadores que tiverem tomado o mesmo caminho verão o terreno da mesma maneira e discutirão objetivamente sobre seu desacordo" (p. 53).

Os historiadores narram intrigas, que são como outros tantos itinerários que eles traçam a seu gosto, através do campo muito objetivo fatural (eles não descrevem a totalidade do campo, escolhem um itinerário). O campo fatural não tem paragens que podem ser visitadas e que se chamariam acontecimentos. Estes, por sua vez, não são coisas, objetos consistentes, substâncias; são um recorte que fazemos livremente na realidade, um agregado de processos nos quais se comportam ativa e passivamente substâncias em interação, homens e coisas (p. 54). Não têm articulações verdadeiras, uma unidade natural. Constituem apenas um entrecruzamento de séries possíveis (itinerários) de fatos. Veyne cita como exemplos os vários itinerários possíveis no acontecimento chamado Guerra de 1914: operações militares e a atividade diplomática; as necessidades militares acarretando a intervenção do Estado na vida econômica, os problemas políticos e constitucionais, a modificação nos costumes etc. O mesmo fato que é uma causa profunda em um itinerário determinado será um incidente ou pormenor em outro.⁶ O acontecimento chamado Guerra de 1914 conterà pois toda a extensão que se quiser dar livremente ao conceito de guerra (p. 54).

Entretanto, esse acontecimento não pode ser chamado de um geometral que integraria todos os pontos de vista. Ainda que as intrigas se misturem, elas não têm nada de convergen-

⁶ É preciso sentir com respeito ao fato mil outras estruturas possíveis e que se esteja disposto a mudar flexivelmente de nível descritivo, se a oportunidade o exigir; oportunidade significando *coerência interna*. Todos os caminhos são bons; o essencial, uma vez que se tenha escolhido um, é manter-se nele. O acontecimento guerra de 1914 pode ser descrito ou constituído de mil maneiras. põe-se fazer uma crônica dos acontecimentos diplomáticos e militares, ou uma análise das condições políticas, sociais e mentais, econômicas e estratégicas que implicam estes acontecimentos, etc. Mas "um livro sobre a guerra de 1914, e só sobre ela, deve ser narrativo e relatar Verdun; dentro de uma história geral, a guerra de 1914 deve ser apresentada em seus traços gerais, 'sociológicos.'" (p. 64).

te, exceto na medida em que tudo afeta a tudo. Os acontecimentos não são totalidades, mas laços de ligações; as únicas totalidades são algumas palavras como guerra, dom, às quais se dá livremente uma extensão ampla ou reduzida. Enfim, poder-se-ia falar em apenas um único geometral autêntico em história: a História, a história total, a totalidade de tudo que acontece; entretanto, este é um privilégio só para Deus, que veria a pirâmide sob todos os pontos de vista.

Veyne considera importante ressaltar esta discussão na medida em que ela gerou três ilusões: a da profundidade da história, a da história geral e a da renovação do objeto. O mundo sublunar não tem profundidade em nenhuma parte, e dele pode-se esperar apenas extensão. O que não condiz com a idéia de que “todos os pontos de vista valem o mesmo e a verdade sempre nos escapará por ser sempre mais profunda”. É possível conseguir verdades, entretanto verdades parciais.⁷ Quanto à diferença entre “histórias de...” e a “história geral”, é puramente convencional na medida em que nenhum geometral lhes confere unidade. A história geral coincide com o trabalho do enciclopedista quando é bem feito, isto é, limita-se a reunir histórias específicas e a dedicar determinado número de páginas a cada uma, de acordo com concepções teóricas pessoais ou ao gosto do público (pode existir uma útil colaboração, e é desejável, entre o generalista e o especialista; entretanto, estes não realizarão uma síntese inconcebível, por mais penetrantes que sejam seus pontos de vista). Quanto à terceira ilusão, o objeto não se renova, apenas está sendo narrado por uma outra intriga. Por exemplo, a paixão de Cristo não teria mudado de significado com o tempo, nós é que mudamos de intriga quando passamos da história judia à história do cristianismo (p. 61).

Posto que tudo é histórico, a história será o que escolhermos; entretanto, subjetividade não quer dizer arbitrariedade (Marrou). Por exemplo, suponhamos que estamos contemplando de nossa janela uma multidão que se manifesta na praça da República: 1) este será um espetáculo humano, e não um comportamento divisível até o infinito; a história não é cientificista e sim sublunar; 2) não haverá fatos elementares, porque cada fato tem um sentido dentro de sua intriga e remete a um número indefinido de intrigas; 3) não se pode decretar que unicamente a intriga “manifestação política” seja digna de história; 4) nenhum geometral poderá integrar todas as intrigas que se podem escolher no campo dos acontecimentos. Em tudo isto, a história é subjetiva; mas o que os

⁷ Daí uma das diferenças entre história e ciência: esta última alcança também verdades, porém verdades temporárias. Esta questão será retomada posteriormente.

homens fazem na rua é perfeitamente objetivo. Entretanto, este subjetivismo não significa idealismo, mas nominalismo (Marrou); portanto, nada mais razoável que uma concepção nominalista da história.

Apesar dos problemas da descrição histórica, da narração, das dificuldades de uma síntese coerente, o nominalismo histórico apontaria para três úteis conseqüências. Primeiro, toda história é de alguma maneira uma história comparada, pois os traços considerados como pertinentes, em relação aos quais descrevemos um fato individual, são universais. Segundo, todo “fato” está rodeado de uma margem não-fatual implícita, e é esta margem que o faz constituir-se de forma distinta da tradicional. Por último, posto que o “fato” é o que o fazemos ser, se tivermos a flexibilidade exigida, a disciplina que se compararia à história seria a crítica literária (p. 66).

Por que nós nos interessamos pela história e por que a escrevemos? Que espécie de interesse pretende satisfazer por natureza o gênero histórico? Qual é a sua finalidade? O que interessa ao historiador? A história é feita por “pura curiosidade pelo específico”. E aqui Veyne converte a história “com relação a valores”⁸ em história por natural dos homens, obra de pura curiosidade. Se o passado não é para nós um emaranhado no qual nenhum fato seria mais importante que outro, não é porque nossa civilização faz uma escolha valorizante; é porque os fatos só existem em e por intrigas, nas quais adquirem a importância relativa que lhes impõe a lógica humana do drama. Para um historiador, o interessante não é o que interessa à sua civilização, mas o que é historicamente interessante, no sentido de apresentar mais questões e problemas para um dado recorte. O historiador se interessa por acontecimentos individualizados, dos quais nenhum está repetido; porém, não é esta mesma individualidade o que interessa. Ao buscar compreendê-los, tenta encontrar neles uma forma de generalidade, ou mais precisamente, de especificidade: passa-se da singularidade individual à especificidade, quer dizer, ao indivíduo como inteligível, e por isso especí-

8 Segundo Veyne, retomando Weber, esta expressão quer dizer simplesmente que o que distinguiria os demais acontecimentos daqueles que julgamos dignos de história seria o valor que lhes atribuímos (uma guerra entre nações européias seria história, enquanto que uma disputa entre os “pele-vermelhas” não o seria). Nós nos interessaríamos por alguns povos somente, ou por algumas categorias de acontecimentos ou certos problemas; e não por tudo o que aconteceu. Entretanto esta valorização não teria nada a ver com os valores constituídos de uma época dada, o que bastaria para eliminar a idéia generalizada de que nossa visão do passado seria a projeção do presente, a tradução de nossos valores e de nossas interrogações. “A valorização traça a fronteira da história, porém não organiza o interior em um teatro por psicodramas; dentro de suas fronteiras, a história é o próprio valor de si mesma” (p. 73).

fico. A história é descrição do que é específico,⁹ quer dizer, compreensível nos acontecimentos humanos.

A história nunca ultrapassa o nível da explicação simples; fundamentalmente é um relato, e o que se chama explicação não é mais do que a maneira de como o relato se organiza em uma trama compreensível. Explicar, para o historiador, quer dizer “mostrar o desenvolvimento da trama, torná-la compreensível”. Tal é a explicação histórica: completamente sublunar e não científica em absoluto. Veyne lhe reservará o nome de compreensão.¹⁰ O historiador se interessa pelos acontecimentos pela única razão de que aconteceram (se deram), e não são para ele uma ocasião para descobrir leis; alega-as quando necessário. O que ele intenta descobrir são acontecimentos desconhecidos ou a fisionomia desconhecida dos acontecimentos. As outras ciências humanas penetram no relato como verdades alegadas, e sua intrusão não pode ir muito longe, na medida em que a narração dá poucas ocasiões de aprofundar as coisas. A explicação histórica mal se distingue do tipo de explicação que se faz na vida de todos os dias ou de qualquer romance em que se conta essa vida.

A história não explica, no sentido de que não pode deduzir ou prever (o que só pode ser feito por um sistema hipotético-dedutivo); suas explicações não consistem em remeter-se a um princípio que fizesse o acontecimento inteligível, mas são o sentido que o historiador dá ao relato. Explicar a Revolução Francesa não significa apresentar uma teoria da revolução em geral, da qual deduzir-se-ia 1789, nem tornar mais claro o conceito de revolução; mas sim relatar os antecedentes responsáveis pela Revolução, os acontecimentos depois dos quais se deu o acontecimento de 1789. A palavra “causa” designa esses mesmos acontecimentos: são os diversos episódios da trama. As “causas” de um fato são os aspectos deste fato. “‘Buscar as causas’ é relatar o fato de uma maneira mais penetrante, é descobrir os aspectos não-fatuais, é passar da ‘história em quadrinhos’ para o romance psicológico” (p. 124). “A história é narração; não é determinação nem tampouco explicação. A oposição dos ‘fatos’ e das ‘cau-

9 A noção do “específico” em Veyne se refere ao que é novo e irreversível, à indissolúvel mediação entre o particular e o universal, remete à noção de “tipo ideal”. Corresponde sempre a um período histórico, mas não se esgota na individualidade, a qual é referida sempre a um mais geral. Não à generalidade de uma natureza humana ou de uma história universal, mas a um geral do tipo espécie: por exemplo, espécie “Capitalismo”; a individualidade de um capitalismo traçada a partir de um tipo ideal, como um modelo específico mais geral, com o qual os fenômenos individuais podem ser confrontados e avaliados em sua maior ou menor aproximação com ele (capitalismo holandês em relação ao capitalismo inglês ou francês numa determinada época, com um modelo mais geral que seria o Capitalismo).

10 “Tudo o que se narra é compreensível, posto que se pode narrar. Portanto, podemos reservar comodamente ao mundo do vivido, das causas e dos fins, a palavra compreensão...” (p. 120).

sas' (Taine, Langlois e Seignobos) é uma ilusão suscitada pelo desconhecimento do nominalismo histórico. (...) Quando se escreve 'quais são as causas da revolução?', temos a impressão de que o fato está aí e que o que se deve fazer é encontrar suas causas; imaginamos então que a história se faz de uma forma explicativa e não compreensível de imediato. A ilusão desaparece no momento em que substituímos a palavra revolução pelo que ela encobre, quer dizer, por um agregado de pequenos fatos. Como escreve mais ou menos Raymond Aron, em *Dimensions de la Conscience Historique*, 'as' causas tomadas em conjunto não têm como resultado 'a' revolução; existem somente causas de detalhe e cada uma das quais explica um dos inumeráveis fatos de detalhe, reunidos sob o nome de revolução. Do mesmo modo, quando Max Weber relaciona o puritanismo com os primórdios do capitalismo, não pretende descobrir 'as' ou 'a' causa do 'capitalismo'; simplesmente põe em destaque um aspecto do capitalismo desconhecido anteriormente, indicando ao mesmo tempo a causa, a saber, uma atitude religiosa. Este aspecto não é uma perspectiva sobre o geometral que seria o capitalismo, porque este geometral não existe; o aspecto em questão é somente um fato histórico novo, que se integrará com toda a naturalidade no agregado que chamamos capitalismo" (p. 125).¹¹

No mundo sublunar, a ação humana se efetiva sob três espécies de fatores: o acaso, "matéria" e a liberdade. O menor fato histórico implica nesses três elementos, sempre que seja humano. O primeiro, o acaso, é também chamado de causas superficiais, incidente, gênio ou circunstância; o segundo, as causas materiais, condições ou dados objetivos; e o último, a liberdade, a deliberação, será chamado de causas finais. Enquanto houver homens, não haverá fins sem meios materiais, os meios serão apenas meios com relação a fins, e o acaso só existirá para a ação humana. Sempre que um historiador detenha sua explicação nos fins ou nas condições objetivas ou no acaso, sua explicação deverá ser considerada incompleta; apesar de que, enquanto houver historiadores, suas explicações serão incompletas, porque jamais poderão ser uma regressão ao infinito. "Portanto, os historiadores pronunciarão sempre as palavras causa superficial, condições objetivas ou mentalidades, ou outros sinônimos, segundo a moda do seu século. Porque, detenham a explicação das causas ou se encontrem no momento em que renunciam a pene-

11 A revolução é um agregado nominal e não um "fato". Veyne expõe na Parte II, principalmente no cap. 7, "Teorias, tipos, conceitos", de forma pormenorizada, sua concepção nominalista. A partir daí, já é possível estabelecer uma conexão com a sua noção de progresso da história, que não consistiria em passar da narração à explicação (toda narração é explicação), mas que a narração se adentre cada vez mais no não-fatual (Parte III, em esp. cap. 10, "Ampliação das questões").

trar mais no não-fatual, deter-se-ão necessariamente em um dos três aspectos de toda ação humana. Segundo as épocas, existe para eles uma oportunidade heurística de insistir em um ou outro aspecto. Na atualidade, o estudo das mentalidades parece que é o mais oportuno, pois o pré-juízo do homem eterno não está morto e as explicações materialistas nos são familiares. O importante é, além do plano heurístico, não crer que os três aspectos da ação sejam três pisos ou essências separadas” (p. 129).

O autor expõe, então, a origem de três concepções da história que corresponderiam aos aspectos já referidos: causas materiais, a teoria materialista da história (o marxismo); causas finais, a história das mentalidades; e a distinção entre causas superficiais e causas profundas. Veyne não pretende refutá-las, “mas mostrar seu caráter relativo com relação à ação humana, que é um todo, e seu caráter provisório com relação à explicação histórica, que é um remeter-se ao infinito” (p. 130). Deter-me-ei aqui um pouco mais apenas na relação acaso e causas profundas.¹²

A distinção que se faz entre causas que seriam superficiais (acidentais) e outras que seriam profundas pode ser tomada em três sentidos, pelo menos: pode se chamar profunda quando é difícil de descobrir (ordem do conhecimento, explanação); ou quando uma causa resume em uma palavra toda uma trama (é profundo o que é global); e são chamadas superficiais as causas mais eficazes, “aquelas em que a desproporção entre seu efeito e seu custo é maior”. Este último sentido implica toda uma análise de uma estrutura de ação determinada, e cuja significação é estratégica. Então, a idéia da história como estratégia, estrutura de ação determinada (engenhosidade). “Se o mais improvável dos acasos basta para romper uma couraça, é porque esta oferecia pontos débeis.” As causas profundas (permanência, mentalidades) decidem sobre o que acontece, se isto acontece (delimita o campo dos possíveis); as causas acidentais decidem se isto acontece ou não (estratégia, circunstância, gênio). “Por ter a história causas superficiais, quer dizer, eficazes, é estratégica, é uma sucessão de batalhas que contam com outros tantos dispositivos diferentes, e que são outras tantas conjunturas singulares” (p. 136).

Compreender a história não consiste em descobrir grandes correntes submarinas por debaixo da agitação superficial; a história não tem profundidades; não existem desenlaces que seriam normais, que dariam à história o aspecto de uma tra-

¹² Para as outras duas concepções, ver p. 130-4.

ma bem arranjada, na qual o que devia acontecer acabou acontecendo. A história está cheia de possibilidades abortadas, de acontecimentos que não aconteceram (mil histórias possíveis). A história não tem método; este é inato: para compreender o passado, basta olhá-lo com os mesmos olhos com que compreendemos o mundo que nos rodeia ou a vida de um povo estrangeiro. A explicação histórica não pode recorrer a nenhum princípio, a nenhuma estrutura permanente (cada trama tem o seu dispositivo causal singular). O ofício do historiador é compreender sublunariamente.

A história se expressa por meio de conceitos; é descrição do individual através dos universais; conceitos históricos, agregados, classificadores. Os conceitos históricos pertencem exclusivamente ao senso comum (cidade, revolução etc.). São representações compostas que produzem a ilusão do entendimento, porém na realidade são apenas espécies de imagens genéricas. Conceito é a palavra que resume, que, com as poucas características que se unem a ela, constitui uma designação da coisa (explicação da palavra). Os conceitos sublunares são perpetuamente falsos, porque são imprecisos, e são imprecisos porque seu objeto se move sem cessar. O conhecimento histórico é conhecimento do concreto, que é devir e interação, porém tem necessidade de conceitos. Daí as dificuldades do historiador. A história é descritiva, não tem necessidade de princípios explicativos, mas de palavras para dizer como eram as coisas. Conceitos e categorias devem ser remodelados sempre, não devem ter nenhuma forma pré-fixada, devem ajustar-se à realidade de seu objeto em cada civilização.

Enfim, para Veyne, a história não é uma ciência, e sua maneira de explicar é a de "fazer compreender", a de relatar como sucederam as coisas; o resultado não é algo diferente do que faz um diário habitual: e isto é a síntese. A síntese histórica não é outra coisa senão esta operação de recheio; Veyne a chamará de retrodição, tomando a palavra dessa teoria do conhecimento incompleto que é a teoria das probabilidades. E os problemas da retrodição são de probabilidades das causas, ou melhor, da probabilidade das hipóteses. Existindo um acontecimento, qual a explicação certa? O rei bebe porque tem sede ou porque a etiqueta exigiu que bebesse? Os problemas históricos, quando não são problemas de crítica, são problemas de retrodição. A raiz dos problemas do conhecimento histórico se situa no plano dos documentos, da crítica e da erudição. A tradição filosofante em matéria de epistemologia histórica pergunta apenas se o historiador explica por causas ou por leis, e passa por cima da retrodição; fala de

indução histórica e ignora a seriação. A história de uma época dada se reconstitui por seriações, por idas e vindas entre os documentos e a retrodição, e os “fatos” históricos que são na aparência os mais consistentes são na realidade conclusões que compreendem uma porção considerável de retrodição. “Se a história é esta mistura de dados e experiência, se é conhecimento documental, incompleto e retroditivo, se se reconstrói pelo mesmo vai-e-vem de inferências pelo qual uma criança constrói pouco a pouco sua visão do mundo que a rodeia, podemos ver então qual é, em teoria, o limite da objetividade histórica; corresponde às lacunas da documentação e à variedade de experiências” (p. 200). A história não é o esboço de uma ciência. “Entre a explicação histórica e a explicação científica não existe um matiz, mas um abismo, e para passar de uma a outra é preciso dar um salto, é preciso que a ciência exija uma conversão e não se tente extrair uma lei científica de uma máxima cotidiana” (p. 209). A história é descrição.¹³ Descreve o verdadeiro, o concreto, o vivido, o sublunar; a ciência descobre o escondido, o abstrato e, em teoria, o formalizável. Reduzir a causalidade vivida e a causalidade científica a uma mesma lógica é afirmar uma verdade muito pobre; é “desconhecer o abismo que separa a **doxa** e a **épistémé**”. “A história não é uma ciência porque está do lado da **doxa**, e está deste lado por uma espécie de coerência. As ciências físicas e humanas podem fazer todos os progressos possíveis; a história não se inquietará por isso. Com efeito, a História fará uso de suas descobertas só em um caso bem preciso: quando estas descobertas permitirem explicar um intervalo entre as intenções dos agentes e os resultados” (p. 219).¹⁴

Maria Lúcia Lamounier

13 A explicação histórica não é nomológica, é causal. E como causal contém o geral, pois o que não é coincidência fortuita tem vocação para reproduzir-se; porém, não se pode dizer exatamente nem em que se reproduzirá, nem em que condições.

14 “A história alega muitas leis, mas não o faz automaticamente, pelo fato de que estas leis tenham sido descobertas: alega-se ali onde desempenham o papel de causas e se inserem na trama sublunar” (p. 213).

A Associação Paranaense de História promoveu, juntamente com a Fundação Cultural de Curitiba e Cinemateca Museu Guido Viaro, a II Semana de Cinema e História.

O sucesso alcançado com a realização da I Semana, em 1981, animou a APAH em organizar a II Semana, pensando em tornar esta promoção uma tradição.

A II Semana de Cinema e História aconteceu de 18 a 24 de outubro de 1982, na Cinemateca, com a participação ativa de 82 inscritos.

Sob a forma de seminário, a semana contou com a presença e participação de dois historiadores da Universidade Estadual de Campinas, Edgard S. De Decca e Maria Stella Bresciani.

O programa da II Semana de Cinema e História foi o seguinte:

Dia 18 — “Memórias do cangaço”.

Dia 19 — “Libertários” (Lauro Escorel); “Votorantim”.

Dia 20 — “Deus e o diabo na terra do sol” (Glauber Rocha).

Dia 21 — “Pátria redimida” (João B. Groff).

Dia 22 — “Revolução de 30” (Silvio Back).

Dia 23 — Seleção de curta-metragens paranaenses.

Dia 24 — “Solaris” (ficção científica soviética).

A Associação Paranaense de História e a Fundação Cultural de Curitiba/Cinemateca Museu Guido Viaro expediram certificados de frequência.

História: questões & debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1.º — ser inédita;
- 2.º — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3.º — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4.º — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5.º — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6.º — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7.º — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapé e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8.º — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte devidamente numeradas com título claro, assinalando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam as normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisa em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trouxer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

